

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**O ARQUIVO DA ESCOLA NORMAL "CARLOS GOMES":
PERFIS E TRAJETÓRIAS DOS ALUNOS DURANTE O
ESTADO NOVO**

Autor: Adriano Marins Santos
Orientador: Maria Cristina Menezes

Campinas
2007

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**O ARQUIVO DA ESCOLA NORMAL "CARLOS GOMES":
PERFIS E TRAJETÓRIAS DOS ALUNOS DURANTE O
ESTADO NOVO**

Autor: Adriano Marins Santos

Orientador: Maria Cristina Menezes

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por Adriano Marins Santos e
aprovada pela Comissão Julgadora.

Data:

Assinatura: _____
Orientadora

COMISSÃO JULGADORA EXAMINADORA

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Campinas
2007

© by Adriano Marins Santos, 2007.

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Santos, Adriano Marins.

Sa59a O arquivo da Escola Normal "Carlos Gomes" : perfis e trajetórias dos
alunos durante o Estado Novo / Adriano Marins Santos. -- Campinas, SP: [s.n.],
2007.

Orientador : Maria Cristina Menezes.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade
de Educação.

1. Educação – História. 2. Perfil dos alunos. 3. Arquivo escolar. 4.
Estatística educacional. 5. Educação - Financiamento I. Menezes, Maria
Cristina. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III.
Título.

Título em inglês: Escola Normal "Carlos Gomes" : files students'profiles and trajectories during the so-called "Estado Novo"

Keywords: Education – History ; Students profile ; School Files ; Educational statistics ; Educational financing

Área de concentração: Filosofia e História da Educação

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora: Profa. Dra. Maria Cristina Menezes (Orientadora)

Prof. Dr. Wagner Rodrigues Valente

Prof. Dr. Newton Antonio Paciulli Bryan

Profa. Dra. Carmen Sylvia Vidigal Moraes

Prof. Dr. Antonio Miguel

Data da defesa: 13/06/2007

Programa de pós-graduação : Educação

e-mail : admarins@yahoo.com.br

RESUMO

O ARQUIVO DA ESCOLA NORMAL “CARLOS GOMES”: PERFIS E TRAJETÓRIAS DOS ALUNOS DURANTE O ESTADO NOVO

Este trabalho enfoca a trajetória e o perfil dos alunos da Escola Normal “Carlos Gomes”, do município de Campinas, São Paulo, delineados pelas informações recolhidas nos livros oficiais de registro da escola, ao longo do Estado Novo (1937-1945). As informações utilizadas foram cotejadas com as produzidas a partir do Convênio para o aperfeiçoamento e uniformização das estatísticas educacionais e conexas, assinado em 1931, e que teve Teixeira de Freitas como personagem emblemático

Palavras-chave: História da Educação, Perfil dos Alunos, Arquivo Escolar, Estatística Educacional, Financiamento da Educação

ABSTRACT

ESCOLA NORMAL “CARLOS GOMES” FILES: STUDENTS PROFILES AND TRAJECTORIES DURING THE SO-CALLED “ESTADO NOVO”

This work is focused on the trajectory and profile of Escola Normal “Carlos Gomes” students, in the city of Campinas, State of São Paulo, outlined through the information gathered from the school records official books, all along the so-called “Estado Novo” (1937-1945). The information used have been confronted with those produced after the Covenant for the improvement and uniformization of the educational and related statistics, signed in 1931, and that had Teixeira de Freitas as emblematic character.

Key words: History of Education, Students Profile, School Files, Educational Statistics, Educational Financing

À Silvana

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi viabilizado pelo apoio e colaboração de diversas pessoas, algumas das quais tiveram papel decisivo em seu desenvolvimento e em sua conclusão, sem que devam responder por seus problemas.

O autor é especialmente grato à Prof^a. Maria Cristina Menezes, cuja orientação precisa e perspicaz acompanhou todos os momentos da pesquisa e redação desta dissertação. Seu conhecimento da História da Educação e seus cuidados metodológicos se constituíram em referência, estímulo e âncora para as investidas na documentação e seu tratamento. Além disto, cabe destacar que a acuidade de seu olhar - que encontra história onde muitos só percebem “o mesmo” - e sua persistência têm viabilizado, com o apoio da FAPESP, a constituição do Arquivo da Escola Normal “Carlos Gomes”, que forneceu o material básico para esta dissertação.

Aos Professores Wagner Rodrigues Valente, da PUC de São Paulo, e Newton Antonio Paciulli Bryan, da Unicamp, o autor é grato pela leitura cuidadosa do trabalho e por criteriosas sugestões que encaminharam para o enriquecimento da versão final.

Aos Professores da Faculdade de Educação da Unicamp, Ediógenes Aragão Santos, da disciplina História da Educação, Joaquim Brasil Fontes Jr. e Milton José de Almeida, o autor deve uma rica bibliografia e um repertório particular de reflexões que de diversos modos enriqueceram o caminho da pesquisa.

Aos colegas e amigos do grupo de pesquisa _ Oscar, Eva, Maria de Lourdes, Adriana e Reginaldo _ o autor é grato pelos singulares momentos de expectativas e descobertas, bem como por emprestarem seus olhares nos momentos de dúvida. Ao Oscar, sobretudo, o autor é grato pelo auxílio na busca de documentos, referências bibliográficas e pelas boas discussões teóricas.

À Direção da Escola “Carlos Gomes” o autor é grato pela generosidade e confiança com que acolheu a pesquisa e pela estrutura que disponibilizou para seu desenvolvimento.

Aos professores, funcionários e alunos da Escola Estadual “Carlos Gomes”, o autor deve os muitos momentos de vivência, amizade e aprendizagem. A experiência, enquanto professor na Escola, de diversas formas simplificou o tratamento da documentação; nesta jornada, os diretores, professores, funcionários e alunos foram parceiros privilegiados.

O autor é particularmente grato à Nadya Maria Deps Miguel, do SDI (Setor de Disseminação de Informações) da Unidade Estadual de São Paulo do IBGE, pelas indicações e pela bibliografia que disponibilizou para a pesquisa. Seu conhecimento da história e do acervo desta instituição ofereceram referências seguras para a pesquisa.

À Martha, o autor se sente grato pela leitura atenta e cuidadosa do trabalho, e pelo esforço generoso em dar-lhe forma concisa e fluente.

À Marcela, o autor agradece os cuidados em tornar sua apresentação final mais leve e agradável.

Aos funcionários da Faculdade de Educação e à Nadir, em especial, o autor agradece pelo auxílio sempre generoso e simpático.

Enfim, o autor é grato a tantos que, de várias formas, estiveram juntos nesta jornada.

LISTA DE IMAGENS

1. Fachada da Escola Estadual “Carlos Gomes”	2
2. Livro de Registro de Chamada dos Alunos do Curso Primário	65
3. Livro de Matrícula do Curso Primário	71
4. Livro de Inscrição para os Exames de Admissão à 1ª Série do Curso Ginásial	91
5. Livro de Inscrição para os Exames Vestibulares e Exames de 2ª Época do Curso Normal	110
6. Livro de Termos dos Exames Finais dos Alunos do Curso Primário	118
7. Livro de Matrícula do Curso Pré-Normal	123
8. Fachada da Escola Estadual “Carlos Gomes”, observada de outro ângulo	155

LISTA DE TABELAS

1. Quadro Escolar - Primário - Escola “Carlos Gomes” - Número de Turmas por Gênero por Ano	59
2. Livros de Matrícula: Quadro Escolar - Primário - Número de Alunos / Turmas / Gênero / Série	62
3. Livros de Matrícula (L. M.) - Livros de Termos dos Exames (L. T. E.) - Quadro Escolar – Primário - Número de Alunos por Turmas por Gênero por Série	63
4. Livros de Matrícula: Curso Primário - Alunos Idade/Série	72
5. Livros de Matrícula: Primário - Alunos do 1º Ano / Idade -1937 a 1945	73
6. Livros de Matrícula: Primário - Alunos do 2º Ano / Idade -1937 a 1945	74
7. Livros de Matrícula: Primário - Alunos do 3º Ano / Idade -1937 a 1945	74
8. Livros de Matrícula: Primário - Alunos do 4º Ano / Idade -1937 a 1945	75
9. O Ensino no Brasil - Ensino Fundamental Comum Unidades Escolares e sua Classificação - Segundo a Extensão do Ensino - 1937	78
10. O Ensino no Brasil: Livros de Matrícula - Matrícula Geral - Primário, Alunos do 1º Ano / Idade – 1937	80
11. O Ensino no Brasil: Livros de Matrícula: Primário - Alunos do 1º Ano / Idade - Matrícula Geral – Em %	80
12. O Ensino no Brasil – Livros de Matrícula: Primário – Alunos por Série por Idade – Matrícula Geral em Percentuais	82
13. O Ensino no Brasil: Livros de Matrícula - Primário - Matrícula Geral por Série, 1937	84
14. O Ensino no Brasil: Livros de Matrículas– Curso Primário - Matrícula Geral por Série em Índices – 1937	85
15. O Ensino no Brasil - Curso Primário - Matrícula Geral por Série em Índices	86
16. O Ensino no Brasil - Curso Primário - Matrícula Geral por Série	87
16.a. O Ensino no Brasil - Curso Primário - Matrícula Geral por Série	87
17. Notas nos Exames de Admissão – 1937	93
18. Livros de Matrícula: Primário Feminino - Alunos / Cidade de Nascimento	98
19. Livros de Matrícula: Primário Masculino - alunos / Cidade de Nascimento	99
20. Livros de Matrícula: Ginásio - Alunos por Cidade de Nascimento	99
21. Livros de Matrícula: Alunos / Cidade de Nascimento	100
22. Livros de Matrícula: Alunos / Cidade de Nascimento	101
23. Livros de Matrícula: Curso Ginásial - Alunos por Idade por Turma de 1º Ano	103
24. Livros de Matrícula: Ginásio - Alunos do 1º Ano / Idade - 1937 a 1945	104
25. Livros de Matrícula: Primário - Alunos do 4º Ano / Idade - Alunos do 1º Ano do Ginásio / Idade - 1937 a 1945	104
26. Livros de Matrícula - Ginásio - Alunos do 2º Ano por Idade - 1937 a 1945	105
27. Livros de Matrícula - Ginásio - Alunos do 3º Ano por Idade - 1937 a 1945	105
28. Livros de Matrícula - Ginásio - Alunos do 4º Ano por Idade - 1937 a 1945	105
29. Livros de Matrícula - Ginásio - Alunos do 5º Ano por Idade - 1937 a 1945	106
30. Livro de Atas dos Exames do Curso Primário Resultado dos Exames Finais	117
31. Livro de Atas dos Exames e de Promoção do Curso Normal Inscritos nos Vestibulares por Gênero	121
32. Livros de Matrícula - Alunos por Idade por Série	124

33. Livros de Matrícula - Alunos / Idade / Série - em %	124
34. Livros de Matrícula - Ginásio, Pré-Normal e Normal - Alunos / Gênero / Série	125
34.a. Livros de Matrícula - Ginásio, Pré-Normal e Normal - Alunos / Gênero / Série	125
35. Vestibulares 1940, 1941, 1942 e 1943 - Inscritos por Gêneros em %	125
36. Livros de Matrícula - Ginásio, Curso Pré-Normal e Curso de Formação Profissional (Normal) - Alunos / Cidade de Nascimento	126
37. Livros de Matrícula - Primário Masculino - Profissões dos Pais - 1937 a 1945	131
38. Livros de Matrícula - Primário Masculino - Primário Masculino	134
39. Livros de Matrícula - Primário Feminino e Misto - Profissões dos Pais	134
40. Livros de Matrícula - Ginásio -Profissões dos Pais	135
41. Livros de Matrícula - Pré-Normal, Normal - Profissões dos Pais -	135
42. Livros de Matrícula - Primário Masculino - Profissões dos Pais - 1937 a 1945	142
43. Livros de Matrícula - Profissões dos Pais - Classificação por “Escolaridade”	144
44. Livros de Matrícula - Profissões dos Pais - Classificação por “Escolaridade” - em %	145
45. Livros de Matrícula - Profissões dos pais – classificação por “escolaridade”	148
46. Livros de Matrícula - Profissões dos pais – classificação por “escolaridade” – em %	148
47. Livros de Termos dos Exames - Quadro Escolar – Primário – “Carlos Gomes” Número de Turmas / Série / Gênero	170
48. Livros de Matrícula - Primário Feminino - “Carlos Gomes” - Alunos/Idade/ Série	171
49. Livros De Matrícula - Curso Primário Masculino - Alunos por Idade por Série	173
50. Livros De Matrícula - Curso Ginásial - Alunos por Idade por Série	174
51. Livros De Matrícula - Curso Pré-Normal/Curso Normal - Alunos por Idade por Série	176
52. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 1º Ano por Idade	177
53. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 1º Ano por Idade - em Percentuais	177
54. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 2º Ano por Idade	177
55. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 2º Ano por Idade - em Percentuais	177
56. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 3º Ano por Idade	178
57. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 3º Ano por Idade - em Percentuais	178
58. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 4º Ano por Idade	178
59. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 4º Ano por Idade - em Percentuais	178
60. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 1º Ano por Idade	179
61. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 1º Ano por Idade - em Percentuais	179
62. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 2º Ano por Idade	179
63. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 2º Ano por Idade - em Percentuais	179
64. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 3º Ano por Idade	180
65. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 3º Ano por Idade – em Percentuais	180
66. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 4º Ano por Idade	180
67. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 4º Ano por Idade - em Percentuais	180
68. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 1º Ano por Idade	181
69. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 1º Ano por Idade - em Percentuais	181
70. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 2º Ano por Idade	181

71. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 2º Ano por Idade - em Percentuais	181
72. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 3º Ano por Idade	182
73. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 3º Ano por Idade - em Percentuais	182
74. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 4º Ano por Idade	182
75. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 4º Ano por Idade - em Percentuais	182
76. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 1º Ano por Idade	183
77. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 1º Ano por Idade - em Percentuais	183
78. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 2º Ano por Idade	183
79. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 2º Ano por Idade - em Percentuais	183
80. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 3º Ano por Idade	184
81. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 3º Ano por Idade - em Percentuais	184
82. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 4º Ano por Idade	184
83. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 4º Ano por Idade - em Percentuais	184
84. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 1º Ano por Idade	185
85. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 1º Ano por Idade - em Percentuais	185
86. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 2º Ano por Idade	185
87. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 2º Ano por Idade - em Percentuais	185
88. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 3º Ano por Idade	186
89. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 3º Ano por Idade - em Percentuais	186
90. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 4º Ano por Idade	186
91. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 4º Ano por Idade - em Percentuais	186
92. O Ensino No Brasil - Curso Primário - Matrícula Geral por Série	187
93. O Ensino No Brasil - Curso Primário - Matrícula Geral por Série Em Índice	188
94. Livros de Matrícula - Curso Primário Feminino - Alunos por Cidade de Nascimento	189
95. Livros de Matrícula - Curso Primário Masculino - Alunos por Cidade de Nascimento	191
96. Livros de Matrícula - Curso Ginásial - Alunos por Cidade de Nascimento	193
97. Livros de Matrícula - Curso Pré-Normal - Alunos por Cidade de Nascimento	195
98. Livros de Matrícula - Curso de Formação Profissional (Normal) - Alunos por Cidade de Nascimento – 1945	195
99. Livros de Matrícula - Primário Masculino - Profissões dos Pais 1937-1945	196
100. Livros de Matrícula - Profissões dos Pais - Primário Feminino e Misto – 1937-1945	199
101. Livros de Matrícula - Profissão dos Pais – Ginásio – 1937-1945	203
102. Livros de Matrícula - Profissão dos Pais – Pré-Normal/Normal – 1937-1945	205
103. Livros de Matrícula - Profissões dos Pais – Primário Masculino – Classificação por Escolaridade 1937 – 1945	207
104. Livros de Matrícula - Profissões dos Pais – Primário Feminino e Misto 1937 – 1945	210
105. Livros de Matrícula - Profissão dos Pais – Ginásio – 1937 - 1945	214
106. Livros de Matrícula - Profissões dos Pais – Pré-Normal/Normal – 1937 - 1945	216

SUMÁRIO

<i>Resumo</i>	V
<i>Abstract</i>	V
<i>Dedicatória</i>	VII
<i>Agradecimentos</i>	IX
<i>Lista de Imagens</i>	XI
<i>Lista de Tabelas</i>	XIII
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 O Estado Novo e a Educação	6
2 CAPÍTULO I: A DOCUMENTAÇÃO DO ARQUIVO E AS IMAGENS DA EDUCAÇÃO	15
2.1 O Arquivo e a História	15
2.2 Os Livros de Matrícula	20
3 CAPÍTULO II: AS ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS E O 1º GOVERNO VARGAS	25
3.1 Estatística e Governo	42
4 CAPÍTULO III: A IMAGEM DOS ALUNOS NOS DOCUMENTOS: O PRIMÁRIO	53
4.1 A Escola Normal “Carlos Gomes” e sua Organização	54
4.2 Perfil dos Alunos do Primário	57
5 CAPÍTULO IV: GINÁSIO: O INGRESSO E A TRAJETÓRIA	89
5.1 O Exame de Admissão	89
5.2 Perfil dos Alunos do Ginásio	97
6 CAPÍTULO V: CURSO NORMAL: O INGRESSO E A TRAJETÓRIA	109
6.1 O Vestibular do Curso Normal	109
6.2 Perfil dos Alunos do Curso Normal	124
7 CAPÍTULO VI: OUTROS PERFIS DA ESCOLA NORMAL “CARLOS GOMES”	129
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
BIBLIOGRAFIA	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	163
APÊNDICES	
A - Tabela 47. Livros de Termos dos Exames - Quadro Escolar – Primário – “Carlos Gomes”	170
Número de Turmas / Série / Gênero	
B - Tabela 48 - 51. Livros De Matrícula - Curso Primário Feminino – Escola “Carlos Gomes” -	171
Alunos por Idade por Série	
C - Tabela 52 – 91 . Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 1º Ano por Idade	177
D - Tabela 92 - 93. O Ensino No Brasil - Curso Primário - Matrícula Geral por Série	187
E - Tabela 94 - 98. Livros de Matrícula - Curso Primário Feminino - Alunos por Cidade de	189
Nascimento	
F - Tabela 99 - 102. Livros de Matrícula - Primário Masculino - Profissões dos Pais 1937-1945	196
G - Tabela 103 - 106. Livros de Matrícula - Profissões dos Pais – Primário Masculino –	207
Classificação por Escolaridade 1937 – 1945	

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho enfoca a trajetória e o perfil dos alunos da Escola Normal “Carlos Gomes” - a Escola Normal de Campinas -, no período que se estende de 1937 a 1945, conhecido como Estado Novo, a partir das informações recolhidas nos livros oficiais de registro da escola.

A hoje denominada Escola Estadual “Carlos Gomes”, instalada em 1903, foi responsável pela formação de sucessivas gerações de professores do município e região. Ao longo de sua história, recebeu sucessivos nomes.

Em 1911, de acordo com o Decreto nº 2.025, de 19 de março de 1911, a Escola Complementar de Campinas teve seu nome alterado para Escola Normal Primária. Neste mesmo ano, o Grupo Escolar Dr. Quirino dos Santos tornou-se o 2º Grupo Escolar Modelo Anexo, pelo Decreto nº 2.027, de 10 de julho de 1911... Permanece com a denominação de Escola Normal Primária até 1920, quando a Lei nº 1.750, de 08 de dezembro de 1920, conhecida como Reforma Sampaio Dória, altera seu nome para Escola Normal de Campinas. (...)

... em 19 de maio de 1936, através de decreto assinado pelo Governador Armando de Salles Oliveira e referendado pelo secretário da Educação e Saúde, Cantídio de Moura Campos, é dado à escola o nome de um dos maiores compositores da época... passando a ser chamada Escola Normal “Carlos Gomes”.

No ano de 1942, de acordo com o Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942, houve mais uma alteração na denominação da escola, que passa a ser chamada Escola Normal e Ginásio Estadual “Carlos Gomes”. (MENEZES; PINHEIRO; SILVA; TEIXEIRA JUNIOR, 2003, pp. 1 e 4).

Dos professores que formou, muitos se encaminharam para lecionar nas nascentes escolas de Campinas. Várias destas foram batizadas com o nome de seus professores ou dos professores por ela formados. Certamente, tais escolas “receberam” da Escola Normal “Carlos Gomes” mais do que seus nomes e gerações de professores: receberam, também, concepções sobre administração escolar, ciência, ensino, aprendizagem, visões de sociedade, valores... E também devem ter recebido uma herança não formalizável em conteúdos de disciplinas ou procedimentos didáticos, mas implícita e difusa em posturas, rituais... e toda a bagagem de sentidos que os acompanha. E, num certo sentido, esta herança faz da Escola “Carlos Gomes” uma matriz ou, pelo menos, uma importante referência da rede de ensino do município. Em outras palavras, a



Imagem 1. Fachada da Escola Estadual "Carlos Gomes"

Escola “Carlos Gomes” possui uma imagem, uma identidade e uma história intimamente relacionadas à formação da rede de ensino de Campinas.

O período conhecido como Estado Novo teve início formalmente no ano de 1937¹, quando, frente à impossibilidade legal de disputar as eleições que, de acordo com a Constituição de 1934, deveriam ocorrer em 3 de janeiro de 1938, Getúlio Vargas rompeu com os marcos institucionais, revogou a Constituição de 1934 e outorgou a Constituição de 1937.

Pela nova Carta (de 1937), o Presidente dispunha de plenos poderes, legislativos e executivos; era-lhe permitido também demitir e transferir funcionários, reformar e afastar militares que representassem ameaça ‘aos interesses nacionais’. Pelo artigo 186, era declarado estado de emergência em todo o território nacional, o que tornava possível ordenar prisões, exílio, invasão de domicílio; instituía-se a prisão preventiva; tornava-se legal a censura de todas as comunicações. (SOLA, 1973, p. 266)

Os episódios de 1935, conhecidos como Intentona Comunista, e o simulacro do Plano Cohen, que detalhava um golpe para a tomada do poder pelos comunistas, serviram de pretexto para o golpe de 1937 e para a instituição de um regime ditatorial.

Porém, também é possível considerar o Estado Novo como a exacerbação de um processo de centralização e fortalecimento do poder estatal que se inicia com a Revolução de 1930, encontra um breve interregno quando da vigência da Constituição de 1934, e se precipita a partir dos eventos de 1935.

Quanto à idéia de estado centralizado, Helena Bomeny observa que, no Brasil,

O mandonismo, o coronelismo, a ganância e o personalismo de que se impregnaram as políticas oligárquicas tradicionais em mãos de caciques voluntariosos, voluptuosos e desprovidos de sentido público, e de um Estado enfraquecido por se constituir nessa forma de negociação, como definitivamente diagnosticou Vitor Nunes Leal no livro clássico Coronelismo, enxada e voto, deixaram suas marcas na tradição intelectual brasileira. Assim, o clamor por políticas nacionais pode ser entendido como uma saída para o particularismo local, para o privatismo predador. E a crença na

¹ “Como observou T. Harding, ‘em termos dos direitos políticos dos líderes sindicais, o Estado Novo não se iniciou em 37, mas em 35, após a repressão do levante da ANL.’” (VIANNA, 1978, p. 199)

eficiência de um modelo de Estado promotor de políticas sociais também tem ressonância na crítica ao modelo tradicional. A construção do Estado nacional pressupôs a crítica à Primeira República (1889-1930). (BOMENY, 2001, p. 19)

Por outro lado, o conceito de autoritarismo parece não ser suficiente para caracterizar a especificidade do Estado Novo, pois ofusca a visão de que a tendência que plasmou a política brasileira, após a Revolução de 30, foi a de fortalecimento do Governo Federal, com a busca de centralização de atribuições que grassavam nas mãos das oligarquias regionais. Assim, enfatizar apenas o caráter antidemocrático do Estado Novo, para além omitir uma trajetória de ausência de democracia² ou de enraizamento das instituições democráticas no país, é caracterizar um período da história do país apenas pelo que não foi, perdendo de vista sua especificidade.

A despeito do papel de árbitro ocupado por Vargas, seu governo é palco de disputas entre diferentes grupos e projetos políticos, os quais, ao longo das diferentes conjunturas, se articulam e atuam de formas diferenciadas.

Assim,

Oswaldo Aranha, primeiro embaixador em Washington e depois Ministro do Exterior, desde logo seria conquistado pelos americanos; também Lourival Fontes, chefe do Departamento de Imprensa e Propaganda. De outro lado, Francisco Campos, Felinto Müller estimulavam as tentativas da embaixada alemã, faziam vista grossa à propaganda nazista e à organizações das minorias alemã e italiana, cuja atividade, muito sintomaticamente, tinha sido restringida por lei. Góes Monteiro e Dutra oscilavam, mas por razões muito específicas: estavam interessados no bloco que oferecesse melhores condições: equipamento e armas para o Exército, então em fase de reorganização, e financiamento para as indústrias de base, que almejavam instalar no país. (SOLA, 1973, p. 273)

De sua parte,

² De um total de onze presidentes da República que precederam Getúlio Vargas e governaram o País de 1889 a 1930, nove recorreram ao expediente do estado de sítio. (HAMBLOCH, 1981, pp. 101/2).

Getúlio Vargas desempenha aqui claramente o seu papel de árbitro entre as várias parcelas do poder que procuravam defender os diferentes interesses por elas representados. Trata-se de um exemplo típico da forma como se desenrolava o processo de tomada de decisões, no Estado Novo. (HORTA, 1994, p. 247)

Desta forma, tratar da política governamental no Estado Novo é tratar de uma trajetória de articulações e disputas entre diferentes setores sociais e projetos políticos. Mas parece ser, sobretudo, tratar dos projetos cujas implementações são pavimentadas ou possibilitadas por Vargas.

Mesmo considerando-se, de certa forma, uma continuidade do governo iniciado em 1930, o Estado Novo distingue-se pelo fato de objetivar, nos marcos políticos e institucionais do Estado, a aspiração de um governo forte, capaz de se colocar à frente no processo de modernização do país. Ou seja, um governo ditatorial. Porém, o conceito de ditadura exige algumas considerações.

O Estado Novo foi implantado num momento em que as idéias e instituições liberais estavam sob críticas nos países mais prósperos do mundo capitalista, e em que a idéia de governo ditatorial não se associava, de imediato, a processos sociais catastróficos e, para muitos, sugeria, inclusive, uma perspectiva redentora.

Ou seja,

É preciso ter em conta, no entanto, que a guerra ainda não havia mostrado todo o horror no qual o fascismo europeu desembocaria, e que o sistema político liberal estava sob forte assédio tanto da esquerda quanto da direita. (BOMENY; COSTA; SCHARTZMAN; 2000, p. 33)

De acordo com Alfredo Bosi, o Governo Vargas teria gravitado dentro de um universo político-ideológico distinto dos que polarizavam o mundo nas décadas de 30 e 40, ou seja, do “liberal-democrático” e do nazi-fascista. Para este autor, Vargas teve sua formação política marcada por uma tradição que remonta a Borges de Medeiros e Júlio de Castilho, ex-presidentes

do Rio Grande do Sul, cujas gestões se conformaram aos marcos do pensamento positivista de Augusto Comte, em contraposição às orientações do Governo Federal, cuja orientação se pautava pelo liberalismo clássico.

E esta herança positivista teria se constituído no referencial ideológico primeiro que orientou as ações governamentais, no sentido de impulsionar a modernização do capitalismo no Brasil, a partir de 1930. Além disto, Bosi identifica um esforço permanente do Governo Vargas na montagem de uma rede institucional, através da qual o Estado abarcaria toda a vida social, ao mesmo tempo em que se colocaria acima desta. E o recurso a medidas autoritárias seria legítimo, toda vez que o equilíbrio social - posto como uma de suas aspirações principais - fosse colocado em risco.

Assim,

*No discurso de instalação da Assembléia (Constituinte de 1934), Getúlio Vargas traz ao primeiro plano os aspectos institucionais da questão:
'O Estado, qualquer que seja o seu conceito segundo as teorias, nada mais é, na realidade, do que o coordenador e disciplinador dos interesses coletivos, a sociedade organizada como poder, para dirigir e assegurar o seu progresso. Toda estrutura constitucional implica, por isso, a estrutura das funções do Estado' (BOSI, 1988, p. 306)*

1.1. O ESTADO NOVO E A EDUCAÇÃO

Os trabalhos voltados para estudos de casos dentro da história da Educação, como se pretende que seja este - centrado na trajetória de uma determinada escola, num determinado período - parecem não prescindir de um exercício inicial de contextualização histórica, ou seja, da recorrência a um cenário mais amplo que determinaria, ou condicionaria, ou apenas se constituiria num referencial, a partir do qual se poderia refletir sobre um momento da trajetória de uma escola singular³. Mas qual seria este cenário mais amplo?

³ A questão da singularidade será deixada de lado, no momento, posto que se pretende, num certo aspecto, delinear-la ao longo desta dissertação.

A partir das considerações de Paul Veyne, é possível inferir que a constituição de um objeto de pesquisa supõe a rejeição ao intento de uma história totalizadora, que abarque todas as dimensões de um determinado passado - posto que estas não necessariamente se explicam reciprocamente em sua constituição, embora se articulem - em um “único todo”⁴. Pois a história - que os homens fizeram - corresponde a diferentes modalidades de práticas, não necessariamente enraizadas numa mesma temporalidade e numa mesma espacialidade, embora articuladas num mesmo espaço-tempo imediatos. Assim, o que se obtém através de um corte puramente cronológico é um aglomerado de processos de diferentes espécies, que correspondem a diferentes práticas, a diferentes formações⁵.

Na perspectiva de Paul Veyne, a delimitação estabelecida para esta pesquisa parece, pois, no mínimo, questionável. Falar da trajetória da Escola “Carlos Gomes”, ao longo do Estado Novo, provavelmente não significa tratar de uma única espécie de práticas. De fato, uma primeira aproximação com a bibliografia referente ao período e com os documentos contidos no Arquivo Histórico da Escola Normal “Carlos Gomes” permite supor alguns diferentes processos em curso, nesta escola, no referido período.

Uma primeira observação é que a Educação parece ter recebido uma atenção especial no Governo Vargas, sobretudo no Estado Novo, posto que este buscava mobilizar todo um arsenal de dispositivos que eram pedagogizados a fim de potencializar as possibilidades formativas do espaço escolar. E isto contribuiu para a instituição do Canto Orfeônico, da Educação Física, para a criação dos grêmios literários, do cinema educativo, bem como para os projetos e discussões sobre a instituição da Educação Moral e Cívica, a criação de uma organização da juventude etc.

À potencialização dos recursos pedagógicos correspondia o nível de expectativas postas na Educação: esta não deveria apenas instruir, mas educar os indivíduos de forma integral: formá-los em sua dimensão moral, ética, estética, física e científica, nos marcos de uma completa identificação com a nacionalidade. Assim, os discursos oficiais e a produção legal e normativa

⁴ “O *continuum* espaço-temporal é apenas um quadro didático que prolonga a tradição preguiçosamente narrativa. Os factos históricos não se organizam através de períodos e de povos, mas através de noções; não têm de pôr-se no seu tempo, mas sob o seu conceito” (VEYNE, 1989, p. 33)

⁵ “Não se via que a temporalidade histórica fosse uma construção de escala variável que funcionasse como filtro; cada problemática tem a sua temporalidade...” (VEYNE, 1989, p. 40)

sugerem a recorrência a todo um conjunto de representações voltado para a produção de imagens de uma identidade nacional, que era constituída ao mesmo tempo em que se a evocava.

É importante notar que o “adensamento” do espaço da Educação não decorria, apenas, de uma iniciativa governamental. De acordo com Simon Schwartzman, Helena Maria Bousquet Bomeny e Vanda Maria Ribeiro Costa, na década de 30,

... as esperanças postas na Educação naqueles anos eram enormes, e ... todos esperavam, cada qual à sua maneira, que o Ministério da Educação desempenhasse um papel central na formação profissional, moral e política da população brasileira, e na construção do próprio Estado nacional. (BOMENY; COSTA; SCHARTZMAN, 2000, p. 31)

Por outro lado, de acordo com Clarice Nunes, o Estado Novo

... encerra o movimento das reformas de ensino em vários estados brasileiros e no Distrito Federal, conhecido como Movimento da Escola Nova. (NUNES, 2001, p. 103)

E, para os reformadores da Educação da década de 20, colocava-se como horizonte

... alterar profundamente o habitus pedagógico, combinando a renovação da formação docente com uma séria tentativa de reformar os costumes das famílias. Por trás das modificações produzidas na organização escolar, o que estava em jogo era uma reforma do espírito público. (NUNES, idem, p. 105)

A dimensão do desafio requeria

... o alargamento da concepção de linguagem escolar, superando o tradicional domínio do oral e do escrito para construir todo um sistema de produção de significados e interação comunicativa. Assim, onde e quando isso foi possível, os espaços de aprendizagem se multiplicaram: não apenas a sala de aula, mas também as bibliotecas, os laboratórios, a rádio-educativa, os teatros, os cinemas, os salões de festa, os pátios, as quadras de esporte, os refeitórios, as ruas, as praças, os estádios esportivos. (NUNES, ibidem, p. 105)

Talvez neste ponto seja lícito mudar o foco narrativo de NUNES - sem modificar seu raciocínio - para afirmar que o Estado Novo, tendo à frente Capanema, buscou incorporar os projetos focados no espaço escolar que haviam se acumulado desde o início da República e, sobretudo, na década de 20.

Na década de 30, e, especificamente, no Estado Novo, as propostas voltadas para a Educação, com origem em diferentes setores sociais, parecem informadas por dois tipos principais de expectativas.

Em primeiro lugar, esperava-se que a Educação das crianças e jovens desse conta do trabalho de formar integralmente os indivíduos, tornando-os saudáveis, moralizados, socialmente integrados ao universo de valores com os quais se projetava a construção de uma nova sociedade. E, na explicitação destas expectativas, enunciavam-se valores que corresponderiam a algum tipo de essência humana, a qual deveria ser, concomitantemente, recuperada e constituída.

Um segundo tipo de expectativas, parecida com a anterior mas de natureza distinta, diz respeito ao papel da Educação na constituição da nacionalidade. Aqui, tratava-se de um esforço para produzir uma feição nacional, uma espécie de síntese com traços bem definidos, que se prestaria à imagem de verdadeira identidade nacional. Neste caso, havia um problema a ser resolvido: em meio à pluralidade cultural do País, estabelecer quais traços e como deveriam ser incorporados a esta síntese.

Neste caso, o esforço é de resgatar aspectos da cultura nacional, selecionar os que melhor se ajustavam à imagem pretendida de nacionalidade e produzir uma síntese. Mas todo este processo também assumia um caráter de evocação, no sentido de que se estaria de alguma forma despertando uma alma nacional adormecida ou esquecida. É neste sentido que foram implementadas uma série de iniciativas no campo cultural, envolvendo desde a criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, até a inclusão das disciplinas de História e Geografia do Brasil no currículo escolar.⁶

Os traços distintivos da identidade nacional deveriam ser tão nítidos quanto forte se esperava que fosse a Nação. E a preocupação de forjar uma identidade nacional, com traços facilmente apreensíveis, que servisse de esteio ao projeto de uma Nação forte, aparece insistentemente nos discursos de Vargas. Mas também é bastante visível em alguns interlocutores privilegiados do governo.

É dentro destas linhas de preocupação que parecem se explicitar os principais projetos voltados para a Educação, ao longo do Estado Novo. Neste caso, está se considerando que a importância dos projetos relaciona-se à importância dos interlocutores que se envolveram em sua elaboração, que se articularam para sua aprovação e implementação e à dimensão dos resultados que buscavam obter.

Algumas considerações preliminares parecem necessárias em relação a estes projetos. Em primeiro lugar, não se vinculavam, necessariamente, a um único universo político-ideológico. Algumas vezes, pareciam resultar de uma sobreposição de diferentes projetos de diferentes atores ou grupos políticos, ora em disputa, ora em acordo, em função de cada momento. E não é possível pensar nestas disputas sem ter em conta os interesses imediatos em criar ou ocupar espaços político-institucionais.

Esta dimensão da política educacional, ou seja, sua gestação no interior da máquina governamental, a partir de diferentes interesses e projetos políticos, seu encaminhamento junto aos vários ministérios – ou, mesmo, instituições - e sua ordenação legal, foi cuidadosamente detalhada e analisada por Baía Horta.

⁶ “Assim, a partir de 1942, a História do Brasil e a Geografia do Brasil passam a fazer parte do programa das duas últimas séries do curso ginásial (duas horas semanais) e da última série do curso colegial (três horas semanais).” (HORTA, 1994, p. 181)

Alguns atores pareciam se colocar em posição privilegiada de interlocução e pressão: as Forças Armadas como um todo, e, em particular, o Exército, a Igreja Católica e, também, a Liga Eleitoral Católica (LEC); o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, tendo à frente Francisco Campos; e, finalmente, a Associação Brasileira de Educação (ABE).

Os esforços despendidos, ao longo do período, no sentido de potencialização e de “adensamento” dos recursos pedagógicos e do espaço da Educação mobilizaram atenções, debates, disputas e negociações, guardando a circunspeção dos que consideravam estar traçando os destinos da nacionalidade. E observe-se que as formas de tratar os problemas da Educação, bem como os projetos que incidiam sobre ela, também delineavam o que estava sendo definido como problema. Outros olhares colocariam outros problemas, ensejando mesmo outros projetos; e isto também ocorreu no Estado Novo.

Aqui, parece necessário recolocar a questão do “recorte cronológico” colocado para a pesquisa. Poder-se-ia recorrer a uma certa artificialidade de qualquer recorte cronológico, o que justificaria mas não explicaria um momento decisivo da pesquisa.

Deste modo, é preciso lembrar que, se o Estado Novo representa, de alguma forma, uma extensão de tendências que ganharam curso a partir de 1930, por outro lado, 1937 marca uma inflexão na trajetória, sobretudo no que diz respeito à Educação.

De acordo com Marlos Bessa Mendes da Rocha,

A Revolução de 1930 possui um significação abrangente a toda obra educacional que se instalou no pós-1930, pois a redefinição do papel da União na ordem política produz efeitos nos diversos aspectos da política pública de educação. Em outra dimensão, o Estado, em sua expressão nacional, torna-se o fulcro da política educacional como um todo, exigindo dos atores políticos de educação que se tornem, também, eles, atores nacionais. (ROCHA, 1990, p. 22)

Mas a implantação do Estado Novo acrescentou mudanças importantes. Em primeiro lugar, pelo fato de objetivar o projeto de um Estado forte, que tomava a Educação como um dos focos privilegiados de sua política social.

Em segundo lugar, pelo fato de ter mobilizado recursos de diferentes naturezas - permeados pelos referenciais de unificação, homogeneização e valorização da nacionalidade - para intervir sobre a Educação.

Junto com a centralização, a uniformização, à qual não escapariam nem mesmo os métodos de ensino, o livro didático e o material escolar. Em entrevista publicada em novembro de 1938, Getúlio Vargas anuncia a execução de um programa de educação, no qual se incluiria 'a unificação dos métodos de ensino no sentido de dar-lhe feição nitidamente nacionalista'. (HORTA, 1994, p. 173)

E isto não foi obra apenas de Getúlio e Capanema.

Mas, a inflexão se deu, sobretudo, pelo fato de que, no Estado Novo, importantes interlocutores da Educação, vinculados às reformas educacionais do período anterior, já não gravitavam na órbita do Governo – incluíam-se nele.

Nas palavras de Rocha,

... a política educacional do Estado Novo no ensino básico não é puro arbítrio do regime ditatorial, mas tem o seu fundamento político estabelecido pela dimensão do direito público de educação constituído precisamente naquele primeiro quinquênio da década de 1930.

Por mais que o governo, naquele período ditatorial, tenha enfeixado a política pública nos limites do aparato estatal, não estão ausentes em sua formulação e decisão os sujeitos sociais civis que conformaram os parâmetros da atuação pública, ainda que presentes de uma forma transfigurada, qual seja a de agentes não mais civis, mas estatais, como foi o caso dos que expressaram a modernidade educacional. (ROCHA, 1990, p. 75)

Desta forma, o Estado Novo parece constituir-se num momento privilegiado para se observar os limites e possibilidades de uma articulação específica entre Governo forte e projetos

de reforma educacional. No entanto, resta entender de que forma tal articulação se fazia presente nas escolas.

Este trabalho busca identificar, a partir dos limites postos pelas informações presentes nos livros de registro produzidos pela escola, os perfis dos alunos e sua trajetória na Escola “Carlos Gomes”, durante o Estado Novo.

No Capítulo I, serão tecidas algumas considerações que motivaram a escolha do tema e da documentação privilegiada no trabalho - os livros de registro da escola e, sobretudo, os Livros de Matrícula.

No Capítulo II, será apresentado um tipo específico de prática que, no período delimitado, parecia ganhar vida própria - a estatística. Em seguida, buscar-se-á uma articulação da estatística, em geral, e da estatística educacional, em particular, com os referenciais político-ideológicos que informaram o primeiro Governo Vargas.

No Capítulo III, além de algumas informações gerais sobre a ordenação legal da escola, no período, serão mostrados alguns traços do perfil e da trajetória dos alunos do Primário, delineados a partir dos dados extraídos dos Livros de Matrícula. Além disto, buscar-se-á uma articulação e um contraponto entre estes perfis e os relativos ao país, presentes no periódico “O Ensino no Brasil”.

No Capítulo IV, serão apresentadas algumas informações gerais sobre o Exame de Admissão ao Ginásio e, também, alguns traços relativos ao perfil e à trajetória de seus alunos, buscando, a partir de uma comparação com os dados relativos aos alunos do Primário, observar algumas continuidades e rupturas na via escolar da Escola “Carlos Gomes”.

No Capítulo V, serão elencadas algumas informações gerais sobre o Vestibular do Curso Normal e, também, traços relativos ao perfil e à trajetória de seus alunos. Ainda se buscará estabelecer uma comparação entre estes alunos e os do Primário e do Ginásio, delineando-se as continuidades e rupturas na configuração destes perfis.

No Capítulo VI, serão apresentados os dados relativos às profissões dos pais dos alunos dos diferentes níveis de ensino e algumas comparações e inferências estabelecidas a partir de seu tratamento.

Nas Considerações Finais, serão feitas algumas reflexões relativas ao trabalho como um todo.

2. CAP. I. A DOCUMENTAÇÃO DO ARQUIVO E AS IMAGENS DA EDUCAÇÃO

2.1. O ARQUIVO E A HISTÓRIA

Tendo em vista que o desenvolvimento deste trabalho se articulou com o projeto mais amplo de formação do Arquivo Histórico da Escola “Carlos Gomes”⁷, optou-se por centrar a pesquisa em seu acervo, constituído, sobretudo, por material documental e bibliográfico. Esta opção decorreu de uma consideração de ordem prática e nem por isto menos trabalhosa: a urgência de resgate deste acervo - boa parte do qual jazia nos porões e em estado avançado de deterioração - permitiu um maior acesso a seu conteúdo e familiaridade com ele⁸.

A abundância de material contida nos limites deste acervo e relativos a este período - frente à qual saltam à vista inúmeras possibilidades de pesquisas e trabalhos - acabou impondo sucessivas reflexões, “cortes” e limites. Basicamente a pesquisa focalizou, já de início, os livros de registro da escola, recorrendo ao material bibliográfico na medida em que fornecia subsídios ou coordenadas para o desenvolvimento do trabalho. Estes livros, patrimônio da escola, foram os primeiros a serem submetidos ao trabalho de desinfestação e higienização, o que facilitou muito o seu manuseio. Por outro lado, o fato de terem sido previamente inventariados permitiu a identificação de cada um em meio ao universo documental, bem como visualizar as dimensões deste⁹.

Em segundo lugar, o esforço de resgate deste acervo reclamou por um esforço no sentido de testar suas possibilidades e limites enquanto testemunhos de uma época. Este tipo de preocupação motivou uma leitura mais vagarosa dos livros de registro, enfocando antes seus detalhes que seus aspectos gerais. Assim, evitou-se a recorrência permanente aos quadros mais gerais que, evidentemente, simplificariam o esforço de “organizar” e “dar sentido” aos dados

⁷ Os trabalhos de “prospecção”, recolhimento, organização, registro, desinfestação, higienização e conservação do patrimônio documental da Escola “Carlos Gomes” tiveram início em 2001, sob a coordenação da Prof^a. Dr.^a Maria Cristina Menezes. A participação do autor desta dissertação no projeto teve início no final de 2003. A partir de 2004, a **FAPESP** passou a financiar o Projeto Preservação do Patrimônio Histórico Institucional: Escola Estadual “Carlos Gomes”, sob a coordenação da Prof^a. Dr.^a. Maria Cristina Menezes.

⁸ É importante qualificar este “maior acesso”: a constituição, ainda em andamento, do Arquivo Histórico da Escola “Carlos Gomes” não ocorreu, em seu momento inicial, sem resistências e problemas.

⁹ O inventário dos livros de registro da Escola “Carlos Gomes” foi realizado antes do ingresso do autor desta dissertação no grupo de pesquisas.

produzidos e recolhidos no decorrer da pesquisa. Considerou-se, neste caso, que tais quadros mais gerais, a despeito e para além de ordenarem os dados, também imprimiriam uma organicidade na interpretação avessa às informações não contidas em seus limites. Pelo contrário, optou-se por uma orientação que pressupõe uma “incompletude” e “provisoriedade” de qualquer conhecimento, bem como uma constante possibilidade de encontros e descobertas.

De acordo com Franco Cambi,

Pluralismo e conflitualidade, indecisão e incerteza são certamente características fundamentais do fazer história hoje, inclusive em educação; entretanto, não estamos diante de um resultado anárquico, mas radical e dialeticamente crítico. É justamente da integração dinâmica e atenta (= crítica) das diversas perspectivas de leitura que emerge a possibilidade de ler a história segundo a verdade¹⁰, deixando sempre espaço para aprofundamentos ulteriores, para aproximações, para um objeto complexo e fugidio, como é o histórico, e em particular o histórico-educativo. (CAMBI, 1999, p. 34)

Assim, considerou-se que os “enquadramentos teóricos” antes empobreceriam a riqueza da documentação do que salientariam suas possibilidades.

Desta opção decorreram outras, entre as quais parece significativa a de deixar questões em aberto, com possibilidades de respostas às vezes apenas sugeridas ou insinuadas, ao invés de omiti-las através da recorrência a sucessivos cortes com “justificativas” de ordem teórica. Neste caso, pareceu mais adequado aceitar que, frente à abundância de material contido no arquivo, um rígido “enquadramento” teórico não apenas reduziria a empreitada como também facilmente poderia empobrecê-la de significado. Esta foi a dinâmica do trabalho no arquivo: o encontro, a cada momento, de novos livros, novas informações, problemas e possibilidades de desenvolvimento evidenciavam que, tão importante quanto as respostas, eram as questões que pudessem ser formuladas.

Os 101 livros de registro que se conseguiu recuperar, dentre os produzidos pela escola, ao longo do período estudado, não caberiam em um única linha de reflexões. O esforço de alinhavá-los todos a partir de um determinado enfoque teórico produziria um “conhecimento” tão mais

¹⁰ O uso do termo “verdade” sugere um exagero do autor ou do tradutor.

inteligível quanto mais “recortado” ou “arredondado” se estabelecesse em texto. Neste caso, mobilizar-se-iam mais recursos de ordem redacional que de ordem histórica, e ter-se-ia como produto um aglomerado “sem vida”, posto que fora de qualquer temporalidade histórica. Uma busca pela articulação das temporalidades que despontam nesta documentação resultaria numa empreitada e num desafio para além da proposta deste trabalho.

Ao longo do período de recolhimento e organização física - bem como de posterior mudança - do material que hoje integra o Arquivo Histórico da Escola “Carlos Gomes”, evidenciaram-se não apenas inúmeras possibilidades de desenvolvimento da pesquisa como uma relação íntima entre seu acervo e a formação histórica desta escola. Os livros de registro, sua biblioteca, as fotos, os discos, as partituras, o mobiliário, os equipamentos de laboratório sobreviventes, os cacos de seus jogos pedagógicos etc. se integram ao passado da escola e das pessoas que por ela passaram, mas não refletem a “totalidade” de suas existências. Isto saltava aos olhos à medida em que este espólio histórico buscava, nas mãos do grupo de pesquisas, seu lugar nas estantes, nos armários, ou, mesmo, sobre as mesas. Os livros de registro da escola agruparam-se por função a que se destinavam, por data; os demais livros e as revistas agruparam-se por títulos, temas, épocas, tipo de leitor potencial, ou, mesmo, tipo de encadernação...

E, assim, esboçavam-se enredos múltiplos, que sugeriam que, enquanto acontecia o Estado Novo, as pessoas ocupavam-se com suas vidas, com suas trajetórias... E que estas guardavam maior sincronia com a história da infância e de sua escolarização, ou com a história do pensamento pedagógico e a implementação de seus modelos, ou com a história da legislação do ensino e o “enquadramento” das escolas, ou com a história dos professores etc.

Muitas histórias e muitas temporalidades insinuavam-se e, de alguma forma, sobrepunham-se na constituição daqueles livros de registro, e o trabalho de organizá-los num arquivo recuperava, num intervalo muito curto, a multiplicidade de longos tempos. Reorganizar o Arquivo constituía-se numa visualização rápida de sua longa constituição...

E o Arquivo revelava-se como lugar privilegiado da memória.

De acordo com Franco Cambi,

Foi particularmente Braudel quem pôs às claras este processo de revisão da temporalidade histórica, mostrando como o tempo histórico é diferente daquele, artificial, dos relógios ou do tempo, vivido, das práxis cotidianas. Diferente, antes de mais nada, porque plural, poliestruturado, problemático e jamais unívoco-unitário, Diferente, depois, porque ligado ao ponto de vista, à intencionalidade que guia seu uso e sua estruturação. (CAMBI, idem, p. 27)

Onde, então, se encontraria o Estado Novo em meio à trajetória da escola?

Para o desenvolvimento do trabalho, considerou-se que uma prévia leitura de todos os livros de registro do período delimitado comporiam um primeiro cenário, a partir do qual se poderia buscar uma maior observação da trajetória da escola, e que aí, sem dúvida, o Estado Novo se faria presente.

Já no início, evidenciou-se que os campos impressos dos livros de registro da escola, ao mesmo tempo em que demarcavam o âmbito das preocupações - imediatas ou não - que ocupavam as instâncias decisórias da administração escolar, também interpelavam a direção, os professores, os funcionários e alunos da escola sobre os aspectos de seu cotidiano a merecerem atenção.

Ao longo do período pesquisado, inúmeros livros, nomes, assinaturas e caligrafias foram vistos. Grande parte destes livros possuem campos impressos quase auto-explicativos, quando não trazem na contracapa orientações oficiais de preenchimento. Em outras palavras, nada indica - na maioria dos livros - possibilidade de dúvidas em seu preenchimento.

No entanto, para além da presteza e do zelo que acompanhavam o preenchimento da maioria destes livros¹¹, os mesmos se abriam para intervenções que não se limitavam ao modelo proposto, mas que rompiam com os limites das linhas e colunas impressas, criando outros campos e outros espaços, num deslocamento de sentidos aparentemente estranho às pretensões da administração governamental. Nem desmazelo nem despreparo: num desfile de caligrafias repletas de elegância e eloquência, nas mãos dos diretores, professores e funcionários, os livros de registro se transformavam - aparentemente - também em espaços de impressão de estilos ou “subjetividades”. É o que indicam as mudanças no preenchimento dos campos dos livros que,

¹¹ O preenchimento destes livros, à tinta, devia exigir uma atenção significativa, sobretudo pelo fato de as correções necessárias - e pouco frequentes - serem feitas através de uma raspagem da folha, seguida pela reescrita. Sem falar dos cuidados com a caligrafia.

muitas vezes, davam-se em detalhes não pouco significativos, e acompanhavam-se, quase sempre, da mudança da pessoa encarregada de seu preenchimento.

Por outro lado, ao longo deste período, transparece com nitidez, nos discursos do Governo Federal, a preocupação em demarcar uma orientação única e clara nos procedimentos dos órgãos públicos, associada a uma intenção de imprimir-lhes a marca da eficiência e eficácia - ou a marca da produção e produtividade. Isto é visível no significativo crescimento do funcionalismo, na produção de vasta legislação regulatória e de todo um repertório bibliográfico, nas diferentes áreas governamentais, definindo a “orientação” e valorizando e legitimando a organização dos serviços públicos. Porém, configurava-se, nos interstícios de uma instituição - que já se alçara à condição de formadora de formadores e de referência em matéria de prestígio e respeitabilidade -, a produção de outras ordenações. Poder-se-ia pensar tal produção, simplesmente, como “desvio” na ordem escriturística¹². No entanto, parece fundamental considerar a mesma enquanto uma prática que se naturalizava, e que tem história.

Em outras palavras, o que se mostra significativo é que as marcas subjetivas pareciam corresponder - pela regularidade de sua ocorrência - antes a modelos entranhados às normas institucionais da escola que a idiossincrasias de seu pessoal.

Dos 101 livros de registro sobreviventes desta época, alguns tipos são mais numerosos, outros foram produzidos em menor quantidade. Alguns tipos de livros aparecem, no período, com um único exemplar.

De forma imediata, os livros de registro produzidos pela escola orientavam-se para o registro de informações qualitativamente distintas: dados pessoais dos alunos, registros das atividades docentes, das reuniões etc. Mas a diversidade dos sujeitos a que estas informações se remetem permite vislumbrar a presença de diferentes tipos de práticas, permeadas por diferentes temporalidades que, mesmo articuladas de forma imediata, guardavam suas histórias particulares.

Nas palavras de Veyne,

O que confundiu tudo é que a individualização dos factos históricos é sui generis: deve-se a uma certa temporalidade abstracta, o que levou a acreditar sem razão que a história era conhecimento da individuações espácio-temporais, isto é, do concreto, do

¹² Conforme presente em CERTEAU, 2000.

fluxo das percepções! Não se via que a temporalidade histórica fosse uma construção de escala variável que funcionasse como filtro; cada problemática tem a sua temporalidade, as crises ministeriais ou a instabilidade ministerial em bloco. (VEYNE, 1971, p. 40)

A multiplicidade dos dados presentes nos livros de registro da escola remetem a múltiplos aspectos da vida escolar e mesmo social. Enveredar a esmo por qualquer um implicaria em deixar a “estrada principal”; não fazê-lo, no entanto, não impede de pensar nos nichos de vivências passíveis de serem desvelados pelas informações contidas nestes livros.

Com isto,

Os caminhos possíveis ampliam-se, são os arquivos, mas também os novos olhares sobre eles, são os impressos com as diferentes abordagens para analisá-los, são os estudos biográficos levando-nos para um outro patamar. (MENEZES, 2004, p. 7)

Mas qual seria a “estrada principal”?

Para tentar encontrar ou construir uma estrada principal, optou-se por novos cortes, além de se buscar um tipo de livro cuja frequência cobrisse todo o período estudado. Considerou-se que a opção deveria ter em conta os protagonistas centrais do processo ensino – aprendizagem: professores e alunos.

Além disto, optou-se, também, por buscar uma documentação que permitisse observar a história da Educação para além dos “movimentos” pedagógicos e para além das orientações estatais relativas a organização e funcionamento das escolas.

2.2. OS LIVROS DE MATRÍCULA

A opção de dar um tratamento privilegiado aos Livros de Matrículas resultou, em primeiro lugar, do número destes conservados no Arquivo, já que, para todo o período pesquisado, encontraram-se exemplares suficientes para alguma representação¹³ de cada momento. E isto permitiria observar as dimensões da continuidade e da permanência, bem como

os momentos de inflexão e ruptura. Em outras palavras, permitiria observar uma certa dinâmica “interna” da escola.

Em segundo lugar, a quantidade de informações contidas nestes livros desde logo se mostrou suficiente para apurar uma certa caracterização dos alunos, bem como sua movimentação ao longo do período.

Os traços relativos à identidade dos alunos da Escola “Carlos Gomes” já haviam sido pesquisados, anteriormente, por Terezinha A. Quaiotti Ribeiro do Nascimento, e foram por ela registrados¹⁴. Neste sentido, seu trabalho forneceu alguns importantes referenciais para as reflexões aqui desenvolvidas; destaque-se, apenas, que sua pesquisa abordou um período mais longo da existência da escola, o que resulta, em alguns aspectos, em outro grau de aproximação e tratamento das informações presentes na documentação. Outros trabalhos que, de alguma forma, serviram de referência à pesquisa, apresentam-se a uma distância maior do período ou das questões abordadas por ela.

Quanto ao tratamento das informações, este apenas tangenciou uma “perspectiva quantitativa”, o que não decorreu de uma “opção” metodológica. Este tratamento foi a forma que se mostrou mais exeqüível para dar conta de informações que se apresentam, sobretudo, de forma cumulativa: nomes e mais nomes, datas e mais datas de nascimentos, endereços e mais endereços residenciais, profissões e mais profissões... Apurar as dimensões, os movimentos e as relações quantitativas neste universo de dados pareceu apenas uma decorrência lógica da disposição de organizá-los. E isto significou um sumário tratamento destes números. Um passo seguinte ofereceria maior dificuldade: apurar as possibilidades de interpretação da trajetória da escola a partir das relações estabelecidas entre os números.

Tratar cúmulos de informações significou, neste caso, mais que tratar de números. A partir destes números, foi possível delinear alguns tempos da vida escolar, alguns movimentos de seus alunos, bem como fazer conjecturas sobre suas vivências. Porém, como quaisquer referenciais empíricos, estes cúmulos guardam seus limites exatamente em suas possibilidades. Para além de seus limites, abrem-se informações de outras naturezas: enveredar por seus

¹³ Observe-se, porém, que, para alguns níveis de ensino, a falta de Livros de Matrícula possibilitou uma imagem apenas fragmentária.

¹⁴ NASCIMENTO, 1999.

caminhos, algumas vezes, envolveria tratar de outras espécies de conhecimentos, correlatos a outras práticas.

Acompanhar as formas delineadas por estes números, porém, é menos que acompanhar a vida escolar dos alunos da Escola “Carlos Gomes”. Mais apropriado seria falar que os números e formas delineados nos Livros de Matrículas permitem, além de uma certa caracterização dos alunos, acompanhar sua “passagem” pela escola. É o que indicam os livros: alunos com tais perfis chegavam, permaneciam, se iam.

Da forma como a documentação trata da vivência dos alunos, o arquivo guarda outros registros, em diferentes corpos: fotos, trabalhos preservados na Hemeroteca (integrada à Biblioteca Histórica), lembrancinhas de alunos guardadas em meio a livros etc. É um material a ser inventariado, juntamente com os documentos presentes nos prontuários dos alunos. E pode-se supor que estes corpos remetam a outros enfoques e dimensões também particulares da história da escola e de seu alunos. Ainda, poder-se-ia pensar nas possibilidades colocadas pela história oral, haja vista que estão vivos vários alunos que freqüentaram a escola no período. Mas a soma destes enfoques não produziria uma história única ou cabal da Escola “Carlos Gomes”, pois esta história não existe - não foi feita ou vivida por ninguém.

Como adverte Paul Veyne,

... como totalidade, a História escapa-nos e, como entrecruzamento de séries, ela é um caos semelhante à agitação de uma grande cidade vista de um avião. (VEYNE, 1971, p. 24)

Valendo-se de imagem distinta mas não menos expressiva, Certeau oferece, com outro olhar, outras paisagens sob os lugares da memória:

*A diferença que define todo lugar não é da ordem de uma justaposição, mas tem a forma de estratos imbricados. (...)
Os discursos legíveis que antigamente os articulavam desapareceram, ou deixaram na linguagem apenas alguns fragmentos. Esse lugar, na superfície, parece uma colagem. De fato, é uma ubiqüidade na espessura. Um empilhamento de camadas heterogêneas.*

Cada uma, semelhante a uma página de livro, estragada, remete a um modo diferente de unidade territorial, de repartição sócio-econômica, de conflitos políticos e de simbolização identificatória. (CERTEAU, 1994, pp. 309/10)

Assim, a pesquisa resguardou-se nas séries de dados registrados nos Livros de Matrículas. E estas séries - que “também” foram produzidas pela pesquisa - já estavam lá, nos livros. Iniciaram-se antes do período pesquisado e também têm uma história.

3. CAP. II. AS ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS E O 1º GOVERNO VARGAS

É possível especular sobre as várias possibilidades de uso, por parte dos diferentes escalões da administração escolar, dos dados recolhidos nos Livros de Matrículas. Os Livros sugerem algumas, inclusive de ordem simbólica: a presteza da escrituração dos dados denota uma igual presteza na realização do trabalho pelos funcionários e professores.

No entanto, os dados coletados nos Livros de Matrículas pareciam prestar-se a um tipo específico de práticas que, naquela conjuntura histórica, parecia florescer junto ao Governo Federal: a estatística. Ao menos é o que sugere o fato de parte significativa das informações presentes nas estatísticas da Educação no País, no período, corresponder às informações recolhidas nestes livros.

A estatística, para além de ganhar legitimidade por invocar o uso de metodologias rigorosamente científicas de investigação sobre o País e a Nação, e, também, por invocar como fins a constituição e o progresso da nacionalidade, buscava credenciar-se por sua capacidade de produzir um repertório de proposições estratégicas voltadas a estes fins, dentro da máquina política e administrativa do Estado Novo, a partir de uma articulação específica entre poder e saber.

As preocupações com o conhecimento estatístico não eram novas. Mas é, sobretudo, a partir de 1930 que produção estatística ganha impulso no País:

Assim, foi criado em janeiro de 1931, no âmbito do novo Ministério da Educação e Saúde Pública, a Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação. No mês seguinte, foi criado o Departamento Nacional de Estatística, ligado ao recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. (...)

Durante os anos de 1933 e 1934, o governo federal tomou outras providências visando organizar os serviços de estatística do país. Foram criadas as secretarias de Estatística e Publicidade no Ministério da Agricultura, transformadas depois em Diretoria de Estatísticas da Produção. Foram instituídas a Diretoria de Estatística Econômica e Financeiro, no Ministério da Fazenda, e a Diretoria de Estatística Geral, no Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Dessa maneira, configurou-se o quadro central das repartições federais de estatística. (ABREU, BELOCH, LATTMAN-WELTMAN, LAMARÃO, 2001, p. 2423)

Através do Decreto N.º 24.609, de 6 de julho de 1934, foi criado o Instituto Nacional de Estatística. No que diz respeito à Educação, este dispositivo legal estabelecia que:

Art.3º - Constituirão o Instituto duas classes de entidade a saber: a das “Repartições Centrais” e a das “Instituições Filiadas” .

§ 1º - Formarão o quadro das “Repartições Centrais”:

(...)

V. a Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação, parte integrante da Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública, com o encargo, em matéria de estatística dos levantamentos atinentes aos fatos educacionais, culturais e médico-sanitários. (Governo dos Estados Unidos do Brasil, 1934)

Em 1936, a produção estatística parece “decolar”, ganhando corpo e vida própria, dentro da máquina governamental, com a instalação do Instituto Nacional de Estatística, criado através do Decreto N.º 1.022, de 11 de agosto de 1936, o qual aprova e ratifica a Convenção Nacional de Estatística, assinada na mesma data. No que diz respeito à Educação, esta Convenção, em seu Capítulo I, ratifica a posição da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação prevista quando da criação do I N E, conforme se segue:

Cláusula primeira

(...)

III. Formam o quadro central das organizações federaes as directorias de estatística especificadas no art. 3º, § 1º do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934... (Governo dos Estados Unidos do Brasil, 1936)

Neste processo destaca-se a figura de Mario Augusto Teixeira de Freitas - “pai-fundador do I. B. G. E.”¹⁵, cuja vida profissional parece intimamente imbricada com a história da estatística, mas também da Educação, no País.

Desde o início da década de 1930, com sua nomeação como Diretor da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério de Educação e Saúde Pública, até sua gestão

à frente do Instituto Nacional de Estatística, depois Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE¹⁶), no qual atuou de 1936 a 1948 como Secretário-Geral do Conselho Nacional, Teixeira de Freitas distinguiu-se, sobretudo, pelas formulações teóricas que ganharam corpo com a institucionalização, no seio do Governo, de uma “máquina” estatística.

A criação máxima do pensamento e ação de Teixeira de Freitas foi, sem dúvida, o IBGE. A instalação de sistema estatístico no Brasil- e esta é uma característica particular que o singulariza perante os outros sistemas nacionais - teve como suporte conceitual um novo princípio orgânico de racionalização: a cooperação interadministrativa, unindo as esferas governamentais nas áreas federal, estadual e municipal. É uma relação epistêmica com uma disciplina estratégica para o conhecimento teórico-ativo de ecúmeno brasileiro - a Geografia. (IBGE, 1990, p. 13)

Ou seja, o conhecimento da Nação demandava a existência de uma estrutura que se estendesse sobre toda ela, inclusive com o suporte das três esferas do Poder Público.

Mas Teixeira de Freitas ia além. E o reconhece ao comentar uma oração proferida pelo Monsenhor Dr. Henrique de Magalhães por ocasião do “Dia do Estatístico”, provavelmente no ano de 1943:

... Monsenhor Dr. Henrique de Magalhães resumiu com muita felicidade êsse complexo papel que cabe à estatística e à geografia ao serviço do Estado, comparando-as a um poderoso aparelho de Raios X, destinado a revelar os segredos anatômicos e fisiológicos dos organismos políticos. A imagem não podia se mais feliz. O certo é, porém, que o Instituto assume responsabilidades ainda mais altas, pois procura orientar a ortopedia do corpo social e os cuidados que lhe devam assegurar o máximo de vitalidade e euforia. Assim, as suas exposições, os seus cursos, os seus livros, as suas revistas, os congressos que organiza ou apoia, as festas cívicas e as sessões culturais que promove, tudo isto é esforço educativo e de cultura. (...) o instituto, ora diretamente, ora pelas suas sugestões dos seus técnicos, também pratica

¹⁵ É desta forma que a ele se refere o texto de apresentação da Edição comemorativa de seu centenário, no periódico “Documentos para Disseminação – Memória Institucional 1 –Teixeira de Freitas: Pensamento e ação” (I. B. G. E., 1992).

¹⁶ Em 1938, o Instituto Nacional de Estatística passou a se chamar Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, já que, em 1937, havia incorporado o Conselho Nacional de Geografia. (ABREU; BELOCH; LATTMAN-WELTMAN; LAMARÃO, 2001, p. 2423)

uma política de organização, renovação e reconstrução do Brasil. (TEIXEIRA DE FREITAS, 1943, p. 124)

Com esta declaração, que parece emblemática, Teixeira de Freitas parecia tentar se colocar acima das “fronteiras” entre saber e poder, a ponto de considerar o IBGE como instância privilegiada para a orientação das políticas públicas.

Nas palavras do autor:

São esquema lógicos, considerações persuasivas, fatos novos, que o Instituto elabora, aborda ou comenta. Pelo vulto da sua correspondência e amplitude do seu esforço publicitário, penetra a fundo e em grande extensão na mentalidade popular. Com isto vai influenciando o próprio espírito dos administradores em relação a numerosos problemas fundamentais, cuja solução logo se lhes impõe à luz dos esclarecimentos e dos apelos formulados. Demais disso, as nossas iniciativas e publicações de finalidade cultural têm nítidos objetivos de renovação e unidade nacional Isto vem ficado bem evidenciado, especialmente através da colaboração que temos levado a várias instituições, cujas campanhas se destinam a renovar os quadros da vida brasileira. Lembre-se, por exemplo, nesse sentido, o que o Instituto tem feito e publicado a propósito das iniciativas da Associação Brasileira de Educação, colocadas por vêzes sob o seu patrocínio, na honrosa companhia do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. (TEIXEIRA DE FREITAS, idem, p. 124)

Para além de “revelar os segredos anatômicos e fisiológicos dos organismos políticos”, o IBGE “assume responsabilidades ainda mais altas, pois procura orientar a ortopedia do corpo social e os cuidados que lhe devam assegurar o máximo de vitalidade e euforia”. À “luz dos esclarecimentos” de um órgão credenciado pelo rigor de suas investigações e reflexões científicas, seria possível formar e, também, mobilizar uma opinião pública - para além dos órgãos governamentais - criando a demanda e o suporte social necessários ao desenvolvimento de políticas públicas que transcenderiam os órgãos governamentais e colocariam, em patamares progressivamente mais elevados, a nacionalidade.

Porém, ao mesmo tempo em que reconhece o papel de produtor e indutor de políticas estatais, Teixeira de Freitas também coloca-se, junto ao IBGE, na situação de subordinação ao Governo Federal.

O Instituto (I. B. G. E.), pois, dados os seus fins, não poderia senão incentivar o leal depoimento dos seus observadores, às vèzes, mesmo, procurando resumí-los e encaminhá-los aos diferentes órgãos do Govêrno e da administração a que a responsabilidade das deliberações executivas estiver distribuída. Essa preocupação de bem aproveitar os depoimentos da observação geográfica, estatística ou censitária tem sido, aliás, não só aprovada, mas estimulada em alto grau pela autoridade do Chefe da Nação, a quem o Instituto está diretamente subordinado. (TEIXEIRA DE FREITAS, ibdem, p. 124)

Mas nem a modéstia de Teixeira de Freitas, nem sua reverência a Getúlio, impedem que proponha a constituição de uma poderosa superestrutura colada ao Governo e num papel ainda superior ao do próprio IBGE- o Departamento do Governo:

Subordinado diretamente ao Presidente da República, planificaria a ação governamental, unificando-a pela necessária articulação entre os objetivos distribuídos aos diferentes Ministérios. Estes, porém, possivelmente em número de doze, para se diferenciarem de maneira mais racional, e assim, com programas mais homogêneos, atenderem, três a três, aos quatro grandes setores da ação governamental. (...) caberia ao Departamento do Govêrno, no que se referisse ao estabelecimento e execução de planos gerais, função análoga à dos dois aparelhos que o Presidente Vargas já criou com indiscutível êxito: o DASP, para unificar a gestão administrativa, e o IBGE, constituindo a bem dizer, graças à unidade de ação que o caracteriza, o sensoriu do Govêrno e da Administração. (TEIXEIRA DE FREITAS, ibdem, p. 126)

Em outras palavras, Teixeira de Freitas formula, aqui, explicitamente, a proposta de constituição do IBGE enquanto produtor e indutor de políticas governamentais estratégicas para cada um e todos os Ministérios, os quais se recomporiam e se articulariam a partir de uma concepção “ibgeana”. Junto ao Governo e, num certo sentido, acima dos Ministérios, a entronização de uma estrutura credenciada por seus saberes, especializada em sua produção e apta a induzir e encaminhar políticas administrativas, voltadas para a “ortopedia do corpo social” e para “os cuidados que lhe devam assegurar o máximo de vitalidade e euforia”.

Tratava-se, pois, de um esforço de “renovação e reconstrução do Brasil”, porém dentro de uma nova concepção. E este esforço correspondia a um tipo específico de práticas anterior ao Instituto Nacional de Estatística (I. N. E.), mas que se consolidou com sua instalação, a partir do Decreto n.º 1.022, de 11 de agosto de 1936. Este Decreto aprovava e ratificava a Convenção Nacional de Estatística, assinada, na mesma data, pelos delegados dos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre. Esta Convenção buscava atender

... á conveniencia da coordenação e da uniformização da estatística brasileira, de modo a que seja a mesma elaborada, dentro das normas constitucionaes vigentes, num regime de cooperação e divisão racional de trabalho e de recursos, entre as diferentes esferas administrativas... (GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1936)

Não se constituía, portanto, o I. N. E., apenas numa agência voltada à produção de conhecimento quantitativo. Tratava-se de uma agência que atribuía ao conhecimento e à sua produção o papel estratégico de conformador do social. A partir desta agência, a sociedade poderia observar a si própria, formular juízos sobre sua constituição, sua dinâmica, e adotar procedimentos voltados à correção de suas imperfeições e à promoção de seu progresso. Mediando todo este processo se colocaria o I. N. E. (depois I. B. G. E.) - um moto-contínuo a instituir e embalar a sociedade a partir de uma máquina apta a efetivar e potencializar suas virtualidades:

E porque exprima assim o sistema definitivo que a Nação encontrou para integrar a evolução normal dos seus serviços estatísticos, base da administração pública e mesmo das próprias atividades privadas, não é o Instituto somente uma criação que permanecerá, senão também que se expandirá com vitalidade poderosa. Porque as suas raízes se encontram nas raízes mesmas da formação nacional, histórica e geograficamente falando, e o seu dinamismo tão entrelaçado está, alternadamente como causa e efeito, com as próprias fontes de vida da Nação, que, estimulando-as constantemente, por elas será também excitado e mantido, na admirável harmonia das criações evolutivas que surgem na vida dos povos com características nitidamente orgânicas. (TEIXEIRA DE FREITAS, 1936, pp. 103/4)

As raízes da nacionalidade brasileira, a fonte de sua vitalidade e a revelação de seu destino pareciam emergir do I. B. G. E....

Não há como não observar que se tratava de um projeto totalitário, e, muito provavelmente, pode-se sugerir, o edificador da estrutura que mais se projetou para além do Estado Novo; haja vista constituir-se, ainda hoje, no órgão por excelência de estatística no País. E isto não ocorreu por acaso: as palavras de reconhecimento e agradecimentos de Teixeira de Freitas a Getúlio Vargas pelo espaço reservado ao I. N. E., quando de sua instalação, em 29 de maio de 1936, indicam, efetivamente, uma proeminência deste órgão dentro do Governo:

... a V. Excia., Sr. Presidente, que, ao instalar o Instituto de Estatística, entendeu de dar ao seu órgão central a mais eminente situação possível no aparelho governamental da República, colocando-o junto à secretaria da Chefia do Govêrno e entregando a sua direção a um dos nossos homens públicos mais proeminentes e mais em evidência, o titular da pasta do Exterior, - por tudo isso são-lhe realmente devidos, Excelência, os mais vivos, os mais calorosos, os mais vibrantes aplausos dos brasileiros que em todos os quadrantes do país servem à Nação como pesquisadores estatístas. (TEIXEIRA DE FREITAS, idem, p. 105)

No que diz respeito ao debate das questões da Educação, a participação de Teixeira de Freitas é anterior, mesmo, à criação do I. N. E.. Tem início logo após a Revolução de 1930, quando foi nomeado Diretor da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério de Educação e Saúde Pública, criado pelo Ministro Francisco Campos, em decreto de 14 de novembro do mesmo ano. (LOURENÇO FILHO, Ruy, 1991, p. 24).

A partir daí, Teixeira de Freitas, progressivamente, projetou-se como interlocutor das questões educacionais:

À Sessão de abertura da IV Conferência, no Teatro Municipal, compareceram o Chefe do Governo, Getúlio Vargas, e o Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, que vieram à primeira assembléia de educadores reunida depois do triunfo da Revolução conferir-lhe o dever de traçar o rumo à obra de educação que o Governo teria de empreender.

Dos debates na IV Conferência teve origem o Convênio entre a União, os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre, para o aperfeiçoamento e uniformização das estatísticas educacionais e conexas, assinado a 20 de dezembro de 1931, e o sucesso dessa iniciativa deveu-se especialmente a M. A. Teixeira de Freitas, que, como delegado do Governo Federal, assinou o texto de vinte e sete cláusulas do Convênio (LOURENÇO FILHO, Ruy, 1991, p. 25)

Tratava-se, portanto, de uma figura reconhecida pelo Governo Vargas e, também, pela entidade que se colocava como interlocutora privilegiada dos interesses da Educação, a A.B.E.. Em 1935, foi eleito Presidente Nacional desta Associação, no seu VII Congresso, exercendo este cargo até 1938, quando o transferiu para Fernando de Azevedo. (LOURENÇO FILHO, Ruy, 1991, p. 24)

De acordo com Lourenço Filho:

Há um longo período da história da Associação Brasileira da Educação que não poderá ser escrito sem que se mencione a cada linha o nome de Teixeira de Freitas. A partir de 1931 foi ele o autor de toda uma série de brilhantes conferências nacionais de educação. (...) Foi ele o criador das “exposições do ensino e educação”. Foi o autor, o coordenador, o editor de grande número de publicações de mais alta valia para os educadores. Foi ele, na presidência da Associação, o animador de sua expansão nacional. Numerosos projetos e planos por que a A. B. E. se bateu e ainda agora se bate são de sua inspiração, senão de sua pena de mestre, em tôdas as minúcias.

(...) muitas e muitas vezes, nos casos mais intrincados, a primeira pergunta que ocorria à maioria dos abeanos, sempre foi esta: “Que pensa o Dr. Teixeira sobre o assunto?... (LOURENÇO FILHO, 1958, p. 170).

Um dos produtos do Convênio para o aperfeiçoamento e uniformização das estatísticas educacionais e conexas, assinado em 20 de dezembro de 1931, foi a publicação “O Ensino no Brasil”, elaborada pela Diretoria de Estatística da Educação e Saúde, sob a direção de M. A. Teixeira de Freitas. Esta publicação destinava-se à divulgação dos dados coligidos nas estatísticas nacionais anuais do ensino. De acordo com Teixeira de Freitas,

Surgiu então, em 1931, a iniciativa da Associação Brasileira de Educação, sugerida pelo seu eminente Presidente, Prof. Fernando Magalhães, no sentido de ser convocada uma convenção inter-governamental que tivesse por fim estabelecer um plano rigorosamente sistematizado, segundo o qual passasse a ser feito o levantamento da estatística educacional brasileira. E para que o assunto fosse debatido, previamente, o programa da 4ª Conferência Nacional de Educação focalizou, em três teses, os aspectos essenciais do problema.

O êxito brilhante dessa iniciativa, devido à clarividência de estadista de Francisco Campos, é bastante conhecido e constitui um dos mais honrosos testemunhos da cultura brasileira.

O acôrdo firmado solenemente entre a União, os Estados, o Distrito Federal e o Acre a 20 de dezembro de 1931, previamente autorizado e depois ratificado por decretos de todos os governos interessados, calcou-se nas conclusões daquela Conferência... (TEIXEIRA DE FREITAS, 1937, p. 10)

Assim, “O Ensino no Brasil” resultou de um esforço no sentido de representar, numericamente, o que, nas palavras de Teixeira de Freitas, seriam os

... aspectos fundamentais e principais características da vida educacional do país, uniformemente fixados, pela União e pelas Unidades Federadas, segundo o plano e as normas instituídas pelo Convênio de Estatísticas Educacionais de Dezembro de 1931. (TEIXEIRA DE FREITAS, 1936, p. XIII)

Enquanto Diretor da Diretoria de Estatística da Educação e Saúde, Teixeira de Freitas acompanhava a coleta, a organização e, mesmo, a edição das informações recolhidas em âmbito nacional, a partir da assinatura do Convênio, em 1931. Estes dados, tabulados e organizados, passaram a ser divulgados no periódico “O Ensino no Brasil”. A apresentação de cada um dos volumes do Ensino no Brasil era feita por ele. Nestas apresentações, Teixeira de Freitas procurava, além das referências gerais, indicar ao leitor as tendências e inflexões observáveis nos dados organizados. E, a partir daí, suas reflexões desdobravam-se em proposições de reforma da Educação nacional e, mesmo, de sua constituição enquanto ponto de apoio e força capaz de alavancar o progresso da nacionalidade.

Neste aspecto, Teixeira de Freitas partilha e é um “animador” das expectativas e proposições que, naquela conjuntura, focavam-se sobre a Educação, e que previam a

pedagogização de recursos voltados à potencialização do espaço escolar. E, para Teixeira de Freitas, havia bons motivos para este olhar privilegiado sobre o espaço escolar. Entre estes:

... ponderam-nos os registros numéricos que, se é a escola a única agência educativa com que a maioria dos brasileiros pode contar, é também, em quase toda a parte, a única instituição pública depositária de recursos materiais, intelectuais e morais para uma útil atuação cultural, e da qual, assim, pode e deve a Nação exigir um trabalho complementar de propulsão civilizadora, desdobrado nas mais variadas formas. As festividades recreativas e cívicas, em que a arte desempenha tão preponderante papel; a utilização da cinematografia, radiofonia, da fonografia; a iniciativa ou a colaboração para a criação ou aperfeiçoamento dos museus, bibliotecas e arquivos locais; os alvites e o impulsionamento das realizações governamentais ou da iniciativa privada que a vida local estiver exigindo para a defesa da natureza e dos monumentos históricos e artísticos, para as campanhas humanitárias, para o enriquecimento do aparelho educacional do município; a colaboração nas pesquisas estatísticas de ordem econômica e social; a distribuição, por intermédio dos alunos, de farto material, educativo e instrutivo, para uso dos pais, com o preparo prévio do espírito daqueles em termos de provocar influência eficaz para que êstes tirem real proveito dos elementos oferecidos; tudo isto, e muito mais ainda possível em tal terreno, bem poderá fazer o professor em benefício da educação popular. E nunca êle se negaria a um tão nobre papel, que além do mais lhe seria motivo de um elevadíssimo prestígio social. Mas um tal alargamento da obra escolar há de se possibilitado com recursos adequados e precisa desenvolver-se harmônicamente, segundo uma orientação superior esclarecida, que tudo coordene, estimule e facilite. (TEIXEIRA DE FREITAS, 1937, p. 154)

Com estas e as demais proposições, presentes na referida obra, Teixeira de Freitas acompanha o ânimo e as expectativas dos mais relevantes atores que se voltaram à Educação na época; mas, singularizava-se, entre tantos, por estar em condições privilegiadas para dimensionar o “quadro” do ensino nacional, suas carências, e, por fim, os requisitos necessários a uma mudança significativa de seu patamar de qualidade. Suas propostas de reforma refletem um olhar que não privilegiava as questões de ordem estritamente pedagógica. Seu olhar era, sobretudo, o de “gestor”, voltado para um universo “macro”, empenhado na produção de mecanismos que atendessem à sua complexidade e permitissem tratar suas enormes carências.

Por outro lado, pode-se supor que, ao ampliar o leque das potencialidades da “rede escolar” do País, Teixeira de Freitas procede, através de seu discurso, a um esforço de articulação de amplos e distintos segmentos sociais, atraindo sobre ela as atenções de todos que se

identificam com quaisquer das propostas aventadas. Além de, evidentemente, reivindicar aos “reformadores da Educação” credenciais correspondentes à relevância destas propostas e ao trabalho necessário para implementá-las.

O conjunto dos esforços que se pode presumir embutidos na coleta, sistematização e divulgação de dados são sugestivos quanto ao montante das expectativas depositadas na Educação¹⁷. Mas também são sugestivos quanto à importância da produção e divulgação deste tipo de conhecimento sobre a realidade do ensino nacional. Quanto a isto, as palavras de Lourenço Filho são expressivas:

A obra da educação nacional vinha carecendo, até há pouco, de um dos elementos fundamentais de organização: o que lhe fornecesse levantamentos estatísticos periódicos, segundo sistemática coerente, e que permitissem o confronto, ano por ano, dos índices de trabalho e de desenvolvimento por parte das instituições educativas de todo o país. Só com êsses recursos é possível, com efeito, julgar da providências de govêrno, da cooperação das entidades particulares, dos tipos de organização e de administração mais convenientes, do valor dos próprios processos didáticos em uso. Por outro lado, só mediante êsses dados objetivos poder-se-á abranger o problema da educação nacional em tôda a sua magnitude, para chegar-se ao esclarecimento da mentalidade popular, e à conseqüente criação de um clima favorável ao desenvolvimento da campanha de educação que os interesses da Nação estejam a exigir. (LOURENÇO FILHO, apud TEIXEIRA DE FREITAS, 1936, p. XIII).

Duas ordens de preocupações transparecem nestas palavras. Em primeiro lugar, a preocupação com a produção, de forma “sistemática e coerente”, de um conhecimento através do qual as instituições educativas nacionais pudessem conhecer-se, aprimorar-se e, portanto, firmarem-se enquanto tal em suas ações. Em segundo lugar, a idéia de que a divulgação de tais conhecimentos sobre a Educação também se constituiria em fator de mobilização da atenção popular, no sentido do desenvolvimento de uma “campanha de educação que os interesses da Nação estejam a exigir”.

¹⁷ O volume “O Ensino no Brasil em 1937, por exemplo, reúne os principais dados numéricos das “redes de ensino” municipais, estaduais, federais, públicas e particulares de todo o País, num volume de 731 páginas.

Assim, a produção de “O Ensino no Brasil” parece integrar-se a um conjunto de concepções e práticas que tinham como objetivo uma alavancagem¹⁸ do progresso nacional com base na implementação de reformas educacionais, em cujo fulcro também se inseria a própria produção de um conhecimento científico sobre a realidade.

Desta forma, “O Ensino no Brasil” deve ser situado como o produto e também instrumento de intervenção social associado a um determinado tipo de prática, que remonta às décadas de 1910 e 1920, no Brasil, e que Foucault associa ao advento da Modernidade.

De acordo com Marta de Carvalho,

É muito tênue a diferença entre a prática dessas organizações cívicas e a que caracterizou as associações de profissionais como médicos, educadores, engenheiros e higienistas que na década de 20 se organizaram através de inúmeros congressos e conferências em torno de questões eleitas como pontos privilegiados de intervenção. Nelas, inúmeros rituais conformavam tais questões como causas cívicas, validando objetos e técnicas de intervenção e credenciando seus agentes. O reformador social - cuja presença marcante na década de 20 só recentemente tem sido registrada e analisada - tem nessas organizações o seu lugar de emergência. (...)
A Associação Brasileira de Educação foi uma dessas organizações. (...) A ABE funcionou assim como instância de organização e credenciamento de reformadores sociais, produzindo um espaço de ação política - o do técnico - que seria gradativamente alargado no interior da burocracia estatal, principalmente a partir de 1930. Mas funcionou também como instância de disseminação de um saber sobre o social, de marcada configuração autoritária, em que o povo brasileiro é figurado como matéria informe e plasmável pela ação de uma elite que projetava conformá-la a seus anseios de Ordem e Progresso. (CARVALHO, 1989, pp 56/7)

Mas há outro olhar possível.

Como outros expoentes do Governo Vargas e também integrante da A. B. E., Teixeira de Freitas não escapou da sedução ou ilusão oferecidas por estas práticas, as quais, também, parecem associadas às práticas escriturísticas, que Michel de Certeau considerou como a utopia fundamental e generalizada do Ocidente moderno. (CERTEAU, 1994, p. 225).

Nas palavras do autor:

¹⁸ Esta expressão não foi constatada no período pesquisado.

No século XVIII, a ideologia da Luzes queria que o livro fosse capaz de reformar a sociedade, que a vulgarização escolar transformasse os hábitos e costumes, que uma elite tivesse com seus produtos, se a sua difusão cobrisse todo o território, o poder de remodelar toda a nação. Este mito da Educação inscreveu uma teoria do consumo nas estruturas da política cultural. (...) Mas no decorrer de toda essa evolução, a idéia de uma produção da sociedade por um sistema “escriturístico” não cessou de ter como corolário a convicção de que, com mais ou menos resistência, o público é moldado pelo escrito (verbal ou icônico), torna-se semelhante ao que recebe, enfim, deixa-se imprimir pelo texto e como o texto que lhe é imposto. (CERTEAU, 1994, p. 261)

Estas diferentes formas de observar as relações entre saber e poder, ou entre saber e política, parecem tão mais consistentes quanto se observa a complexidade e a multiplicidade da produção documental e bibliográfica integrantes do Arquivo Histórico da Escola “Carlos Gomes”.

No que diz respeito, especificamente, a Teixeira de Freitas, não há como negar que seu trabalho direcionava-se à elaboração de proposições totalitárias, o que ele próprio enuncia em seu trabalho “O que dizem os números sobre o ensino primário”, de 1937. No entanto, é importante observar que não foram encontradas indicações que o vinculem ao ideário nazi-fascista, então em ascensão na Europa. Pelo contrário, várias são as referências à estrutura democrática de funcionamento do I. B. G. E., criada por sua inspiração. E formulações marcadas por este mesmo viés parecem ter sido comuns a outros atores que se dedicaram a pensar o Brasil e a Educação, naquele contexto, inclusive Lourenço Filho.

Deste modo, Teixeira de Freitas pensava a constituição da nacionalidade a partir da escolarização de segmentos cada vez mais amplos da população. E esta escolarização era mais que garantir vagas para todos. Os escritos de Teixeira de Freitas - vários dos quais, em algumas passagens, chegam a assumir o tom de manifestos - reclamam não apenas dos baixos índices de matrículas ou de conclusão de Cursos no País, mas também dos problemas da qualidade do ensino ministrado nas escolas, do problema salarial, de formação dos professores etc.

No esforço de equacionar e pensar alternativas para estes problemas, Teixeira de Freitas, no livro “O que dizem os números sobre o ensino primário”, publicado em 1937, dedica uma grande atenção para dimensionar a rede de ensino que seria possível - tendo em vista o enorme déficit de escolas, de professores e de vagas -, a rede que seria necessária - considerando-se os

baixos índices de matrículas e de conclusão de Cursos -, e os mecanismos a serem utilizados, a fim de canalizar o máximo de recursos financeiros à manutenção do ensino Primário. E, dadas as dimensões do País e a dimensão da questão educacional, o olhar totalizador parecia impor-se antes como um requisito metodológico que como uma opção. O que, obviamente, não muda o caráter deste olhar.

Deste modo, “O Ensino no Brasil” também se constituiu num suporte de informações estratégicas para a constituição de um fundo para a manutenção do ensino Primário no País, reunindo recursos do Governo Federal, dos Governos Estaduais e das Prefeituras.

Teixeira de Freitas tentava de todas as maneiras e meios sensibilizar o governo para o problema educacional do País, para que os estados, municípios e a União tivessem uma cota mínima de despesa nesse item e quando os municípios tivessem insuficiência de receitas, o Governo Federal pudesse cobrir essa parte até que a receita chegasse. (CUNHA, 1991, p. 57)

Em 16 de novembro de 1942, foi assinado o Convênio Nacional de Ensino Primário, constituindo o Fundo Nacional de Ensino Primário. O Convênio foi ratificado pelo Governo do Estado de São Paulo, em 30 de junho de 1943.

Com sua assinatura, Teixeira de Freitas parecia dar um passo significativo na efetivação de um de seus importantes projetos para a Educação; no entanto, isto exige algumas ponderações. Em primeiro lugar, as principais propostas que Teixeira de Freitas defendia para a Educação - a produção de uma estatística educacional e a constituição de um fundo para o financiamento do ensino - já haviam sido formuladas muito antes do seu ingresso na vida pública. E isto significa que Teixeira de Freitas não “inventou” as estatísticas educacionais nem a proposta de fundo para a manutenção do ensino.

Com relação a estas questões, Lourenço Filho apontou que

E essas idéias êle (Rui Barbosa) as colhe, especialmente no especialista inglês Galloway. Chama, por isso, a atenção do parlamento, para a necessidade de se criar um ministério de Instrução Pública. No projeto que defende, desde logo propõe, como

medida intermediária, uma diretoria geral de instrução pública, na pasta do Império, com alçada sobre todo o país, ou, nas suas próprias palavras, “consagrada, privativamente, ao serviço da educação nacional”. Defende a idéia de inspetorias nacionais de ensino e um Conselho Superior de Instrução Nacional. Não é tudo. Propõe se institua um fundo nacional escolar, cuja fonte de recursos deveria se um impôsto per capita. Propõe ainda um Museu Escolar Nacional, ou órgão central de estudos pedagógicos, também, incumbido de levantar a estatística de ensino. Com o princípio da centralização, e até como seu regulador, Rui defende a necessidade de que todo o sistema seja fundamentado em bases objetivas. Ninguém mais do que êle pregou a necessidade da estatística escolar, sistematizada por órgãos do govêrno central, idéia que só cinqüenta anos depois, no entanto, seria concretizada, em nosso país, graças aos esforços de M. A. Teixeira de Freitas, e que, enfim, havia de tornar-se conquista definitiva, com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - esplêndida realização do patriotismo do Embaixador José Carlos de Macedo Soares. (LOURENÇO FILHO, 1954, p. 29)

Em outras palavras, tanto a estatística quanto a idéia de fundo para a manutenção do ensino têm história; no caso deste, a história parece enredada com questões como o papel do Estado, a relação entre o público e o privado, as políticas públicas etc. E esta história tem continuidade. Quanto a isto, o “tom” e o “volume” que assumiram, na última década, as discussões relativas à constituição do Fundef e, mais recentemente, do Fundeb, parecem indicar a persistência das discussões e disputas relativas ao financiamento público do ensino, ao papel do Estado e à relação entre o público e o privado.

Assim, a partir de algumas referências dadas, tanto por um passado mais remoto quanto por eventos recentes, parece possível um redimensionamento do trabalho de Teixeira de Freitas.

Em primeiro lugar, diversas referências sobre ele indicam que suas características o colocavam à altura dos desafios a que se propunha, na área da Educação. São expressivas, neste aspecto, as palavras de Drummond de Andrade

... em crônica publicada no Correio da Manhã de 25 de fevereiro de 1956, três dias após o falecimento de Teixeira de Freitas, com exatidão e sensibilidade assim o retratou: “O homem que se esquivara à inscrição no Livro do Mérito teve o seu mérito afirmado ostensivamente quando já não lhe era possível refugiar-se no mundo de estatísticas e idéias de organização nacional que era o seu mundo privativo, ao mesmo tempo ideal e concreto, pois dentro dele Teixeira de Freitas, sem governar o menor pedaço do Brasil, influía profundamente na sua evolução. (CABRAL, 1991, p. 75)

Porém, é possível presumir que a projeção de seu trabalho deva se relacionar a outros fatores, que não apenas suas qualidades pessoais, sobretudo se for considerado que suas propostas previam alguma intervenção do Governo Federal sobre aspectos das administrações estaduais e municipais.

E isto lembra que a presença de Teixeira de Freitas à frente da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, do Ministério da Educação e Saúde Pública deu-se a convite de Francisco Campos, Ministro da Educação e Saúde Pública e, posteriormente, da Justiça e Negócios Interiores, do Primeiro Governo Vargas. Da mesma forma, sua presença à frente dos trabalhos do IBGE fez-se quando da Presidência, deste órgão, por Macedo Soares, que também ocupou o cargo de Ministro da Justiça e Negócios Interiores, mas que se destacou, sobretudo, enquanto Ministro das Relações Exteriores do mesmo Governo.

O prestígio de Teixeira de Freitas junto ao Governo parece evidente na referência que lhe faz Getúlio Vargas, durante o discurso de agradecimento à homenagem que recebera do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Palácio do Catete, em 30 de maio de 1938:

Êste Instituto teve, de início, a felicidade de ser dirigido pela atividade prestigiosa e fecundo do Ministro Macedo Soares e a ação dedicada de um técnico como o Dr. Teixeira de Freitas, cuja capacidade estimulava a dedicação dos seus colaboradores.
(VARGAS, p. 227)

Ou seja, o trabalho que Teixeira de Freitas desenvolveu e a projeção que alcançou provavelmente não dependeram apenas de sua competência técnica. Se as qualificações de Teixeira de Freitas e seu papel no IBGE são inegáveis, pode-se, no entanto, inferir que a possibilidade de desenvolvimento de seus projetos decorria, também, de um certo interesse e disposição de lideranças políticas situadas no núcleo do Governo de Vargas em viabilizá-las. E isto significa que, em outro Governo, em outra época, o olhar totalizador ou as pretensões escriturísticas de Teixeira de Freitas teriam resultados distintos, ou, mesmo, nenhum resultado. Neste sentido, Teixeira de Freitas parece ter sido a “pessoa certa”, no “lugar certo” e na “hora certa”. Ou seja, talvez seja possível afirmar que o trabalho de Teixeira de Freitas colocava-se no

centro de uma confluência de forças mobilizadas no sentido de uma reconstituição da Educação, a partir de outros parâmetros.

De acordo com Clarice Nunes,

A estatística aplicada à educação teve dois objetivos básicos, algumas vezes simultâneos: diagnosticar e formular as políticas do estado com relação aos “fenômenos tipicamente coletivos” e, associada à Psicologia Educacional, servir como suporte à classificação dos alunos, detendo-se na descrição das “variações” e “desvios” dos indivíduos no grupo. O alcance do seu olhar sobre a realidade tornou-se, portanto, invejável. Permitia ao educador profissional, de um lado, captar a questão pedagógica na sua dimensão mais ampla, oferecendo instrumentos para que pensasse a educação enquanto problema nacional e, de outro, descer à intimidade mesma do processo pedagógico, ordenando os indivíduos pela idade cronológica, idade mental, rendimento escolar, para só citar esses aspectos. (NUNES, 2000, p. 347)

E, complementa a autora,

... a Estatística, como ciência aplicada à educação, vai servir como instrumento de imposição da idéia do nacional sem questionar a lógica da desigualdade regional que atravessa os dados com os quais lida. (NUNES, 2000, p. 354)

No que diz respeito à relação entre a Estatística e a Psicologia Educacional, cabe apenas acrescentar que não nasceram associadas, embora tenham se “encontrado”, num mesmo modelo de práticas educacionais, por razões não fortuitas. Em relação às desigualdades regionais, cabe observar que a proposta de Fundo enunciava, como justificativa para sua implementação, a necessidade de mecanismos que compensassem a desigualdade relativa das receitas públicas municipais, estaduais e Federal, que resultava em desiguais possibilidades de financiamento do ensino por estes poderes.

Quanto à questão nacional, a partir do olhar de Octavio Ianni, a confluência de forças, acima aludida, mobilizadas em torno da reconstituição da Educação explicar-se-ia exatamente

pelo conjunto de “tarefas” associadas à Revolução de 30, nas quais teria se empenhado o primeiro Governo Vargas. E estas “tarefas” eram postas por graves motivos:

As crises que haviam abalado a sociedade brasileira nas décadas anteriores à Revolução, particularmente durante os anos da Depressão Econômica Mundial, tornaram explícitos tanto os pontos de estrangulamento como a complexidade crescente do sistema econômico-financeiro do País. Em face das condições em que se manifestavam as crises, e das suas conseqüências, os diferentes grupos e classes sociais envolvidos compreenderam, por exemplo, a inadequação das superestruturas político-administrativas então em vigor.(...)

Assim, nos anos de 1930-1945, o govêrno federal criou comissões, conselhos, departamentos, institutos, companhias, fundações e formulou planos. Além disso, promulgou leis e decretos. (...) A medidas adotadas pelo govêrno alcançaram praticamente tôdas as esferas da sociedade nacional. Tratava-se de estudar, coordenar, proteger, disciplinar, reordenar e incentivar as atividades produtivas em geral. Ou seja, tratava-se de formalizar, em novos níveis, as condições de intercâmbio e funcionamento das fôrças produtivas no mercado brasileiro. Além disso, pretendia-se, também, estabelecer novos padrões e valôres, ou reafirmar os padrões e valôres específicos das relações e instituições de tipo capitalista. (IANNI, 1971, pp 22/3)

3.1. ESTATÍSTICA E GOVERNO

O alcance das pretensões do Governo Vargas podem, apenas, ser presumidos a partir dos termos da Convenção Nacional de Estatística de 1936, firmada entre os Governos da União, do Distrito Federal, do Estados e do Território do Acre. E estes termos, na mesma medida em que permitem entender os detalhamentos de algumas proposições - aparentemente carregadas de um otimismo exagerado - de Teixeira de Freitas, também corroboraram a visão de Octavio Ianni.

Para os fins postos para este trabalho, cabem apenas algumas considerações quanto a alguns dos desdobramentos práticos que se pode presumir para a Convenção e, também, os que parecem acompanhar o conceito de Estatística, neste documento. Ressalte-se, porém, que o tratamento desta questão exigiria uma investigação mais extensa e cuidadosa.

No Capítulo III, o mais longo da Convenção, são enumerados os compromissos que assumiam os Governos Regionais, aqui entendidos como os do Distrito Federal, dos Estados e do Território do Acre. E alguns deles parecem muito significativas:

- *Os Governos Federados responsabilizam-se ... para que, nas administrações que superintendem, o principal órgão do Instituto seja uma repartição ou departamento central de estatística da mais ampla autonomia e da mais alta hierarchia (...)* (Cláusula sexta)
- *Os Governos Federados proverão immediatamente a que seja movimentado cada anno, a partir de 1937, para fins da collecta estatística, um corpo de Agentes Itinerantes, no mínimo um para vinte municípios. A taes agentes ... competirá:*
 - a) *orientar os agentes municipaes de estatística na melhoria dos registros e pesquisas que tiverem a seu cargo;*
 - b) *controlar as informações colhidas pelos referidos agentes;*
 - c) *recolher elementos fidedignos para se manter em dia o estudo corographico dos municípios;*
 - (...) f) *suggerir e orientar a melhoria dos registros publicos ou particulares a que a estatística precisa recorrer.* (Cláusula sétima)
- *Os Governos Federados interporão encarecidamente seus bons officios junto aos Governos Municipaes, afim de que sejam criadas e filiadas ao Instituto, na fôrma da clausula vinte oito, letra f, desta Convenção, as Agencias Municipaes de Estatística ...* (Cláusula oitava)
- *A partir de 1937, os Governos Federados farão organizar e publicar annualmente ... os respectivos Annuarios Estatísticos ...e respeitados o plano mínimo, o modelo e as normas que este adoptar.* (Cláusula nona)
- *Os Governos Federados proverão a que funcionarios dos seus serviços de estatística sejam commissionados ... para frequentarem os cursos de especialização que o Instituto organizar, ou fazerem estagios de aperfeiçoamento nas repartições centraes e serviços especializados mais efficientes da União, das Unidades Politicas ou de instituições privadas.* (Cláusula undécima) (GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1936)

Nas cláusulas acima, verifica-se, em linhas gerais, a responsabilidade dos Governos Regionais de prover, de infra-estrutura física e de profissionais, os seus órgãos de estatística, sendo que estes deveriam possuir a “mais ampla autonomia” e ocupar a “mais alta hierarquia” no interior de suas estruturas. Em outras palavras, os órgãos regionais de estatística deveriam usufruir de condições que lhes permitissem exercer suas atribuições com o mínimo de embaraços. Além disto, os Governos Federados deveriam providenciar para que os municípios criassem suas agências de estatística e as filiassem ao I. N. E..

Assim, criava-se uma máquina estatística que se estendia sobre todas as unidades políticas do País. Esta estrutura, integrada às instâncias federais do I. N. E., também estaria subordinada às suas orientações. E, a partir destas disposições básicas, que já confirmam o caráter centralizador

do I. N. E., são elencadas outras atribuições que este órgão assumia nas diferentes esferas do Poder Público e por todo o País:

... que todas as municipalidades fixem ainda este anno, determinando-lhe os limites e a área, o "quadro urbano" da cidade ou villa séde do município... (Cláusula décima quinta)

Os Governos Federados, tendo em vista a fundamental importancia dos registros publicos para o aperfeiçoamento das estatísticas, se obrigam a exercer particular vigilancia para a regularização dos mesmos, á luz das ponderações que o Instituto lhes fôr formulando ... Nesse proposito, terão em mira de modo muito particular :

a) a extensão do registro civil a todo o movimento demographico registravel ... ;

b) a normalização do registro da propriedade immòvel como base das estatísticas do territorio ...; (Cláusula décima sexta)

Compromettem-se os Governos Federados a tomar ... as providencias ao seu alcance capazes de contribuir para a effectivação da obrigatoriedade legal do systema metrico decimal. (...)(Cláusula décima nona)

Os Governos Federados compromettem-se a estabelecer normas uniformes nas declarações exigidas para o lançamento do imposto territorial, de fôrma a permittir sua utilização para fins estatísticos. (Cláusula vigésima)

Os Governos Federados concordam sejam centralizados na repartição federal competente os resultados mensaes da apuração das respectivas estatísticas de exportação interestadual ... segundo os methodos adoptados pelo Conselho Nacional de Estatística. (Cláusula vigésima primeira) (GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, idem)

Se parece evidente que as Cláusulas acima mereceriam um tratamento mais cuidadoso - como também o mereceria todo o texto da Convenção -, alguns pontos, no entanto, saltam à vista.

Em primeiro lugar, as questões de ordem estritamente estatística parecem servir de justificativa para que, sob a orientação do I. N. E., o conjunto dos poderes públicos do País fossem levados a adotar procedimentos no sentido de tornarem homogêneos os registros públicos relativos aos “quadros urbanos”, aos movimentos demográficos, à propriedade de imóveis, à arrecadação tributária, às finanças públicas, à circulação de mercadorias etc. Além disto, a obrigatoriedade da adoção do sistema métrico decimal parecia vinculada ao esforço de dar homogeneidade aos registros públicos.

Em segundo lugar, é possível supor que, através da adoção do sistema métrico, o I.N.E. fixava alguns parâmetros que, além de homogeneizar os registros públicos, pareciam facilitar a circulação de bens e mercadorias.

Por fim, a partir do conjunto das providências previstas nas cláusulas acima, pode-se presumir um esforço no sentido da implementação de alguns procedimentos burocráticos, que, em seus desdobramentos, conformavam os fundamentos de uma certa ordenação do Estado, e que parecem se resumir nos princípios da legalidade, publicidade e impessoalidade. Neste caso, os direitos civis, em geral, e o direito à propriedade, em particular, passavam a se inserir nesta ordem, a partir de seu registro junto a instâncias credenciadas pelo Poder Público, dentro dos parâmetros por este fixados.

E isto também sugere um esforço no sentido de constituição de um mercado homogêneo e desembaraçado de barreiras à circulação de valores, posto que regulado por uma ordenação impessoal e pública. Cabe, por fim, assinalar que este tipo de esforço deve ter gerado desconforto aos poderes locais que se baseavam no mando pessoal, em relações clientelistas etc.

É possível, ainda, imaginar que, através das Exposições Estatísticas, a Convenção buscava um mecanismo voltado menos à exaltação pública dos feitos estatísticos que a uma certa prestação de contas ao “público” do trabalho efetivado pelo conjunto dos governos regionais. É o que parece dispor a Cláusula seguinte:

Para demonstrar os progressos do aparelhamento da estatística brasileira e caracterizar de forma impressiva, gráfica e numericamente, os principais aspectos da vida nacional, os Governos Federados providenciarão no sentido de participar anualmente da Exposição Nacional de Estatística que o Instituto organizar ou patrocinar, e, para esse efeito, manterão em suas repartições de estatística geral o indispensável serviço de cartographia. (Cláusula vigésima quarta) (GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, ibdem)

O conjunto de proposições inserido na Convenção Nacional de 1936 indica que o conceito de estatística, naquele contexto, acompanhava-se de um conjunto de desdobramentos não necessariamente vinculados à sua acepção mais estrita. E isto parece significar que a apreciação

da produção estatística, naquele contexto, deva ter em vista que os procedimentos de observar, descrever, classificar, contabilizar etc. desdobravam-se, para além de um saber sobre o social - e de todos os seus corolários -, na demanda por conhecimentos que pressupunham “reordenações” que integrassem o social a uma nova “lógica”. E esta “lógica” parecia decorrer menos de uma “sintaxe” própria à estatística que de uma forma específica de ordenação das relações sociais e de mercado que o Governo Vargas buscava implementar.

É desta forma que a estatística produzida no Governo Vargas constituía-se num instrumento específico de intervenção política e que os enunciados citados de Teixeira de Freitas, inclusive o seguinte, ganham novo sentido:

O certo é, porém, que o Instituto assume responsabilidades ainda mais altas, pois procura orientar a ortopedia do corpo social e os cuidados que lhe devam assegurar o máximo de vitalidade e euforia. Assim, as suas exposições, os seus cursos, os seus livros, as suas revistas, os congressos que organiza ou apoia, as festas cívicas e as sessões culturais que promove, tudo isto é esforço educativo e de cultura. (...) o instituto, ora diretamente, ora pelas suas sugestões dos seus técnicos, também pratica uma política de organização, renovação e reconstrução do Brasil. (TEIXEIRA DE FREITAS, 1943, p. 124)

Por fim, pode-se presumir que, assim como a estatística educacional encontra raízes que antecedem em muito o período estudado, a produção estatística desenvolvida por Teixeira de Freitas também deva ter uma história específica.

No que diz respeito à reordenação aspirada pelo Governo Vargas, esta ia além da constituição de um mercado racional, homogêneo e integrado e, também, para além da constituição de uma esfera pública “destacada” do social.

O projeto de Getúlio Vargas parecia contemplar um forma específica de relacionamento entre o Estado e o trabalho que pressupunha uma proteção a este, que era visto como uma certa “reserva de energias” da Nação.

E, a partir destas referências, pode-se adotar um foco específico de observação que remete à articulação possível entre a produção de Teixeira de Freitas e o referencial ideológico de Getúlio Vargas..

As idéias e proposições explicitadas nos textos produzidos por Teixeira de Freitas - sobretudo no que produziu por solicitação da Associação Brasileira de Educação, para o 9º Congresso Brasileiro de Educação¹⁹ - denotam um esforço do autor em legitimar a intervenção pesada do Governo Federal e das demais esferas do Poder Público no financiamento da Educação²⁰. O referido texto inicia-se com uma manifestação de igualdade de direitos a serem assegurados em matéria de Educação:

‘A formação do homem brasileiro como trabalhador e cidadão da democracia’ é objetivo para ser conseguido por meio de um sistema de educação popular que beneficie equitativamente a tóda a infância e juventude da comunidade nacional. Para isso, tal educação deve oferecer ao seu discipulado iguais oportunidades, destinadas a ser aproveitadas segundo as condições e a livre preferência de cada um. (TEIXEIRA DE FREITAS, 1946, p. 185).

A seguir, depois de acentuar o imperativo do rigor no tratamento das questões de organização e financiamento da Educação, o autor enuncia, claramente, alguns de seus referenciais no que diz respeito à organização social:

O acréscimo de despesa que o desenvolvimento e a melhoria da educação popular requerem, a fim de que esta se coloque em termos de “justiça social” e “providência” política, não é um onus improdutivo, como muito bem acentuou Rui Barbosa em seu memorável parecer de 1882. (TEIXEIRA DE FREITAS, idem, p. 185)

¹⁹ A este texto, foi anexado um “breve estudo”, intitulado “Esbôço de um Sistema de Educação Primária e Profissional Popular”, estruturado em itens, provavelmente para facilitar sua discussão no Congresso, e que mais se parece com uma declaração de direitos da criança e de deveres do Governo para com elas.

²⁰ A crer-se que os humores dos titulares dos poderes públicos do País para com a Educação não pioraram daquela conjuntura até o período que se estende de 1996 a 2006 - quando abundaram as denúncias de prefeituras que se recusaram a investir, o previsto em lei, na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental -, pode-se supor que o olhar totalizador de Teixeira de Freitas deva ter sido incômodo, sobretudo para os titulares dos poderes públicos municipais.

Além de invocar, lado a lado, a “justiça social” e a “providência”, coloca a despesa em Educação sobretudo como investimento. Investimento na “dignidade do trabalhador”, na “felicidade”, no “progresso”, na “família humana” e, também, num melhor

... nível de vida da população, aumentando, conseqüentemente, o consumo, e estimulando, assim, o desenvolvimento da produção. Dêsse modo contribuem para que as zonas produtoras se vão especializando e o intercâmbio comercial dê ao país, dentro das suas fronteiras, um diferenciado sistema de mercados e larga capacidade de trocas, uma e outra coisa capazes, só por si, de manter em equilíbrio e franca prosperidade a economia nacional. O que constitui, também, - é preciso não esquecer - o único meio eficaz de assegurar permanentemente a defesa da República. (TEIXEIRA DE FREITAS, ibdem, pp. 185/6)

Desta forma, Teixeira de Freitas coloca o investimento em Educação como um fator estratégico na alavancagem da economia a patamares cada vez mais elevados. E este investimento, posto em termos imediatos como “sacrifício”, mostrava-se, para o autor, não só como necessário mas também como conveniente:

Não seria preciso esperar muito tempo para que a Nação adquirisse a consciência desses benefícios da educação, e percebesse que do sacrifício feito lhe resultara o melhor escudo e a mais produtiva das emprêsas. Esta certeza decorre da simples consideração dos fatos. (TEIXEIRA DE FREITAS, ibdem, p. 186)

Os investimentos em Educação também se constituiriam num indutor do desenvolvimento econômico, na medida em que implicariam em pagamento de salários aos professores, construção de escolas, aquisição de insumos para o processo pedagógico, pagamento de melhores salários aos jovens formados nas escolas etc. E todos estes investimentos redundariam em consumo, estimulando a produção nacional...

Assim, a Educação configurava-se enquanto valor constitutivo da nacionalidade não apenas pela homogeneização cultural da população, mas também pela sua contribuição ao crescimento e integração do mercado interno.

Mas a garantia destas possibilidades pressupunha o reconhecimento de alguns princípios. O primeiro elencado pelo autor no "Esbôço de um Sistema de Educação Primária e Profissional Popular", que enuncia o referencial político a partir do qual desenvolveria seu elenco de propostas, não tergiversa:

1 – É obrigação primordial da Nação Brasileira prover à assistência médica, econômica e social de todas as crianças que nascerem ou se criarem no Brasil; e assegurar-lhes, em seguida, não só a educação primária comum, mais ainda, e até a adolescência, a educação profissional média.
Esse princípio não comporta exceção alguma, nem restrições decorrentes de quaisquer diferenças físicas, domésticas, raciais, religiosas, nem de nacionalidade ou condição de fortuna.
Essa assistência será garantida, a cada criança ou adolescente, sem prejuízo do abono familiar que já lhe competir, e não onerando em mais de 25% o salário que lhe fôr atribuído no ensino técnico-profissional. (TEIXEIRA DE FREITAS, ibidem, p. 188)

Segue-se a este primeiro ponto, uma série de desdobramentos e detalhamentos da rede de previdência a ser implementada pelo Governo na área da Educação, que era posta como fulcro de um projeto de intervenção sobre o social.

Para os objetivos desta pesquisa, interessa sublinhar que Teixeira de Freitas apostava que a canalização de recursos públicos para o desenvolvimento da Educação era, também, "um bom negócio" para o povo, para o empresariado e para a Nação. E que este investimento, como qualquer um, far-se-ia em detrimento de outros, e isto, obviamente, produziria descontentamento; porém, pavimentaria o caminho para o crescimento da economia nacional. Em outras palavras, as colocações de Teixeira de Freitas indicam que ele buscava o convencimento de seus interlocutores para a conveniência do investimento da Educação. Com isto, buscava ampliar a rede de apoio às políticas educacionais coordenadas pelo Governo e, ao mesmo tempo, neutralizar o discurso de seus eventuais opositores.

Deste modo, não parece acidental o fato de os textos deste autor guardarem proximidade com os referenciais positivistas que Alfredo Bosi considera apropriados para interpretar o Governo Vargas. Nas palavras deste autor:

Segundo Comte, o progresso cumpre-se quando se passa de uma situação de desequilíbrio ou, mesmo, de desordem para um estado em que reine uma justa proporção entre os elementos do conjunto. Para reorganizar o todo social, “a sã política, filha da moral e da razão”, não destrói o órgão que cresceu em excesso, mas vai conservá-lo retificando as suas dimensões e integrando-o em uma nova ordem, superior. (BOSI, 1998, p. 288)

Respondendo ao entrevistador do matutino “A Manhã”, em 1943, sobre a uniformidade ou articulação lógica dos estudos realizados pelo I. B. G. E., Teixeira de Freitas responde:

Se êles são realizados por homens dedicados profissionalmente à observação e à mensuração dos fatos sociais, com a preocupação de lhes discernir as harmonias ou as desarmonias, é claro que as sugestões que tais observadores se animem a formular, hão de caracterizar-se pelo senso de medida e de equilíbrio, procurando acima de tudo fórmulas prudentes e lógicas, em que todos possam ver as melhores soluções para os nossos problemas de base. Além dessa preocupação de harmonia e equilíbrio para os seus esquemas, hão de ter - os estatísticos e os geógrafos - o apêgo à tradição, procurando a renovação antes em diretrizes evolutivas e de prudente avanço, do que em sugestões de radical transformação. (TEIXEIRA DE FREITAS, 1992, p. 125)

No que diz respeito às relações entre positivismo e a Educação, Bosi afirma que:

... nenhum estudo sobre o papel do positivismo social na América Latina poderá deixar na sombra a extrema valorização que no seu discurso recebeu o projeto de um ensino fundamental gratuito e leigo. Aqui, força é convir, comtianos e spencerianos davam-se fraternalmente as mãos, pois os aproximava a fé inabalável na ciência como fatora do progresso e na educação como a sua via real. (...) A escola primária gratuita é assim projetada no quadro mais amplo da educação popular, que Comte prefere chamar “proletária”, na verdade a única de que os governantes se deveriam encarregar, delegando aos diferentes grupos sociais quaisquer projetos de ensino universitário. (BOSI, 1998, pp. 300/1).

Embora não se coloque como objetivo desta dissertação perscrutar os meandros do pensamento de Teixeira de Freitas e sua filiação filosófica, parece não haver dúvida quanto ao

fato de que, naquela conjuntura, no que diz respeito à Educação, ninguém mais que ele correspondeu ao lema comtiano “prever para prover”. E este prover, que se dirigia a princípio aos trabalhadores, completava sua ação na promoção da indústria. E ninguém elencou com tanta propriedade, num discurso articulado de “alto a baixo” com suportes empíricos, as possibilidades virtuais que a Educação representava para “acelerar o passo da formação social retardada”²¹ do Brasil.

Porém, da mesma forma que a sintaxe da estatística articulava a linguagem dos números a projetos que se desenvolviam no Governo Vargas, outras “linguagens”, articuladas com outras visões e projetos, pareciam embaraçar seu caminho. Tendo em vista o quadro do ensino público no País, em fins do século XX e início do XXI, então, talvez, possa-se afirmar que os projetos enfeixados na visão de Teixeira de Freitas deparavam-se com algo maior e mais pesado que a consistência de seus números; e algo tão eficaz em sua inércia quanto a agilidade intrínseca a seus estudos estatísticos. Por fim, algo tão perene quanto alguns dos traços que marcam a formação social do País, e que fazem com que aspectos considerados fundamentais à constituição de direitos sociais sejam motivo permanente de questionamentos e disputas.

Em outras palavras, pode-se considerar que a estatística educacional brasileira, no Estado Novo, pôde valer-se da conjunção de alguns fatores decisivos: da competência e habilidade de um “técnico”, que soube se valer dos conhecimentos e experiências de outros que se ocuparam com as mesmas questões; e da receptividade e do interesse de figuras políticas que se articulavam com o núcleo do Governo, que abriam espaço e davam suporte para o desenvolvimento desta atividade.

Por fim, como já assinalado anteriormente, se diferentes enfoques, se categorias de diferentes “naturezas”, são válidos para se observar e tratar o repertório de proposições que se voltavam para a Educação, no período pesquisado; e, se o acervo documental e bibliográfico, integrantes do Arquivo Histórico da Escola “Carlos Gomes”, parecem autenticar a legitimidade de tal procedimento, isto não se dá por acaso. Os diferentes estratos do acervo, desamontoados e reacomodados, ao longo da formação do Arquivo, sugerem que os diferentes enfoques, além de outras diferenças, tratam de diferentes temporalidades. Diferentes ajustes de foco desvelam diferentes paisagens. Porém, para o tratamento de um “recorte histórico” que encerra um período

²¹ BOSI, 1998, p. 273.

de curta duração - o Estado Novo -, menos amplo, portanto, que a referida Modernidade, o ajuste do “foco” parece encontrar a paisagem histórica delineada por Alfredo Bosi.

4. CAP. III: A IMAGEM DOS ALUNOS NOS DOCUMENTOS: O PRIMÁRIO

Em termos legais, o Livro de Matrículas constituía-se na porta de entrada dos alunos na Escola “Carlos Gomes”. Destes livros emergem os elementos de uma identidade que a instituição lhes apreendia e conformava, progressivamente, ao longo de sucessivos campos impressos, de sucessivos anos. A partir destes elementos é possível delinear a trajetória dos alunos - sempre no coletivo - apreendida pela administração escolar, bem como se processava, ao longo da via escolar, a composição e recomposição de seu perfil.

Mas não emergem, dos Livros de Matrículas, o que os alunos consideravam como os elementos significativos de sua identidade; estes livros não evocam suas vozes e, muito menos, os significados que atribuíam as suas vivências na escola. Observe-se, também, que estes livros não informam sobre a história das crianças e adolescentes. Os índices de crianças matriculadas nos estabelecimentos de ensino eram muito baixos, no período, e não permitem considerar que estes livros dêem uma imagem adequada de seu perfil. Mas eles nos dão indicações sobre como, num determinado momento da história do País, procedeu-se a escolarização da infância. E esta escolarização significa mais do que a matrícula, a frequência, a realização de provas etc. Melhor seria considerar que a escolarização - dístico do progresso – constituía-se na expansão de uma nova forma de socialização. E isto permite pensar que estes livros nos informam sobre o processo de expansão, num determinado momento histórico, do processo de formação de uma nova infância.

Mas, assim como funcionários e professores criavam outros campos por sobre as páginas loteadas em campos impressos²², os alunos produziam sua efetiva identidade por sobre os limites dos livros, cadernos, salas, muros, sociabilidades etc. Esta dimensão mais ampla de suas existências pertence a eles. Eles são herdeiros do que fizeram. Mas emergem dos livros imagens e movimentos que nos indicam a passagem dos alunos. São destas imagens e movimentos, alinhados em múltiplas séries, que colhemos os reflexos nos Livros de Matrícula.

²² Os livros de registro da Escola parecem incrustados pelas pretensões escriturísticas tratadas em CERTEAU, 2000.

Registrados nestes livros em ordem alfabética, os alunos passavam a ser também um número de ordem dentro da turma. Os registros que se seguiam ao nome indicavam as referências pessoais do estudante consideradas significativas para a instituição.

Na coluna Filiação, normalmente se registrava o nome do pai, ao qual se seguia a profissão. Pouco comum era o registro do nome da mãe do aluno, sendo mais freqüente que, abaixo do nome do pai, se acrescentasse “falecido”. Não há como não questionar qual tipo de consideração tornaria, em termos de escrituração escolar, os pais falecidos ainda mais presentes nos Livros de Matrícula que as mães vivas²³. E também a perguntar se o “olhar institucional” não se acompanharia de um “olhar social”, e sobre qual lugar e qual olhar as instituições de ensino reservariam para os órfãos e os filhos “naturais”. Sem entrar na discussão sobre o papel da burocracia na instituição escolar, em seu trabalho percebe-se que, para além do “olhar social” que distinguiu, classificava e discriminava, havia uma burocracia que, enquanto produzia, fixava este olhar num livro de registros.

Abaixo da profissão do pai, via de regra, acrescentava-se sua nacionalidade. No caso de estrangeiros, a nacionalidade, muitas vezes, era grifada, inclusive com lápis vermelho. Pode-se pensar que estes grifos, fora dos padrões de caligrafia dos demais registros, talvez tenham sido feitos em outro momento. Por fim, a data de nascimento e o endereço complementavam as informações dos alunos.

4.1 A ESCOLA NORMAL “CARLOS GOMES” E SUA ORGANIZAÇÃO

No momento da implantação do Estado Novo, já se encontrava a escola em seu prédio localizado na Avenida Anchieta, o qual fora festivamente ocupado em 1924. Também já haviam mudado seu nome de Escola Normal de Campinas para Escola “Carlos Gomes”, no ano de 1936.

No que diz respeito a sua ordenação legal básica, a escola adentra o Estado Novo organizada nos termos do Código de Educação do Estado de São Paulo, instituído pelo Decreto 5884 de 21 de março de 1933, assinado pelo Interventor Federal no Estado de São Paulo, General

²³ Assim, identifica-se num inocente registro a imagem de um padrão de organização familiar presente na sociedade brasileira de então. Os livros de registro recolhidos no Arquivo são repletos destes nichos de investigação histórica.

de Divisão Valdomiro Castilho de Lima, por proposição da Secretaria de Estado da Educação e da Saúde Pública.

Como informa a exposição de motivos da referida Secretaria, o Código foi o resultado do trabalho de “*autoridades do ensino de destacada competência que, para êsse fim, promoveram inúmeras e sucessivas reuniões*” (REIS FILHO, 1933, p. 136), sob

a constante presidência e Orientação do sr. dr. Fernando de Azevedo, professor da Escola de Professores do Instituto de Educação, ex-diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal, e presentemente diretor geral do Departamento de Educação, e foram afinal apresentados a esta Secretaria, que os examinou, e aprovou, com audiência do Consultor Jurídico, professor dr. A. de Sampaio Dória. (REIS FILHO, idem, p. 137)

O objetivo básico do trabalho destas autoridades seria o de reunir

tôdas as leis e regulamentos em um só corpo, como (também) estabelecendo novas regras, em conformidade com as exigências atuais do ensino, revogadas tôdas as disposições anteriores sôbre a matéria. (REIS FILHO, Ibidem, p. 137)

Tal proposição é acatada, valendo-se o Interventor Federal, entre outros, do argumento de que era

necessário adotar uma legislação completa e orgânica, com unidade de concepção e de plano, segura e previdente, e com flexibilidade que permita uma adaptação progressiva a novas exigências do meio social (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE PÚBLICA, 1933, p. 144)

O produto é um Código de Educação, com um total de 992 artigos, buscando abranger toda a organização e funcionamento do ensino na esfera do Departamento de Educação, da qual se excluía, apenas, o ensino superior, o qual estava sob jurisdição direta da Secretaria da

Educação e Saúde Pública. Mas, para além de um detalhamento que incidia, inclusive, sobre as atribuições dos mais modestos funcionários das escolas, o Código de Educação desbordava o campo estrito da rede escolar na medida em que a colocava como fulcro de um trabalho a ser constituído e articulado pela ação dos educadores. Em outras palavras, não apenas dotava a rede de ensino de uma feição orgânica como também a colocava como fulcro de um projeto que se espalhava por sobre amplas esferas da vida social, tendo como escopo o progresso da Nação. No entanto, a despeito desta pretensão, que denotava uma intenção totalizadora, o Código de 1933 parece resguardar um certo “pluralismo” pedagógico, o que é visível no Art. 174, que prevê a criação de uma Revista de Educação que,

... mantendo-se acima de divergências doutrinárias, acolherá com imparcialidade a colaboração de todos quantos queiram assim distinguí-la (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE PÚBLICA, 1933, p. 180).

Deve-se obviamente considerar que a abertura legal não significa sua efetiva possibilidade de implementação. Mas não deixa de ser significativo observar que as pretensões regulamentadoras acompanhavam-se, no mínimo, de um compromisso formal com pluralismo, em contraposição a um discurso uniformizador.

Em 1937, a Escola “Carlos Gomes” tinha sua organização e funcionamento pautados pelo Código de Educação que previa, em seu Art. 783, que

As escolas normais do Estado compreendem:

- a) um curso de formação profissional do professor, de dois anos;*
- b) um curso secundário fundamental, de cinco anos;*

um curso primário, de quatro anos. (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE PÚBLICA, 1933, p. 281)

4.2 PERFIL DOS ALUNOS DO PRIMÁRIO

As informações colhidas nos Livros de Matrícula da Escola “Carlos Gomes” permitiram destacar alguns traços da identidade e da trajetória da escola e de seus alunos, ao longo do período, e ensejaram o cotejo com a Educação nacional. Nesta caracterização reflete-se, obviamente, apenas uma dimensão da “apreensão” dos alunos pela “instituição”. Mas reflete-se uma dimensão que, a despeito de suas limitações, talvez só possa ser recuperada a partir da documentação específica de um arquivo escolar.

Em 1937, a Escola “Carlos Gomes” abrigava um Curso Primário de quatro anos, um Curso Ginásial de cinco anos e um Curso de Formação de Professores - Normal - de dois anos. Também integrava-se à Escola “Carlos Gomes” a Escola Isolada Modelo, com uma única classe multisseriada de Primário, com 3 anos de duração. Dadas as especificidades da Escola Isolada Modelo, ela não será tratada neste trabalho.

Nos termos do Código de Educação de 1933, o Curso Primário destinava-se às crianças de mais de 7 anos, sendo gratuito e “obrigatória a frequência” para “todas as crianças de oito (8) a quatorze (14) anos”²⁴, excetuando-se as “portadoras de moléstia contagiosa ou repugnante” e as que, “por defeito grave físico ou psíquico, não puderem receber Educação nas escolas primárias comuns”²⁵. Para tais crianças, eram previstas escolas especializadas e, nos locais onde não fosse possível sua instalação, deveriam ser “organizadas, nos grupos escolares, classes para estes fins especiais.”²⁶.

Além disto, o referido Código estabelecia que o número máximo de alunos por classe estava limitado a quarenta²⁷, e que o número de classes do Curso Primário estava limitado a doze nas escolas normais do interior do Estado, podendo chegar a dezoito na Capital do Estado²⁸.

Por fim, nas escolas normais, o Curso Primário, além das finalidades gerais previstas para todas as escolas primárias, destinava-se à “observação, experimentação e prática de métodos e processos de ensino.”²⁹. Tal asserção parece remeter à noção de laboratório, espaço privilegiado

²⁴ SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE PÚBLICA, 1933, Art. 226 e 227, p. 189.

²⁵ Idem, Art. 241, p. 191.

²⁶ Ibidem, Art. 824, p. 287.

²⁷ Ibidem, Art. 240, p. 191.

²⁸ Ibidem, Art. 798, p. 283.

²⁹ Ibidem, Art. 798, p. 283.

em que se procederiam experiências, buscando-se, a partir do controle das variáveis, determinar relações de causalidade no processo de ensino, bem como à noção de “estágio”, momento em que, a partir de uma associação sistematizada entre a teoria e a atividade prática, incrementar-se-ia a formação dos futuros professores.

Assim, é plausível supor que o Curso Primário das escolas normais deveria diferenciar-se dos demais pelo fato de as atividades em seu interior serem objeto de um acompanhamento mais atento por parte da direção, do corpo docente, dos alunos do Curso Normal e, possivelmente, da comunidade escolar.

Seria de se pensar, portanto, que a matrícula no Curso Primário desta escola tornava o aluno um candidato provável ao seu Curso Normal, projetando sobre eles parte das expectativas postas, naquela conjuntura, sobre os futuros professores.

O exame dos dados colhidos junto à documentação oficial da escola, no entanto, parece oferecer indicações mais seguras que a legislação.

Conforme já assinalado anteriormente, parte dos livros de registro da escola “se perdeu”. Assim, para apurar o quadro escolar, no período, as informações recolhidas nos Livros de Matrículas foram complementadas com as dos Livros de Termos dos Exames dos Alunos do Curso Primário³⁰.

Ao longo do Estado Novo, o quadro escolar - ou seja, o número de turmas, por séries, do Curso Primário da Escola “Carlos Gomes” permaneceu, relativamente, estável. Como se pode observar no quadro a seguir, durante quase todo o período, a regra foi: uma turma masculina e uma feminina de 1º ano; uma turma masculina e duas femininas de 2º, 3º e 4º anos.

A partir de 1942, foram criadas algumas turmas mistas. Suas alunas foram registradas nos Livros de Matrícula “femininos” e seus alunos, nos “masculinos”. Mantinham-se as aparências ou os olhares? Ou não seria possível separar tais questões?

Em cada ano do período, a escola teve 11 turmas de Primário; as “exceções” foram os anos de 1941, 1942, 1944 e 1945, sendo que, nos três últimos, funcionaram 11 turmas “normais” mais a “mista”:

³⁰ Neste livros, ao final do ano letivo, eram registrados os resultados obtidos pelos alunos no Exame Final. Após um termo de abertura, os professores registravam as notas dos alunos nas diferentes disciplinas, a Média Geral e o resultado. Alunos com Média Geral igual ou superior a 50 eram promovidos; os demais conservados. Ao final, um resumo indicando o aproveitamento da turma.

Tabela 1. Quadro Escolar - Primário - Escola “Carlos Gomes” - Número de Turmas por Gênero por Ano

	1937		1938		1939		1940		1941		1942			1943		1944			1945			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M I	M	F	M I	M	F	M I	M	F	M I
1º ANO	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1
2º ANO	1	2	1	2	2	2	1	2	1	2	1	2		1	2		1	2		1	2	
3º ANO	1	2	1	2	1	1	2	2	1	2	1	2		1	2		1	2		1	2	
4º ANO	1	2	1	2	1	2	1	1	1	2	1	1	1	1	2		1	2		1	2	
SUBTOTAL	4	7	4	7	5	6	5	6	4	8	4	6	2	4	7		4	7	1	4	7	1
TOTAL DE TURMAS	11		11		11		11		12		12			11		12			12			

Com relação ao quadro acima, uma questão mostra-se flagrante: como explicar um maior número de turmas e matrículas femininas a partir do 2º ano? Seria uma decorrência do limite de doze classes de Primário - que também seria o limite de três classes por série, previsto no Código de Educação -, associado a uma dificuldade qualquer de formação de classes mistas? Ou seria uma decorrência da maior demanda por vagas para meninas? Ou decorrência de uma disposição da escola em oferecer um maior número de vagas para elas? Pode-se, inclusive, pensar na combinação destes três fatores concorrendo, simultaneamente, para a formação das turmas, ao longo dos anos.

Em “O Ensino no Brasil em 1937” são encontradas 2.702.383 matrículas no Ensino Fundamental Comum - Primário - no País, sendo 1.386.942 masculinas e 1.315.441 femininas. Ou seja, havia um equilíbrio entre as matrículas masculinas (51,32%) e femininas (48,68%) neste nível de ensino. O Estado de São Paulo mantinha proporções relativamente próximas: em 1937, registrou um total de 659.127 matrículas, das quais 347.816 (52,77 %) masculinas e 311.311 (47,23 %) femininas.

Se esta questão parece ter relevância é por remeter ao perfil de escola predominantemente feminina que se delineava, ao longo dos sucessivos níveis; parece cabível considerar que o perfil do Normal, em alguns aspectos, poderia ser uma continuidade do Ginásio e, também, do Primário.

De acordo com Terezinha Quaiotti Ribeiro do Nascimento,

A preponderância do número de matrículas da seção feminina sobre a masculina vai se mostrar uma constante durante toda a história deste estabelecimento, caracterizando-o como uma escola predominantemente feminina (NASCIMENTO, 1999, p. 81)

E, de acordo com a autora,

O Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1907-1908, referindo-se aos alunos matriculados na então Escola Complementar de Campinas a partir de 1903, já observava o desequilíbrio... atribuindo parte deste fenômeno ao fato de existir na cidade um ginásio do estado que tinha a preferência dos meninos, mesmo daqueles que pretendiam ser professores. Isto ocorria porque, na ocasião, ao concluinte do curso ginásial que realizasse um ano de prática de ensino em qualquer grupo escolar oficial era concedida a habilitação para o magistério. (NASCIMENTO, idem, p 81)

Além disto, a autora aponta que

...outras razões - de cunhos cultural e econômico - podem se identificadas. A educação das crianças (em especial dos filhos) era vista como uma tarefa da mulher, daí a conveniência que ela soubesse como realizá-la, se não para ter uma profissão, ao menos para formar seus próprios filhos. Por outro lado, o salário pago aos professores - principalmente ao professor primário - nunca foi suficientemente compensador para atrair uma quantidade significativa de homens visto que, até bem pouco tempo, tinham o dever de sustentar suas famílias, além de não lhes dar oportunidade de realizar seus sonhos de sucesso financeiro e econômico. (NASCIMENTO, ibdem, p. 82)

A partir do acompanhamento do número de matrículas masculinas e femininas ao longo de cada série, ao longo dos anos, parece possível destacar algumas tendências. Uma delas - que parece significativa - é a que indica, além da estabilidade no número de turmas, uma relativa estabilidade, também, do número de meninos nas sucessivas turmas do Primário. O fato de não ocorrer uma redução significativa do número de alunos nas turmas talvez sugira que não havia uma queda progressiva do interesse dos meninos (e de suas famílias) em continuarem na escola.

E daí, talvez se possa pensar que a configuração do perfil feminino da escola também decorresse do número de vagas ofertadas pela escola para cada gênero. Isto significaria que, não apenas o maior número de matrículas femininas também era decorrência de uma decisão das instâncias dirigentes da escola, mas que elas induziam os meninos a se afastarem da mesma e de uma futura carreira do magistério.

Com relação a isto, o Código de Educação de 1933, afirma que:

As escolas normais do Estado poderão receber alunos de ambos os sexos. (REIS FILHO, DATA, Art. 806, p. 284)

Isto confirma que era legalmente possível a adoção, por parte da Direção da escola, de alguma forma de “filtro” com relação à questão de gênero, na formação das turmas. Ressalte-se, porém, que os livros de registro utilizados na pesquisa não oferecem nenhum outro indício quanto a esta questão.

A relativa estabilidade do número de meninos nas sucessivas turmas do Primário pode ser observada no quadro seguinte.

Tabela 2. Livros de Matrículas: Quadro Escolar - Primário - Número de Alunos / Turmas / Gênero / Série³¹

		1937		1938		1939		1940		1941		1942			1943		1944			1945		
		MASC.	FEM.	MISTO	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MISTO	MASC.	FEM.	MISTO										
1º ANO	TURMAS	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	ALUNOS	45	41	45	39	41	41	44*	42	42	64	36	35	36	38	36	34	38	35	35	34	26
2º ANO	TURMAS	1	2	1	2	2	2	1	2	1	2	1	2		1	2	1	2		1	2	
	ALUNOS	44	81	47	59	76	78	45*	65	42	79	41	71		44	65	37	67		44	55	
3º ANO	TURMAS	1	2	1	2	1	1	2	2	1	2	1	2		1	2	1	2		1	2	
	ALUNOS	39	72	38	68	40	41	70*	69	42	62	40	79		43	66	37	78		36	68	
4º ANO	TURMAS	1	2	1	2	1	2	1	1	1	2	1	1	1	1	2	1	2		1	2	
	ALUNOS	44	78	33	77	41	77	41*	47	45	72	35	30	35	37	75	34	67		36	63	
SUB-TOTAL		172	272	163	243	198	237	200	223	171	277	152	215	71	162	242	142	250	35	151	220	26
TOTAL DE ALUNOS POR ANO LETIVO		444		406		435		423		448		438			404		427			397		

Conforme assinalado anteriormente, para o levantamento do Quadro Escolar do Primário recorreu-se, também, aos Livros de Termos dos Exames dos Alunos. Se a recorrência a estes livros permitiu complementar as informações contidas nos Livros de Matrículas, por outro lado, também colocou alguns novos problemas e a necessidade de alguma investigação.

Em primeiro lugar, durante o levantamento do número de alunos por turmas nos Livros de Termos dos Exames dos Alunos, constatou-se que a composição das turmas que aparece neles não confere com a constante nos Livros de Matrículas. Os números encontrados são próximos, mas não idênticos.

³¹ Os números assinalados com * foram os formados com dados exclusivos dos Livros de Termos dos Exames dos Alunos do Curso Primário ou complementados com estes.

A título de exemplo³², destacamos os dados constantes em um e outro e os colocamos, lado a lado, no quadro seguinte:

Tabela 3 . Livros de Matrícula (L. M.) - Livros de Termos dos Exames (L. T. E.) - Quadro Escolar – Primário - Número de Alunos por Turmas por Gênero por Série

		1938 (L. M.)		1938 (L. T. E.)		1944 (L. M.)			1944 (L. T. E.)		
		MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MISTO	MASC.	FEM.	MISTO
1º ANO	TURMAS	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	ALUNOS	45	39	40	39	34	38	35	33	35	35
2º ANO	TURMAS	1	2	1	2	1	2		1	2	
	ALUNOS	47	59	42	67	37	67		34	64	
3º ANO	TURMAS	1	2	1	2	1	2		1	2	
	ALUNOS	38	68	37	73	37	78		42	77	
4º ANO	TURMAS	1	2	1	2	1	2		1	2	
	ALUNOS	33	77	35	73	34	67		30	57	
SUB-TOTAL		163	243	154	252	142	250	35	139	233	35
TOTAL POR ANO LETIVO		415		406		427			407		

Como se observa no quadro acima, os diferentes livros tratados apresentam diferenças quanto aos dados relativos às turmas. Quais seriam as razões destas diferenças?

A partir de uma comparação entre os nomes constantes em algumas turmas, foram constatados dois motivos para as discrepâncias entre os livros. Em primeiro lugar, foi possível observar que alguns alunos que constavam no Livro de Matrículas não constavam no Livro dos Termos dos Exames Finais. Provavelmente, alunos que, por algum motivo, não puderam fazer estes exames, o que parece algo previsível.

No entanto, no Livro dos Termos dos Exames Finais foram também encontrados nomes de “alunos” que não constavam no Livro de Matrículas do mesmo ano dos exames e nem mesmo nos anos anteriores.

Um única turma é suficiente para ilustrar a questão: o 4º ano masculino de 1938. Naquele ano, constam no Livro de Matrículas: 33 alunos; no Livro de Termos dos Exames Finais: 35 alunos.

³² Os dados relativos ao Quadro Escolar, colhidos junto aos Livros de Termos dos Exames Finais, constam no final desta dissertação, como Apêndice A.

Neste caso, dos 33 alunos constantes no Livro de Matrículas, 1 deixou de fazer os Exames Finais; mas 3 “alunos”, que não constam como matriculados no ano de 1938 (e nem nos 4 anos anteriores), não apenas fizeram os Exames Finais como também foram aprovados. Na frente de seus nomes, no Livro de Termo dos Exames, o resultado: “concluiu o curso”.

Apenas através destes dois tipos de livros não foi possível identificar quem eram estes “alunos” não matriculados na escola, mas aprovados nos seus Exames Finais. Enfim, estes alunos foram encontrados no Livro de Chamada da própria turma - 4º ano masculino de 1938. Eram alunos que passaram a freqüentar a escola após o início do ano letivo. Pareceria lógico que seus nomes estivessem registrados no Livro de Matrículas se, de fato, houvesse um grande rigor na escrituração da vida escolar... tal qual havia com a elegância das caligrafias.

De qualquer modo, não deixa de ser um dado ilustrativo sobre um tipo específico de limite da escrituração oficial: algumas vezes, para um determinado evento, nada é registrado. Por outro lado, também é instrutivo sobre uma certa incompletude, ou sobre um caráter lacunar da documentação. E, neste caso específico, é possível supor que a incompletude é, no mínimo, proporcional às diferenças numéricas observáveis entre os dados dos Livros de Matrícula e os Livros de Termos de Exames Finais.

Como também é ilustrativo dos limites ou condicionantes postos ao “*poderoso aparelho de Raios X, destinado a revelar os segredos anatômicos e fisiológicos dos organismos políticos*”, em que se pretendia constituir o I. B. G. E.³³.

Na “Circular N. 43 – Estatística de 1937”, publicada em outubro do mesmo ano e assinada pelo Diretor de Ensino do Estado de São Paulo, Almeida Júnior, foram disciplinados os procedimentos das Delegacias Regionais, escolas e professores com relação ao levantamento dos dados para a estatística do ensino. Seu detalhamento inclui desde a *franquia postal* para a remessa dos dados escolares pelos responsáveis por sua coleta, até a retirada do

nome do professor faltoso ... das folhas de pagamento dos meses subsequentes até sua quitação com os serviços da estatística, e isso sem embargo da aplicação de outras penalidades que o caso requeira. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 28 de outubro de 1937, p. 15).

Em outras palavras, há indicações de que se pretendia realizar, com rigor e eficiência, o levantamento dos dados da Educação no Estado. No que diz respeito à Escola “Carlos Gomes”, a referida circular estabelecia que:

As fórmulas destinadas aos grupos escolares e aos cursos primários anexos às escolas nomaes, serão preenchidas pelos respectivos directores e entregues à autoridade do município, acompanhadas de uma cópia do “mappa de movimentos” do mez de novembro (Idem, 1937, p. 15)

Considerando que os dados coletados nestas estatísticas correspondiam aos presentes em “O Ensino no Brasil”, pode-se afirmar que, em relação os alunos, os Livros de Matrícula constituíam-se no mais completo repositório de informações. Porém, conforme assinalado anteriormente, ao longo do período, entre os dados constantes nos Livros de Matrícula e nos Livros de Termos de Exame havia discrepâncias, assim como entre os Livros de Matrículas e os Livros de Chamada³⁴. Daí, com relação ao preenchimento das fórmulas (formulários) de estatística, cabe questionar se o Diretor, efetivamente, procedia a qualquer “ajuste” dos dados, sobretudo pelo fato de as discrepâncias terem se perpetuado ao longo do período. Pelo contrário, isto talvez sugira seu desconhecimento pelo Diretor da Escola “Carlos Gomes”, ou, mesmo, que não fosse algo com que se importasse. De qualquer modo, aqui parece se configurar, no contexto das práticas desenvolvidas nos interstícios do espaço escolar, um desvio em relação às pretensões totalitárias embutidas nos projetos de reforma da Educação e da sociedade. Frente às pretensões com vistas ao futuro, as práticas cotidianas do homem ordinário³⁵...

Assim, a busca pela história da escola nos seus livros de registro implica em identificar suas possibilidades e limites em seus campos ocupados, mas também nos incompletos, ou, mesmo, negligenciados.

Guardado em meio a um exemplar de “O Ensino no Brasil”, um ofício do Ministério de Educação e Saúde ao Diretor da Escola “Carlos Gomes”:

*Ministério da Educação e Saúde
Serviço de Estatística da Educação e Saúde*

*2??/1
Estatística Educacional*

*Rio de Janeiro. DF
Em 3 de janeiro de 1944.*

Sr. Diretor,

³³ TEIXEIRA DE FREITAS, 1943, p. 124.

³⁴ Considerando-se como representativo do período o fato de, numa amostragem de sete Livros de Chamada, arbitrariamente escolhidos, os dados não corresponderem aos presentes nos Livros de Matrícula.

³⁵ E, com isto, imiscuído num espaço privilegiado pelo escriturístico, um olhar mais vagaroso também divisa os desvios tratados em CERTEAU, 2000.

Mantendo a continuidade da distribuição dos resultados apurados por êste Serviço, tenho a satisfação de remeter-vos a publicação “O Ensino no Brasil em 1937”.

Reitero-vos, outrossim, os meus agradecimentos pela vossa colaboração e habitual solicitude, que contribuíram para esta repartição desencumbir-se de suas atribuições no que diz respeito ao levantamento das estatísticas educacionais no país.

Valendo-me da oportunidade, renovo-vos os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

*M. A. Teixeira de Freitas
Diretor”*

Ainda com relação aos Livros dos Termos dos Exames Finais, ao final da escrituração dos nomes e resultados obtidos pelos “alunos”, era registrado, também pela professora responsável pela turma, um resumo do seu aproveitamento. Como exemplo, segue-se o resumo da turma anteriormente citada (4º ano masculino, de 1938). Neste exemplo, também foi registrada uma observação adicional, relativa, exatamente, ao aluno que não havia comparecido aos Exames Finais.

Resumo

<i>Alunos matriculados</i> _____	<i>35</i>
<i>Alunos presentes</i> _____	<i>34</i>
<i>Alunos conservados</i> _____	<i>2</i>
<i>Alunos que concluíram o curso</i> _____	<i>33</i>
<i>Porcentagem de promoção</i> _____	<i>94,28%</i>

O aluno “Fulano de Tal”, à vista das notas obtidas durante o ano, foi considerado diplomado.

Através dos Livros dos Termos dos Exames Finais e dos Livros de Chamada, seria possível destacar alguns outros dados relativos ao “aproveitamento” dos alunos da Escola “Carlos Gomes”, ao longo deste período; e estes dados, também, poderiam ser cotejados com os presentes em “O Ensino no Brasil”. No entanto, com isto, a pesquisa passaria a deter-se numa outra dimensão da realidade escolar e numa outra perspectiva, distinta da adotada.

Os dados apresentados neste trabalho permitem observar, sobretudo, uma certa “evolução” do perfil dos alunos da Escola “Carlos Gomes”, a partir de alguns critérios presentes nos Livros de Matrícula. Estes dados foram produzidos a partir de um certo olhar que se detinha sobre uma identidade “pessoal” dos alunos: nome, data de nascimento, cidade de nascimento, filiação etc. São dados que refletem mas não informam, diretamente, uma outra identidade, de tipo distinto, produzida pela instituição escolar - tais como notas de comportamento e de aplicação, faltas etc. - que se relacionariam, em sua extensão, com os dados relativos à produtividade do sistema de ensino como um todo.

A documentação presente no Arquivo Histórico da Escola “Carlos Gomes” também se oferece a este tipo de investigação. Parece, porém, que, para guardar alguma coerência metodológica, seria necessário, neste caso, uma investigação cuidadosa dos resultados dos alunos e das classes, numa série de “quesitos” relativos ao seu aproveitamento ao longo do período, de cada ano, e com cada professor em particular.

Um primeiro contato com este tipo de informação mostrou que não apenas as notas atribuídas pelos professores parecem decorrer de formas distintas de “atribuir” notas, mas que elas se relacionavam a distintas formas de entender a questão da avaliação. O que significaria sugerir que as notas não apenas foram “tiradas” pelos alunos como “dadas” pelos professores. Deste modo, parece pertinente também indagar se as faltas dos alunos não responderiam a algum tipo particular de “lógica”.

Enfim, a questão da “produtividade” da escola, que neste trabalho se apresenta enquanto uma ausência entre tantas, remete a um aspecto específico da vida escolar ao qual a documentação do Arquivo está aberta, mas, de antemão, não autoriza conclusões sumárias. De qualquer modo, a “evolução” do perfil etário dos alunos não deixa de ser uma forma de observar um reflexo de sua “produtividade”. Porém, a imagem produzida só revela o “peso” das reprovações; a evasão escolar não é visível neste quadro.

Foram colhidas nos Livros de Matrícula, ano a ano, as “idades” de cada um dos alunos em todas as turmas. Para simplificar a coleta e também a homogeneização dos dados, considerou-se como idade do aluno aquela que o mesmo já completara ou que completaria no ano em curso. Tal homogeneização foi necessária haja vista que, alguns funcionários, por sobre o espaço reservado à data de nascimento, anotavam a idade a ser completada no ano, enquanto outros anotavam a

idade já completada. A verificação da idade “completada” demandaria um maior trabalho, sem produzir, no entanto, informações qualitativamente mais consistentes.

1937 Matricula dos alunos de Curso Primario

Nº	Sexo	NOME	Data	Mês	Ano	Localidade	Filiação	Profissão	RESIDENCIA						ELIMINAÇÃO			Observações	
									Rua	Nº	Quil.	Dist.	Munic.	Estado	Data	Causa			
1	X	Angela Carmen Quarella	22	Outubro	1929	Campinas	Armando Quarella	Comercante	2	Olavo Tolac	10								Catolica
2	X	Ady Lúcio de Mello	27	Julho	1929	Campinas	Rui Lúcio de Mello	Armadador	X	Luiza Penteado	1310								
3	X	Osny Grotto	11	Junho	1930	Campinas	Bernardo Grotto	Comercio	X	Luiza Serafim	723								
4	X	Olga Rossi	7	Outubro	1929	Campinas	Francisco Rossi Itahara	Industrial	X	Luiza Penteado	105								
5	X	Oliver M. Cavallero e Silva	24	Junho	1930	Campinas	Oliver M. Cavallero e Silva	Fune. municipal	X	Dr. Augusto	964								
6	X	Osvaldo M. Cavallero e Silva	29	Dezembro	1929	Campinas	Osvaldo M. Cavallero e Silva	Fune. municipal	X	Dr. Augusto	964								
7	X	Oelia Aguiar de Nogueira	23	Julho	1929	Campinas	Francisco Aguiar de Nogueira	(Salvador)	X	Luiza Serafim	292								
8	X	Rilva L. Farjo	9	Julho	1929	Campinas	José Farjo Bastos Ribeirópolis	Negociante	X	Miguel Solon	672								
9	X	Raysa Ceigatti	16	Junho	1930	Campinas	José Ceigatti	Comercante	X	Luiza Penteado	1148								
10	X	Denise Black	17	Outubro	1929	J. Carlos	José Denise Black	Servidora	X	José Paulino	400								
11	X	Denise Lotti	5	Junho	1930	Campinas	Francisco Lotti Itahara	Alfaiate	X	Bernardino Campos	057								
12	X	Elody Gaschp	11	Junho	1930	Campinas	Germano Gaschp	Comercio	X	Marcelo	431								
13	X	Eustácia O. Coruso	19	Junho	1930	Campinas	Domènico Coruso	Servidora	X	Walter Paulista	47								
14	X	Evete de Aguiar Vilagelim	18	Dezembro	1929	Campinas	José Vilagelim Neto	Professor	X	Dr. Desoberto	287								
15	X	Eulda do Rio	24	Junho	1930	Campinas	Luiz do Rio Itahara	Industrial	X	Benedito	440								
16	X	Genny Castanheira	10	Junho	1930	Campinas	Luiz Genny Castanheira	Motociclista	X	Dr. Augusto	214								

Imagem 3. Livro de Matrícula do Curso Primário

A seguir serão apresentados os quadros “Alunos por idade por série”, bem como as questões que estes sugerem. Os dados relativos à 1ª série do Curso Primário serão apresentados de duas formas, a fim de detalhar os momentos da pesquisa e do tratamento dos dados: num primeiro quadro, com os números de cada uma das turmas, e, num segundo, com os dados relativos à totalidade das turmas e sua representação em percentuais. Os dados relativos às demais turmas do Curso Primário serão apresentados apenas nesta segunda forma³⁶. Observe-se que esta segunda forma de apresentação dos dados mostra-se como representativa do período pelo fato de, ao longo deste, não ocorrerem alterações significativas na relação idade – série no Curso Primário.

Tabela 4. Livros de Matrícula: Primário - Alunos Idade/Série

SÉRIE/ANO	IDADE														TOTAL	
	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	Sem data Nasc		
1º FEM. 1937		13	24	4												41
1º FEM. 1938		6	26	5	2											39
1º FEM. 1939		4	32	4	1											41
1º FEM. 1940		4	35	3												42
1º A FEM. 1941		2	23	4	3											32
1º B FEM. 1941		5	14	8	3	1								1		32
1º FEM. 1942		1	29	4										1		35
1º MISTO 1942	Alunos		2	6	1	1	1									11
	Alunas		9	16												25
1º FEM. 1943		3	21	7	4	1										36
1º FEM. 1944		16	15	5	1								1			38
1º MISTO 1944	Alunos		10	5										1		16
	Alunas		1	15		2	1	1								19
1º A FEM. 1945		14	19	1												34
1º MISTO 1945	Alunos		1	5	7											13
	Alunas			4	7	2										13
1º MASC. 1937		4	28	10	3											45
1º MASC. 1938		5	33	6		1										45
1º MASC. 1939		7	24	8	2											41
1º MASC. 1941		4	25	8	4		1									42
1º MASC. 1942		3	25	6	2											36
1º MASC. 1943		6	26	5	1											38
1º MASC. 1944		2	24	7	1											34
1º MASC. 1945		14	18	3												35

³⁶ Os dados absolutos destas turmas constam no Apêndice B, no final do trabalho.

Os dados acima totalizados também podem ser expressos na seguinte forma:

Tabela 5. Livros de Matrícula: Primário - Alunos do 1º Ano / Idade³⁷
1937 à 1945

IDADE	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	TOTAL
TOTAL DE ALUNOS		136	492	113	32	5	2					1		781
TOTAL DE ALUNOS EM %		17,41	63,00	14,47	4,10	0,64	0,26					0,13		100,01 %

Por conta da preponderância no 1º ano e tomando por referência o Código de Educação de 1933, pode-se considerar 8 anos como o “referencial” de idade de ingresso no Curso Primário da Escola “Carlos Gomes”, e que o “fluxo regular”³⁸ dos alunos ao longo deste Curso resultaria na preponderância da idade de 9 anos na 2ª série, de 10 na 3ª e 11 na 4ª. O conceito de fluxo regular, neste caso, refere-se a um fluxo regulado, ao que resultaria do ingresso, no 1º ano, com 8 anos e na passagem para as séries subseqüentes sem qualquer atraso.

Durante todo o período estudado, tanto nas turmas masculinas quanto nas femininas de 1º ano, os alunos com 8 anos de idade preponderavam. Superavam, em número, os alunos de cada uma das demais idades, constituindo-se exceções o 1º ano feminino de 1944 e o 1º ano misto de 1945. Além disto, os alunos com esta idade se constituíam em maioria absoluta³⁹ em dezoito de um total⁴⁰ de vinte e uma turmas.

³⁷ Nesta representação e nas seguintes (em percentuais) foram desconsiderados os alunos “sem data de nascimento”.

³⁸ Neste trabalho serão utilizados os conceitos de idade inicial, idade regular, fluxo regular etc., para descrever a passagem dos alunos pelas sucessivas etapas da vida escolar. O uso destes conceitos - correntes nos dias de hoje - pode parecer anacrônico, descolado do contexto histórico focalizado. No entanto, para recuperar e visualizar a trajetória dos alunos, estes conceitos se mostram úteis e necessários.

³⁹ Utilizou-se o conceito de maioria absoluta para expressar um percentual igual ou superior a 51%.

⁴⁰ Como já assinalado anteriormente, parte da documentação da escola foi destruída ao longo de sua história. Ao nos referirmos, portanto, ao “total”, à “maioria” das turmas etc., a referência é aquelas cujos

Tabela 6. Livros de Matrícula: Primário - Alunos do 2º Ano / Idade -1937 a 1945

IDADE	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	TOTAL
TOTAL DE ALUNOS		1	170	516	241	78	18	3	1					1028
TOTAL DE ALUNOS EM %		0,10	16,54	50,19	23,44	7,59	1,75	0,29	0,10					100%

Nas 27 turmas de 2º ano tabuladas, preponderam os alunos com a idade regular de 9 anos, que superam, em número, os alunos de cada uma das demais idades em 24 turmas. Em 4 turmas, os alunos de outras faixas etárias preponderam ou se igualam ao número de alunos de 9 anos. Por fim, os alunos de 9 anos constituem maioria absoluta em apenas 17 turmas.

Assim, já na passagem do 1º para o 2º ano, é possível observar uma mudança. A comparação entre as idades dos alunos das turmas de 1º e 2º anos evidencia um atraso no fluxo e o conseqüente crescimento do número de alunos com idade superior à regular.

Esta tendência de decréscimo dos alunos em idade regular, porém em proporções mais acentuadas, apresenta-se, também, na passagem do 2º para o 3º, e na do 3º para o 4º ano do Primário.

Tabela 7. Livros de Matrícula: Primário - Alunos do 3º Ano / Idade -1937 a 1945

IDADE	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	TOTAL
TOTAL DE ALUNOS		1	4	151	401	239	87	27	6	1				917
TOTAL DE ALUNOS EM %		0,11	0,44	16,47	43,73	26,06	9,49	2,94	0,65	0,11				100%

Nas 25 turmas de 3º ano tabuladas, preponderam os alunos com a idade de 10 anos. Estes superam os de cada uma das demais idades em 21 turmas. Porém, os alunos de idade regular constituem-se em maioria absoluta em apenas 5 turmas.

Altera-se, pois, aqui, uma relação. Na passagem da 2ª para a 3ª série do Curso Primário, o atraso no fluxo escolar já produzia uma maioria absoluta de alunos fora daquilo que se tentou estabelecer como parâmetro de idade regular.

livros de registro de alguma forma “sobreviveram”. Esta consideração refere-se a todas as afirmações seguintes, baseadas nos Livros de Matrículas.

Nas 25 turmas de 4º ano do período, os alunos com 11 anos superam os das demais idades em 21. Porém só constituem maioria absoluta em 6.

Em termos percentuais, temos o seguinte:

Tabela 8. Livros de Matrícula: Primário - Alunos do 4º Ano / Idade - 1937 a 1945

IDADE	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	TOTAL
TOTAL DE ALUNOS				11	170	430	241	94	23		1			970
TOTAL DE ALUNOS EM %				1,13	17,52	44,33	24,84	9,69	2,37		0,10			99,98

Os dados acima evidenciam um atraso significativo no fluxo escolar ao longo do Curso Primário, o qual deveria decorrer dos índices de reprovação e evasão, com a posterior matrícula no mesmo ano letivo.

Outro movimento que se pode perceber, a partir dos quadros acima, é o de aumento do percentual de alunos em idade menor que a “regular” no 4º ano. Quem seriam estes alunos? A resposta a esta questão exigiria uma investigação por demais detalhada da documentação relativa ao período, o que não se coloca como pretensão deste trabalho. No entanto, duas resposta parecem cabíveis. A primeira seria que estes alunos eram provenientes de escolas em que, com menor idade, eram cursadas séries mais adiantadas que na Escola “Carlos Gomes”. No entanto, Teixeira de Freitas sugere uma resposta também cabível para a questão. Em seu trabalho sobre os “números” relativos ao Ensino Primário no Brasil, este autor, baseado em dados oficiais sobre o conjunto do ensino escolar do País, refere-se a alunos que ingressam neste Curso em séries mais avançadas que a 1ª:

Um fato - aliás previsível - salta-nos agora aos olhos. A matrícula geral de cada ano ou período, menos os repetentes, já sendo bastante superior ao número dos alunos aprovados, no mesmo ano de 1932, na série precedente, bem mais elevada será, tudo o indica, em relação aos aprovados nessa série em 1931.

E como o número de aprovados sem conclusão de curso em 1931 terá sido o limite da matrícula dos alunos “novos” mas provenientes da escola, na série imediata, aquela diferença corresponderá necessariamente ao mínimo do contingente dos alunos “novos” de cada série que se prepararam fora da escola para essa matrícula.

Ora, êsse é um elemento inteiramente novo em nossos estudos, e que tem relevantíssimo interêsse e merece ser deduzido com a possível precisão. (FREITAS, 1937, p. 34)

Com relação a isto, o Código de Educação de 1933, em seu Artigo 230, previa que

É facultado aos pais e tutores ministrar ou fazer ministrar às crianças sob sua guarda, instrução primária, em casa ou em estabelecimentos de ensino privado.
§ único – A inspeção escolar verificará, por meio de investigações, visitas e exames, a regularidade e a eficiência desse ensino. (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE PÚBLICA, 1933, p. 189)

Como já assinalado, a documentação pesquisada não permite concluir nada sobre a presença destes alunos na Escola “Carlos Gomes” ou que, ao ingressarem na escola, fossem submetidos a alguma avaliação sobre seu “estágio de aprendizagem” ou sobre suas possibilidades de acompanhar a série em que se matriculavam. Seria necessária a recorrência a outros documentos, ainda mais detalhados, - provavelmente os recolhidos no prontuário dos alunos -, para poder confirmar tal hipótese.

Independente disto, um dado parece importante: a presença destes alunos indicaria que, na Escola “Carlos Gomes”, estudos extra-escolares poderiam ser reconhecidos e convalidados.

Além dos movimentos acima apontados, expressos pela presença crescente de alunos com idades maior que a regular em todas as séries e menor que a regular, no 4º ano, não se verifica, ao longo do período estudado, nenhuma alteração significativa - e que possa ser considerada como tendência - no quadro de idades de ingresso ou de conclusão do Curso Primário. Pode-se supor que isto tenha relação com o fato de se tratar de um período relativamente curto - 9 anos - ou com o fato de, ao longo do mesmo, não terem se efetivado intervenções com vistas ao “ajustamento” das faixas etárias às diferentes séries.

O esclarecimento desta questão demandaria um inventário das discussões relativas ao Curso Primário buscando, inclusive, verificar se a questão da relação faixa etária - série era considerada, por quem e com qual relevância, naquele contexto histórico, como motivo de preocupações.

Não obstante, os descompassos verificados no fluxo escolar e a presença crescente de alunos fora da idade regular evidenciam que a efetiva experimentação pelos alunos do processo escolar acompanhava-se de um significativo afastamento da forma escolar. A vivência da Escola “Carlos Gomes” pelos seus alunos não se acompanhava da progressão e da normalização

previstas na estrutura institucional. As turmas, na passagem de uma série para outra, na medida em que presumivelmente homogeneizavam-se no que se refere ao aprendizado, tornavam-se, também, menos homogêneas no que diz respeito ao “andamento” do Curso, à idade, e pelo possível ingresso de alunos com passado não-escolar. Por fim, é preciso lembrar que a instituição escolar, por conta do altíssimo índice de evasão que caracteriza o período, “definia-se” não apenas pelos que nela se integravam, mas também pelos que dela se afastavam.

Desta forma, não há como não contrastar as pretensões dos diferentes projetos políticos que tomavam a escola como fulcro e matriz da constituição da nacionalidade e da Nação e o que, efetivamente, se dava no interior das escolas do País e, especificamente, na Escola “Carlos Gomes”. Mesmo considerando a dimensão retórica que se possa atribuir aos discursos que explicitavam tais projetos, é visível que a matriz que se produzia conservava, como característica intrínseca, uma dissolução dos traços que pretendia imprimir sobre os corpos.

Estes primeiros dados extraídos dos Livros de Matrícula, relativos a alguns aspectos da configuração da escola, podem ser cotejados com o “quadro geral” do ensino no País. Para tanto, foram utilizados os dados da publicação oficial - *O Ensino no Brasil*.

De acordo com a publicação “O Ensino no Brasil em 1937”⁴¹, a Escola “Carlos Gomes” constituía-se em uma das 41 escolas do Estado de São Paulo e das 253 escolas do País que mantinham conjuntamente um Curso Primário e um Curso Normal. A forma como os dados são apresentados nesta publicação não permite a comparação do “Carlos Gomes” exclusivamente com estas últimas escolas, e sim com o conjunto das escolas com Curso Primário do País.

A despeito das considerações que possam ser feitas com relação à consistência dos números apresentados - que, de resto, parecem cabíveis para quaisquer tipos de fontes -, algumas relações parecem por demais expressivas.

Neste caso, não se trata de um esforço de contextualização, num sentido estrito. Referindo-se ao inquérito educacional de 1932 e à classificação das escolas que dele emerge, Teixeira de Freitas pondera que:

⁴¹ Serviço de Estatística da Educação e Saúde, 1943, p. 149.

... se a nomenclatura dessa estatística é extensa e diversificada em muitas subdivisões, é porque o fenômeno a que ela se refere, de natureza eminentemente social, se apresenta com uma complexidade tal, que só através de multiplicadas distinções os seus elementos podem ser suficientemente caracterizados. (...) Se assim não o fizesse, ela poderia acaso satisfazer um ou outro estudioso do assunto, mas não satisfaria de modo algum a totalidade dêles, pois que não haveria modo de se lhe adaptarem os dados aos particularizados pontos de vista de cada um dos seus manuseadores, pontos de vista que são tantos quantas forem as combinações possíveis entre as classificações fundamentais.

(...) Em 1932, o inquérito estatístico verificou a ocorrência de 319 categorias de ensino. (TEIXEIRA DE FREITAS, 1937, pp. 15/6)

Na heterogeneidade característica do “sistema de ensino nacional” no período, e, especificamente, de seus Cursos Primários, transparece, com destaque, a questão da duração. Predominavam, no País, os Cursos Primários de três anos, verificando-se, no entanto, a ocorrência de Cursos de quatro, cinco, dois e até mesmo um ano, conforme se pode observar no quadro seguinte:

Tabela 9. O Ensino no Brasil - Ensino Fundamental Comum
Unidades Escolares e sua Classificação - Segundo a Extensão do Ensino - 1937

	De 1 ano ou período ⁴²	De 2 anos ou períodos	De 3 anos ou períodos	De 4 anos ou períodos	De 5 anos ou períodos	TOTAL
1937	12	1.880	20.951	8.281	4.123	35.247

Assim, os dados de “*O Ensino no Brasil*” correlatos aos do Primário da Escola “Carlos Gomes” são dados homogeneizados, referentes a modalidades de ensino diferenciadas, que, independente de outras semelhanças, tinham como destinatárias crianças principalmente na faixa etária entre 7 e 13 anos. Isto sugere cautela quanto ao significado que se pretenda atribuir ao cotejo entre estes dados, descartando-se, pois, a pretensão de incluir - ou encaixar com um ajuste rigoroso - os dados de uma escola num quadro cujos traços mal podem ser delineados.

Não obstante, o cotejo dos dados da Escola “Carlos Gomes” com os presentes na publicação “*O Ensino no Brasil*” permite um exercício em que, pelo contraste dos dados de uma e

⁴² A palavra “período” aqui não deve ser confundida com “turno”.

outra, pode-se inferir, ou, mesmo, determinar com alguma aproximação, a posição relativa e a identidade de cada uma.

Os dados apresentados em “O Ensino no Brasil em 1937” permitem inúmeras comparações, inclusive quanto à relação idade – série e ao fluxo escolar. As informações relativas à distribuição dos alunos do Curso Primário por série, pelas diferentes faixas etárias, aparecem nos quadros com título principal “Ensino Fundamental Comum – Matrícula”.

O montante de dados arrolados nos diferentes volumes de “O Ensino no Brasil” e o esforço que se pode presumir em sua elaboração contrastam, porém, com o fato de as idades dos alunos serem apresentadas em apenas três faixas etárias, bem como com o fato de estas serem as mesmas para todas as séries do Curso Primário: “menos de 8 anos”, “de 8 a 11 anos”, “de mais de 11 anos”. Se a qualidade dos dados tiver relação direta com a preocupação dos responsáveis por sua coleta e tratamento, então é possível presumir que havia alguma preocupação com o fluxo escolar, porém desta não decorria igual preocupação com a relação idade – série. Teixeira de Freitas sugere, mesmo, que o Acre e nove estados brasileiros - entre eles, São Paulo -, na estatística de 1932, nem mesmo organizaram adequadamente os dados relativos aos alunos em função destas três faixas etárias:

... torna-se mister lançar mão de um recurso supletivo, afim de obtermos a distribuição dos algarismos do Território do Acre, e dos Estados de Alagoas, Baía, Goiás, Paraíba, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, algarismos que, nesse particular, não foram satisfatoriamente elaborados nas repartições responsáveis pelo serviço. (TEIXEIRA DE FREITAS, idem, p. 33)

Reduzindo-se os dados da Escola “Carlos Gomes” ao formato destas três faixas etárias presentes em “O Ensino no Brasil”, é possível estabelecer algum contraponto entre o que se passava no ensino Primário nesta escola e no país⁴³. Para tanto, foram utilizados os dados que constam nos volumes de “O Ensino no Brasil” referentes aos anos de 1937, 1939, 1941, 1943 e

⁴³ Em “O Ensino no Brasil” aparecem os dados relativos à zona urbana, à zona rural, aos distritos e os totais do País. A dificuldade em visualizar os contrastes entre os distritos, de um lado, e a zona urbana e rural, de outro, em um período já distante e no território tão extenso e desigual do País, parece justificar sua omissão.

1945. Para apreender alguns traços que pareceram significativos, os dados relativos às turmas de 1º ano são suficientes⁴⁴. Novamente, os dados dos alunos do 1ª ano serão apresentados de duas formas: num primeiro quadro, relativo ao ano de 1937, com os números absolutos, e, no segundo, com os números relativos ao demais anos, apenas em percentuais. Temos, então, o seguinte:

Tabela 10. O Ensino no Brasil - Livros de Matrícula
Matrícula Geral - Primário, Alunos do 1º Ano / Idade - 1937

	No País	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares	Na Escola Normal "Carlos Gomes"
De menos de 8 anos	414.071	189.256	163.405	17
De 8 a 11 anos	886.572	336.785	417.387	69
De mais de 11 anos	263.544	74.197	149.695	0
TOTAL	1.564.187	600.238	730.487	86

Tabela 11. O Ensino no Brasil - Livros de Matrícula: Primário - Alunos do 1º Ano / Idade - Matrícula Geral - Em %

	Idade	No País (%)	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares (%)	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares (%)	Na Escola "Carlos Gomes" (%)
1	De menos de 8 anos	26,47	31,53	22,37	19,77
9	De 8 a 11 anos	56,68	56,11	57,14	80,23
3	De mais de 11 anos	16,85	12,36	20,49	0,00
7	TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1	De menos de 8 anos	24,08	28,34	20,48	13,41
9	De 8 a 11 anos	58,92	59,56	58,52	86,58
3	De mais de 11 anos	16,99	12,10	21,00	0,00
9	TOTAL	99,99%	100%	100,00%	99,99%
1	De menos de 8 anos	25,17	29,80	21,72	10,48
9	De 8 a 11 anos	57,28	57,84	56,71	88,57
4	De mais de 11 anos	17,55	12,36	21,57	0,95
1	TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1	De menos de 8 anos	25,81	32,61	20,47	12,16
9	De 8 a 11 anos	57,18	55,62	58,36	87,84
4	De mais de 11 anos	17,00	11,77	21,17	0,00
3	TOTAL	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%
1	De menos de 8 anos	24,99	30,44	20,41	18,52
9	De 8 a 11 anos	58,26	57,56	58,89	81,48
4	De mais de 11 anos	16,74	12,00	20,70	0
5	TOTAL	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%

⁴⁴ Os quadros com os dados absolutos e relativos destes anos, de todas as turmas, são apresentados no

O quadro acima apresenta, em percentuais e em diferentes momentos, a distribuição dos alunos por faixa etária e parece suficiente para representar o período pelo fato de os dados serem compatíveis entre si e com os dados das demais séries, nos demais anos.

Observe-se, no entanto, que o que se considerou como idade, na coleta dos dados nos Livros de Matrícula - aquela que o aluno já completara ou que completaria no ano -, provavelmente produziu alguma distorção na posição relativa da Escola “Carlos Gomes” em relação às demais. No entanto, isto parece importante mais por lembrar as dificuldades implícitas na coleta de dados empíricos de qualquer natureza⁴⁵ - inclusive dos dados contidos no periódico “O Ensino no Brasil” - do que para relativizar o que este trabalho toma por pressuposto como relativo: o conhecimento histórico.

Dentro de uma certa perspectiva, este quadro parece suficiente para visualizar uma faceta geral da Educação no período. Quanto à distribuição dos alunos por faixa etária, observa-se uma grande proximidade na concentração de alunos de 1º ano na faixa etária dos 8 aos 11 anos nas zonas urbana e rural. No entanto, em comparação com a zona rural, na zona urbana aparecem maiores percentuais de alunos na faixa “de menos de 8 anos” e menores na faixa “de mais de 11 anos”. Estes dados sugerem uma “relativa proximidade”, entre o ensino rural e urbano, no que diz respeito ao perfil etário dos alunos ingressantes. No entanto, esta “proximidade” diminuía na passagem para as sucessivas séries. É o que pode ser verificado no quadro a seguir:

Apêndice C.

⁴⁵ De acordo com Teixeira de Freitas, os dados relativos ao Acre e a mais nove estados se agregaram aos do País a partir de uma reordenação baseada em cálculos e estimativas (TEIXEIRA DE FREITAS, 1937, p. 33).

12. O ENSINO NO BRASIL – LIVROS DE MATRÍCULA
 PRIMÁRIO - ALUNOS POR SÉRIE POR IDADE
 MATRÍCULA GERAL – EM PERCENTUAIS

		No País 1937	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1937	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1937	Na Escola “Carlos Gomes” 1937
1º ANO	De menos de 8 anos	26,47	31,53	22,37	19,77
	De 8 a 11 anos	56,68	56,11	57,14	80,23
	De mais de 11 anos	16,85	12,36	20,49	0,00
	TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2º ANO	De menos de 8 anos	4,97	5,62	4,79	0,00
	De 8 a 11 anos	62,35	67,32	55,54	99,20
	De mais de 11 anos	32,67	27,06	39,67	0,80
	TOTAL	99,99	100,00%	100,00%	100,00
3º ANO	De menos de 8 anos	2,21	1,51	3,74	0,00
	De 8 a 11 anos	45,54	53,38	31,97	78,38
	De mais de 11 anos	52,24	45,11	64,28	21,62
	TOTAL	99,99	100,00%	99,99%	100,00
4º ANO	De menos de 8 anos	2,12	0,95	11,92	0,00
	De 8 a 11 anos	32,28	33,60	27,53	50,82
	De mais de 11 anos	65,59	65,44	60,55	49,18
	TOTAL	99,99	99,99%	100,00%	100,00

Tanto no que diz respeito à “proximidade” de idade dos alunos ingressantes no Primário, nas zonas rural e urbana, quanto ao distanciamento que se verifica na passagem para as sucessivas séries, é possível constatar uma certa estabilidade no período. (Vide Apêndice C). No entanto, em se tratando, especificamente, dos dados do 4º ano, é possível inferir que a “proximidade” entre as zonas rural e urbana é, apenas, aparente, resultando do fato de a classificação “de mais de 11 anos” englobar grupos menos homogêneos.

Com relação à Escola “Carlos Gomes”, a redistribuição dos alunos nestas três fixas resulta numa imagem bastante distinta da sugerida nos quadros anteriores. Naqueles, transparecia, sobretudo, uma tendência de desconcentração crescente dos alunos na idade regular. Já o reagrupamento dos alunos em três faixas etárias atenua esta tendência até o ponto de não poder ser vista, nem sequer nas demais séries do Curso Primário. Postos ao lado dos números do País, os dados da Escola “Carlos Gomes” colocam-na a uma significativa distância e numa situação bastante privilegiada, em relação a ele. Os alunos na faixa “De mais de 11 anos” representam menos de 1,00% do total dos alunos do 1º ano do Curso Primário da Escola “Carlos Gomes”, enquanto que, no conjunto das escolas urbanas do País, esses alunos representam nunca menos que 11,77%.

Quais destes quadros relativos à distribuição dos alunos por idade por série seriam, então, mais significativos: os que descrevem a distribuição dos alunos por cada idade, por série, apenas na Escola “Carlos Gomes” ou os que permitem colocá-la ao lado de toda a “rede” de ensino do país?

Os primeiros quadros permitem visualizar, com maior proximidade, a Escola “Carlos Gomes” e, sobretudo, uma tendência inscrita em sua dinâmica interna - a de crescente atraso dos alunos na via institucional. A progressão dos alunos, nesta via, envolvia “riscos” sempre maiores.

Os quadros seguintes, que permitem um contraponto entre a Escola “Carlos Gomes” e o País, colocam à vista outra dimensão da escola: apesar de, provavelmente, não se constituir numa matriz suficientemente firme para modelar o social, por sua vez deveria constituir-se num bom exemplo. E isto, talvez, representasse, perante as outras escolas, uma distinção, da qual seus alunos poderiam usufruir, supondo-se que alunos mais novos se projetando em degraus mais avançados da instituição escolar fosse motivo de prestígio.

Neste ponto, a busca e o tratamento de outros dados ensejariam outras comparações e contrapontos, permitindo visualizar outras facetas da vida escolar. Sem dúvida, os diferentes tratamentos a que podem ser submetidos estes números - e, sobretudo, a documentação do Arquivo Histórico - suscitam inúmeras paisagens da escola e da Educação, que transcendem ao “quantitativo”. Por outro lado, como se assinalou anteriormente, a pretensão de contextualização deve ser tomada com cautela.

Um olhar que parece bastante significativo sobre a distribuição dos alunos do Curso Primário por série é dado pelo contraste com os quadros que mostram a evolução do número de matrículas, em cada série deste Curso, ao longo do período. Estes quadros constituem-se, também, em outra forma de visualizar o fluxo dos alunos pelas séries.

Tabela 13. O Ensino no Brasil: Livros de Matrícula - Primário - Matrícula Geral ⁴⁶ por Série⁴⁷
1937

	No País 1937	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares	Na Escola “Carlos Gomes” 1937	Na Escola “Carlos Gomes” 1937 – 1945
1º ano	1.564.187	600.238	730.487	86	786
2º ano	583.262	287.948	206.596	125	1037
3º ano	364.605	197.845	111.760	111	988
4º ano	165.565	128.864	15.680	122	967

No que diz respeito à Escola “Carlos Gomes”, o quadro apenas ilustra o número dos Livros que “sobreviveram” às diferentes formas de destruição. Com relação ao País, estes dados assombram por mostrarem o quão reduzido era o número dos alunos que “sobreviviam” à via escolar.

Entre os fatores que resultavam na abrupta queda do número de matrículas, de série para série, delineado no quadro acima, encontrava-se, também, o que Teixeira de Freitas chamou de baixa retentividade escolar⁴⁸. As escolas não retinham os alunos. E este era um dos principais traços da Educação do País ao qual se referiu quando afirmou⁴⁹ que se os números pudessem falar, não fariam, chorariam.

No quadro acima, também transparece que o fluxo não seguia a mesma dinâmica nas escolas urbanas e rurais, o que se torna mais visível tomando os números do 1º ano como base, o que significa considerá-los iguais a “100”. Com isto, temos o seguinte:

⁴⁶ Matrícula Geral é o total das matrículas efetuadas - inclusive as canceladas - no decorrer do ano letivo.

⁴⁷ Neste quadro, não são apresentadas os dados relativos alunos do 5º ano e os relativos aos “Distritos”.

⁴⁸ Apesar de comporem uma mesma imagem quantitativa, as expressões evasão escolar - de uso atual - e retentividade remetem a distintos processos. A primeira remete a uma certa esfera de “possibilidades” do aluno; a segunda, à esfera dos “atributos” da escola. Deste modo, a utilização de uma ou outra expressão conforma problemas de diferentes ordens. Hoje, pelo menos no Ensino Básico do Estado de São Paulo, parece não haver expressão equivalente à de retentividade, no sentido que lhe atribuía Teixeira de Freitas, ou seja, relacionando a permanência dos alunos na escola à sua capacidade de “retê-los” por seus “atrativos”. Por outro lado, as escolas deste Estado consagraram, no final do século XX, um uso bastante distinto para o verbo reter.

⁴⁹ TEIXEIRA DE FREITAS, 1937, p. 37.

Tabela 14. O Ensino no Brasil: Livros de Matrículas– Curso Primário - Matrícula Geral por Série em Índices - 1937

	No País 1937	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1937	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1937	Na Escola “Carlos Gomes” 1937	Unidades escolares com extensão de ensino até... ano (em %)
1º ano	100	100	100	100	0,03 %
2º ano	37,29	47,97	28,28	145,35	5,33%
3º ano	23,31	32,96	15,30	129,07	59,44 %
4º ano	10,58	21,47	2,15	141,86	23,49 %

A observação deste quadro exige algumas cautelas. Conforme assinalado anteriormente, apesar da predominância dos Cursos Primários de três anos, também havia os de um, dois, quatro e até cinco anos; e os dados relativos à distribuição dos alunos por série, presentes em “O Ensino no Brasil”, não discriminam os dados relativos aos Cursos Primários de diferentes durações - estes aparecem “sobrepostos”. Portanto, não se sabe quantos destes alunos freqüentavam Cursos de qual duração.

Assim, os dados relativos ao 4º ano de 1937, constantes no quadro acima, referem-se, apenas, aos alunos das Escolas Primárias que funcionavam com 4 ou 5 séries. E a grande queda do número de alunos no 4ºano, que aparece neste quadro, também decorre do fato de, parte deles, terem concluído o Curso no 1º, 2º e, principalmente, no 3º ano.

Para permitir uma melhor visualização da queda do número de matrículas, de uma série para outra, foram acrescentadas, ao quadro acima, numa última coluna, em percentuais, as unidades escolares com Cursos Primários de um, dois, três e quatro anos, em 1937. Com estes dados, é possível observar que os Cursos Primários de um ou dois anos representavam uma parcela pouco significativa das escolas. Pode-se supor, inclusive, que as escolas com esta duração deveriam abrigar um número muito pequeno de turmas e alunos, o que reduziria ainda mais seu peso relativo no conjunto das matrículas. Por fim, aqui parece apropriado observar apenas um recorte do quadro anterior, com os dados relativos às três séries iniciais.

Tabela 15. O Ensino no Brasil - Curso Primário - Matrícula Geral por Série em Índices

	No País 1937	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1937	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1937	Unidades escolares com extensão de ensino até... ano (em %)
1º ano	100	100	100	0,03 %
2º ano	37,29	47,97	28,28	5,33%
3º ano	23,31	32,96	15,30	59,44 %

Este quadro torna mais visível a queda do número de matrículas, de uma série para outra. As matrículas no 3º ano correspondiam a menos de um terço, na zona urbana, e a menos de um sexto, na zona rural, dos alunos matriculados no 1º ano. Ou seja, neste aspecto, na zona rural a situação era cerca de duas vezes pior que na zona urbana.

A despeito das diferentes representações e dos diferentes discursos elaborados, naquela conjuntura, colocando a Educação como esfera privilegiada de intervenção sobre o social - como explicitado nos projetos voltados para a Educação -, o que indicam os dados extraídos de “O Ensino no Brasil” é que, ao longo do Estado Novo, não ocorreram mudanças significativas em todos os aspectos da Educação do País, embora algumas pareçam importantes.

Isto transparece no arrolamento dos dados relativos à evolução das matrículas no Curso Primário. Aqui, pela ponderações já explicitadas, são apresentados apenas os dados das três primeiras séries do Primário. Com o objetivo de melhor detalhar a evolução do ensino, são apresentados dados de anos intercalados. O detalhamento, neste caso, parece indicar tendências consistentes de mudança, mas, também, de permanência.

Tabela 16. O Ensino no Brasil - Curso Primário - Matrícula Geral ⁵⁰ por Série ⁵¹

		No País	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares
1937	1º ano	1.564.187	600.238	730.487
	2º ano	583.262	287.948	206.596
	3º ano	364.605	197.845	111.760
1939	1º ano	1.688.610	681.895	786.087
	2º ano	647.477	342.488	224.055
	3º ano	406.302	244.894	113.192
1941	1º ano	1.694.262	666.507	807.948
	2º ano	677.717	352.564	242.715
	3º ano	449.488	267.379	130.909
1943	1º ano	1.645.837	655.283	782.231
	2º ano	680.181	354.461	242.946
	3º ano	458.856	273.048	131.714
1945	1º ano	1.758.465	719.884	822.749
	2º ano	705.539	385.534	236.629
	3º ano	466.974	288.822	124.536

Em primeiro lugar, no quadro acima, verifica-se uma tendência relativamente consistente de crescimento do número de matrículas como um todo, apesar de alguns “momentos de recuo”. E esta consistência permite destacar, apenas, as “pontas” do processo, o que resulta no seguinte quadro:

Tabela 16a. O Ensino no Brasil - Curso Primário - Matrícula Geral ⁵² por Série

	No País	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares
1937			
1º ano	1.564.187	600.238	730.487
2º ano	583.262	287.948	206.596
3º ano	364.605	197.845	111.760
1945			
1º ano	1.758.465	719.884	822.749
2º ano	705.539	385.534	236.629
3º ano	466.974	288.822	124.536

⁵⁰ Matrícula Geral é o total das matrículas efetuadas, inclusive as canceladas, no decorrer do ano letivo.

⁵¹ Nestes quadros não são apresentadas os dados relativos aos “Distritos”. Os dados acima mais a sua representação em índices constam do Apêndice D.

⁵² Matrícula Geral é o total das matrículas efetuadas - inclusive as canceladas - no decorrer do ano letivo.

VARIAÇÃO EM % 1937/1945			
1º ano	+ 12,42%	+ 19,93%	+ 12,63%
2º ano	+ 20,96%	+ 33,89%	+ 15,09%
3º ano	+ 28,08%	+ 45,98%	+ 11,43%

A partir deste quadro, pode-se verificar, ao longo do Estado Novo, um crescimento superior a 12% no número de matrículas de 1º ano. Porém, um crescimento com índices maiores nas matrículas de 2º ano - superior a 15% - e de 3º ano - superior a 11% - parecem indicar uma inflexão nos índices que refletem a queda de matrículas na passagem de uma série para outra. No entanto, considerando-se o elevado patamar em que o problema se colocava, sua redução, no período, pareceria sempre pequena. Uma comparação com períodos mais extensos, sem dúvida, permitiria outro dimensionamento das mudanças efetivadas ao longo do Estado Novo.

A verificação dos dados relativos à não rematrícula na Escola “Carlos Gomes”, remeteria a uma investigação que se coloca além dos objetivos desta pesquisa. Por outro lado, a “disparidade” que se verifica entre os dados relativos à queda do número de matrículas, na passagem de uma série para outra, e a distribuição idade - série na zona rural, ao mesmo tempo que surpreende, sugere cautela quanto à possibilidade de inferir, a partir de uma única faceta da vida dos alunos, o perfil da escola como um todo.

De qualquer modo, a despeito de todo atraso verificável na 4ª série do Curso Primário da Escola “Carlos Gomes”, ainda é possível se valer do mesmo referencial de idade regular que prevê o início do Curso com os 8 anos e sua conclusão com 11. Já na passagem do Curso Primário para o Ginásial, o crescimento do descompasso na relação série – idade, entre os dois Cursos, exige que se reconsidere o que pode ser tomado como parâmetro de idade regular ao longo do segundo. Considerando-se apenas a idade dos alunos, já não é possível tomar o Ginásio como continuação imediata do Primário, e nem 12 anos como parâmetro de referencial de idade inicial do Ginásio.

Mas, para adentrar o Ginásio, havia uma passagem - o Exame de Admissão.

5. CAP. IV. GINÁSIO: O INGRESSO E A TRAJETÓRIA

5.1. O EXAME DE ADMISSÃO

Porta de entrada para o Ginásio, o Exame de Admissão era previsto no Código de Educação de 1933, o qual também estabelecia, para as Escolas Normais, o funcionamento de apenas duas turmas de 1º ano⁵³. Este limite deve ter sido objeto de nova regulamentação, posteriormente, haja vista que, em 1943, foram formadas três turmas de 1º ano.

Além de outros requisitos, o Código de Educação exigia que o candidato tivesse de onze a dezessete anos de idade e que se inscrevesse em uma única escola, sob pena de ter seu exame anulado.

Também estabelecia o referido código, em seu Artigo 607, que:

Constará êste exame de provas escritas, uma de Português (redação e ditado) e outra de Aritmética (cálculo elementar) e de provas orais sôbre elementos dessas disciplinas, e mais sôbre rudimentos de Geografia, História do Brasil e Ciências Naturais.

§ único - Da banca examinadora farão parte, pelo menos, dous professores do corpo docente, designados pelo diretor. (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE PÚBLICA, 1933, p. 248-249).

Para o tratamento dos Exames de Admissão realizados na Escola “Carlos Gomes”, foi necessário recorrer a outros tipos de livros produzidos pela escola, destinados a finalidades mais específicas e com informações mais restritas.

Assim, foram examinados o Livro de Inscrição para o Exame de Admissão para o Ginásio, os Livros de Atas dos Exames de Admissão à 1ª Série do Curso Ginásial e o Livro de Termos dos Exames dos Alunos do Curso Primário. Além disto, as informações colhidas nestes livros foram cotejadas com outras dos Livros de Matrícula.

A partir deste conjunto de livros, foi possível vislumbrar alguns fragmentos deste momento que, de certa forma, pode-se pensar como decisivo na definição da trajetória escolar e

⁵³ SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE PÚBLICA, 1933, Art. 805, p. 284.

mesmo de vida dos alunos. Neste caso, os indícios sugeridos pelos livros produzidos pela escola parecem tão significativos quanto a regulamentação legal consultada.

Os Exames de Admissão para o Ginásio ocorriam sempre no início do ano letivo. O registro de presença de inspetores federais nestes Exames, acompanhando o Diretor e os professores da escola, parecia revestir-se de um duplo significado: era preciso que o inspetor avaliasse a regularidade do processo perante o poder público federal e, enquanto representante deste, perante a comunidade escolar. No entanto, como se verá adiante, os dados coletados sugerem um quadro não tão transparente, o que chega a colocar em questão os limites da documentação - ou os limites da preocupação das pessoas que a produziam - em descrever este momento da trajetória dos alunos; ou a pensar na existência de procedimentos pedagogicamente questionáveis em meio a este processo.

Do dia 1º ao dia 15 de fevereiro de 1937, inscreveram-se 101 candidatos ao Exame de Admissão à 1ª série do Ginásio (Curso Fundamental) da Escola “Carlos Gomes”.

de acordo com o edital d'esta escola, todas as pessoas habilitadas a fazer exames de admissão, até ao fim de Maio de cada anno, deverão comparecer ao estabelecimento de ensino para o efeito, e a administração da mesma.

Campania de Fevereiro 1952

o secretario
Nelly Francisco
o Inspector Federal
Sybilo Guadalupe

Nº	Nome do candidato	Observações
X 1	Theresa do Menino Jesus Marques de Almeida	
X 2	Marcos Lupinacci Pinto	
X 3	Olga Antina de Andrade	
X 4	Elite Beatriz Perez Rossi	
X 5	Aracelia Pires	
X 6	Vera Guadalupe Lobo	
X 7	Alice Elizabeth de Albuquerque Cavalcanti	
X 8	Maurilia Coutinho Natividade	
X 9	Wanda Guimarães Barros	
X 10	Carlota Aparecida Bombonato	
X 11	Lucas de S. S.	
X 12	Direta Oliveira Lima	
X 13	Maria Antonieta Toledo	
X 14	Maria Aparecida Gonçalves Carralho	
X 15	Osaly Sodre Tardilha	
X 16	Maria Mello	
X 17	Luiza Horta Pereira	
X 18	Wanda M. Rappista	
X 19	Benedito José Siqueira	
X 20	Lucy Naccarato	
X 21	Wanda Pucelli	
X 22	Helena Melloni	
X 23	Gemmy Engler	
X 24	Olga Judia	
X 25	Lidia Davoia	
X 26	Maria de Lourdes Barata	
X 27	Maria de Lourdes Figueira Braga	
X 28	Wanda Pereira Guimarães	
X 29	Jacyra Rodrigues Cavalcanti	
X 30	Leandra Lopes Araújo	
X 31	Lucia Mamode	
X 32	Maria Augusta Pernambuco	
X 33	Rachel Celina Mello Amaral	
X 34	Vera Campos Bueno	
X 35	Wanda Young Lim	
X 36	Hebe Young Lim	
X 37	Elisabete Barbosa	
X 38	Maria Aparecida Lecon	
X 39	Y Jeda B. Lupinacci	
X 40	Maria Lourenço	
X 41	Lourdes Virginia Gabriel Amargo	
X 42	Norma Baldini	
X 43	Glaci A. de Almeida	
X 44	José Francisco Bardari	
X 45	Maria de Lourdes Matta	
X 46	Maria Elisa Siqueira Amargo	
X 47	Nelly Heusermann Ferrer	
X 48	Dolce Salamoghi	
X 49	Rosângela Mangum Atanásio	
X 50	Olga Fernandes	
X 51	Nelza Mendes	

Imagem 4. Livro de Inscrição para os Exames de Admissão à 1ª Série do Curso Ginásial

No livro de Atas dos Exames de Admissão não consta, no ano de 1937, a realização das provas escritas de “Português (redação e ditado)” e “Aritmética (cálculo elementar)” previstas no Código de Educação. Mas constam as provas orais, realizadas de 18 a 20 de fevereiro. Como o referido código previa a realização das provas de 16 a 25 de fevereiro, pode-se supor que tenham ocorrido nos dias 16 e 17, embora não tenha sido encontrado registro disto. Existem, porém, registros da realização das provas escritas em 1936, em 1938 e nos anos seguintes.

De acordo com as atas das provas orais de 1937, estas realizaram-se conforme o seguinte calendário:

- 18 de fevereiro: 20 candidatos;
- dia 19, às 8h 30m: 21 candidatos;
- dia 19, 14h: 20 candidatos;
- dia 20, 8h 30m: 20 candidatos;
- dia 20, 14h: 20 candidatos.

Além do Inspetor Federal, estiveram presentes nestas provas o Diretor, o Vice-Diretor, e professores de Português (um professor), Inglês (um), Matemática (um), História (um) e Ciências (quatro). Para cada aluno foi atribuída uma nota, numa escala de zero até cem, em cada uma das disciplinas, além da média das notas.

Focalizando-se alguns detalhes deste processo, o quadro começa a perder a nitidez. Em primeiro lugar, as notas atribuídas aos alunos em cada disciplina parecem perseguir uma precisão numérica que deveria supor um mínimo de rigor no exame individual de cada candidato. Tomem-se, como exemplo, os 20 candidatos examinados no dia 20, a partir da 8h 30. Tendo em vista que outros candidatos começariam a ser examinados a partir das 14h do mesmo dia, este seria um limite para o término das provas iniciadas pela manhã. E, neste período, das 8h 30 às 14h, os 20 alunos seriam examinados em 5 disciplinas. Além disto, de acordo com as atas, em 1937, em Português e Aritmética foram atribuídas duas notas e uma média para cada candidato, o que sugere que, nestas disciplinas, os candidatos foram submetidos, naquele momento, a duas avaliações distintas. As médias das avaliações de Português e de Aritmética foram somadas às notas das demais disciplinas; o total foi dividido por cinco, resultando na Média Geral do candidato.

Talvez se deva supor que os professores, com a orientação do Diretor e do Inspetor Federal, tenham formado algumas bancas para as provas orais, embora quanto a isto não haja registro. Neste caso, seria necessário supor que as bancas não contavam com professores de cada uma das disciplinas, mas teriam um tempo menos exíguo para a avaliação dos candidatos.

O produto deste momento, expressava-se nas notas registradas em atas. Dos vinte candidatos examinados no dia 20 de fevereiro de 1937, destacamos os resultados atribuídos a cinco, que parecem suficientes para representar o produto do processo e o rigor de sua expressão numérica.

Tabela 17. Notas nos Exames de Admissão – 1937

	Português	Aritmética	História	Geografia	Ciências	Média Geral	
1º Candidato ⁵⁴	70	75	100	100	100	89	Aprovado
5º Candidato	77,5	75	90	70	80	78	Aprovado
10º Candidato	55	55	60	70	80	64	Aprovado
15º Candidato	37,5	30	80	40	40	45	Reprovado
20º Candidato	65	100	100	70	100	87	Aprovado

Dos 101 inscritos no Exame de Admissão de 1937, foram reprovados 5 candidatos cuja média geral foi inferior a 50.

Como já assinalado acima, nos anos seguintes, a escola realizou provas escritas e orais, sempre com a presença de um Inspetor Federal - que mudava a cada ano -, do Diretor e de uma banca de professores.

Em 18 de fevereiro de 1938, todos os 112 candidatos inscritos realizaram as provas escritas de Português e Aritmética, respectivamente às 8 e às 9h. Cada uma destas provas teve o acompanhamento de três professores da escola. Dos 112 candidatos, 36 e 34 tiveram nota igual ou superior a 50, respectivamente em Português e Aritmética. No entanto, não consta em ata que tais provas fossem eliminatórias, caso em que, mantendo-se 50 como nota de “corte”, no máximo 34 alunos seriam levados à fase subsequente – a prova oral. Todos os 78 candidatos restantes seriam considerados inabilitados.

Mas, em 21 de fevereiro de 1938, iniciaram-se as provas orais de 94 candidatos, numa dinâmica semelhante à do ano anterior:

- dia 21 de fevereiro, 8h: 19 candidatos;
- dia 21, 14h: 19 candidatos;
- dia 22, 8h: 19 candidatos;
- dia 22, 14h: 19 candidatos;
- dia 23, 8h: 18 candidatos.

Além do Inspetor Federal, estiveram presentes nestas provas o Diretor e professores de Português (um professor), Inglês (um), Francês (um), Matemática (um), História (um), Geografia (um) e Ciências (três).

Afora o problema da exigüidade do tempo hábil para a prova de cada candidato em particular, seria necessária uma sexta turma de 19 candidatos para que fossem examinados todos os 112 inscritos. Ou seja, consta em ata que apenas 94 dos 112 inscritos fizeram a prova oral, dos quais 4 foram reprovados.

Pode-se supor que, naquele ano, as provas escritas de Português e Aritmética tenham sido consideradas já como eliminatórias - embora não se possa saber qual teria sido a “nota de corte” - , servindo as provas orais apenas para confirmar os resultados, além de dar conta dos requisitos previstos em lei. Esse procedimento parece coerente com a disposição - prevista já no Código de Educação de 1933 - de considerar Português e Aritmética como disciplinas mais significativas que as demais e, também, com o grande “corte” de candidatos nas provas escritas destas disciplinas.

Por fim, pode-se considerar outra hipótese para explicar o não-registro dos exames orais dos 19 candidatos. Pode-se supor que as atas foram lavradas depois de todas as sessões de entrevistas - e não após cada uma delas -, optando seu “redator” por “encaixar” os aprovados num mínimo de atas.

Em 1939, os procedimentos registrados nas atas do Exame de Admissão indicam algumas modificações. De acordo com a atas, as provas escritas daquele ano foram eliminatórias e - talvez por isto - numeradas ao serem recebidas dos alunos. Este procedimento parece relacionar-se a um cuidado em evitar “proteções” indevidas no momento da correção. Quanto à banca, além do Inspetor Federal e do Diretor, passava a contar com apenas 3 professores - um de Português, um

⁵⁴ Conforme ordem de registro em ata.

de Francês e um de Matemática -, o que tornava mais grave o problema da exigüidade do tempo para as provas orais.

Todos os 115 inscritos no Exame de Admissão de 1939 compareceram às provas escritas de Português e Aritmética, sendo que 45 foram considerados “inabilitados”. Em 25 de fevereiro de 1939, às 8h 30 iniciaram-se as provas orais de todos os candidatos; destes, 61 foram aprovados e 9, reprovados. Não há registro quanto ao horário do término destas provas, mas pode-se presumir que tenham terminado no mesmo dia. No entanto, pode-se questionar sobre qual teria sido o tempo efetivamente gasto para examinar cada um dos 70 candidatos em um único dia.

Em 1940, o Exame de Admissão não trouxe novidades: contou com provas escritas de Português e Aritmética; todos os inscritos - 114 - compareceram, sendo que 20 foram considerados “inabilitadas”; as provas foram numeradas no momento do recolhimento; para as provas orais, foi feito um calendário, sendo os inscritos divididos em turmas. Nas provas orais, estiveram presentes o Inspetor Federal, o Diretor e três professores. Os 94 inscritos examinados foram divididos em turmas: duas de 20 e duas de 27.

Uma das turmas de 27 alunos foi examinada a partir da 8h do dia 22 de fevereiro, sendo que, naquele dia, a partir das 14 h, outra turma seria examinada. Dos 94 levados à prova oral, 93 foram aprovados. Novamente, o tempo hábil para o exame de cada aluno parece demasiadamente exíguo, o que sugere que o Diretor e o Inspetor Federal talvez tenham não apenas dirigido e supervisionado o processo, mas também participado diretamente do mesmo.

Com relação aos Exames de Admissão posteriores a 1940, não foi possível localizar o Livro de Atas dos resultados relativos aos mesmos.

Em 19 de novembro de 1943, através de dispositivo legal é estabelecido que o Exame de Admissão para o Ginásio não seria necessário caso o número de concluintes do Curso Primário fosse suficiente para preencher as vagas do Ginásio. Este dispositivo legal sugeriu a hipótese remota de que poderia ser usado para estabelecer uma certa “reserva de vagas” para os alunos concluintes do Primário da própria escola. Tal hipótese, por sua vez, colocou a questão da procedência dos inscritos e aprovados no Exame de Admissão, bem como a de saber em que medida os concluintes do Primário da Escola “Carlos Gomes” postulavam ou não uma vaga no seu Ginásio.

Tendo em vista a dificuldade colocada para a verificação da procedência dos alunos inscritos e aprovados nos Exames de Admissão, optou-se por trabalhar com os de um único ano: 1940. Para este levantamento foram utilizados os seguintes livros: Livro de Inscrição para o Exame de Admissão para o Ginásio, os Livros de Atas dos Exames de Admissão à 1ª Série do Curso Ginásial e o Livro de Termos dos Exames dos Alunos do Curso Primário.

No ano de 1940, o Exame de Admissão contou com 114 inscritos, dos quais 93 foram aprovados. Dos 114 inscritos, apurou-se que apenas 29 concluíram o 4º ano Primário na Escola “Carlos Gomes”, sendo:

- 26 no ano de 1939;
- 2 em 1938;
- 1 em 1937;
- 0 em 1936⁵⁵.

Além disto, destes 29 inscritos procedentes da Escola “Carlos Gomes”, foram aprovados:

- 23 concluintes do Primário de 1939;
- 0 de 1938;
- 1 de 1937;
- 0 de 1936.

Em outras palavras, menos de 26% dos inscritos e aprovados no Exame de Admissão para o Ginásio, de 1940, eram procedentes do Curso Primário da Escola “Carlos Gomes”.

O levantamento das escolas de procedência dos 74,56% dos alunos restantes demandaria um levantamento junto aos prontuários de cada um deles, o que se coloca para além dos limites propostos neste trabalho. No entanto, é possível sugerir algumas “conclusões”, as quais parecem tão válidas quanto representativos forem os dados relativos ao ano de 1940.

Em primeiro lugar, o Ginásio da Escola “Carlos Gomes” não se colocava, para a grande maioria dos alunos de seu Curso Primário, como alternativa ou opção de continuidade dos estudos, já que - considerando representativo o ano de 1940 - menos de 26% dos inscritos no Exame de Admissão daquele ano eram da própria escola.

De acordo com o Livro de Termos dos Exames dos Alunos do Curso Primário do ano de 1939, 101 alunos foram aprovados no 4º ano, concluindo, assim, este Curso. Porém, destes 101

alunos, apenas 29 inscreveram-se no Exame de Admissão para o ingresso no Ginásio oferecido pela própria escola. Qual teria sido o destino dos 72 alunos restantes? Quantos deles, efetivamente, tiveram oportunidade de dar continuidade aos estudos e, dentre estes, quais se encaminharam para outras escolas e quais escolas? Quantos haviam se colocado a possibilidade de dar continuidade aos estudos na própria escola e, por fim, quais razões os teriam dissuadido de postularem o Ginásio da Escola “Carlos Gomes”?

Quaisquer que sejam as respostas para estas questões, a documentação produzida pela escola permite afirmar que a passagem do Primário para o Ginásio caracterizava-se, num certo sentido, mais pela ruptura que pela continuidade. Não se preservavam as mesmas turmas, os mesmos alunos. Cerca de três quartos dos alunos deixavam a escola para continuar seus estudos em outras, ou, mesmo, para não mais retornar aos bancos escolares. Além disto, as turmas do Ginásio, no período, possuíam um perfil, em certos aspectos, bastante distante do que se encontrava no Primário.

Tendo em vista delimitar alguns parâmetros relativos aos perfis dos alunos da escola, de suas continuidades e descontinuidades, para além dos dados relativos à idade foram tabulados os dados relativos ao sexo, à cidade de nascimento, ao local de residência, à nacionalidade e, por fim, à profissão dos pais de cada um dos alunos constantes em todos os Livros de Matrículas. A verificação destes dados permite visualizar que o Exames de Admissão marcavam a passagem para uma outra escola.

5.2 PERFIL DOS ALUNOS DO GINÁSIO

Um primeiro dado, que já se configura no Exame de Admissão de 1940, diz respeito ao sexo dos inscritos e aprovados, e que iriam formar as turmas do 1º ano do Ginásio. Dos 101 concluintes do Primário em 1939, 35 eram do sexo masculino e 66, do feminino. Porém, nos Exames de Admissão de 1940, apenas cerca de 12% dos inscritos e de 10% dos aprovados eram do sexo masculino.

⁵⁵ Não foram verificadas as listas dos concluintes do Curso Primário dos anos anteriores.

De fato, no período pesquisado, as proporções entre os sexos no Curso Primário parece próxima a que se verificava no fim de 1939: dos 101 concluintes, 35 eram do sexo masculino e 66 do feminino. O sexo feminino, apresentava-se, em média, ao longo do período, com cerca 66% do alunos.

Porém, no ingresso no Ginásio, a participação do sexo feminino cresce significativamente. E, no que diz respeito ao Ginásio, pode-se afirmar que a Escola “Carlos Gomes” constituía-se numa escola predominantemente feminina. Aqui, talvez, caiba lembrar que o Ginásio desta escola, nos termos do Código de Educação constituía-se num Curso Fundamental, cuja continuidade presumida era o Curso Normal.

Outro aspecto significativo apurado nos Livros de Matrícula diz respeito à cidade de nascimento dos alunos. Para esta apuração, o levantamento limitou-se a dividir os alunos em duas categorias: nascidos em Campinas e nascidos em outras cidades. Neste aspecto, a pesquisa deixou duas “lacunas”⁵⁶: os alunos das turmas mistas do Primário foram contabilizados com as alunas. No entanto, o fato de o número de turmas mistas ser pequeno não propiciou uma distorção significativa nos dados finais; com relação ao Ginásio, os números apurados não estão divididos por sexo.

Novamente, os dados relativos à cidade de nascimento dos alunos serão apresentados de duas formas: num primeiro quadro, com os números de cada uma das turmas do Primário e do Ginásio, do ano de 1937, sua totalização e representação em percentuais, e, num segundo, com os dados das turmas do Primário e do Ginásio, de todo o período, totalizados e com sua representação em percentuais⁵⁷.

Tabela 18. Livros de Matrícula: Primário Feminino - Alunos / Cidade de Nascimento

SÉRIE/ANO	NASCIDOS EM CAMPINAS	NASCIDOS EM OUTRAS CIDADES	TOTAL
1º FEM. 1937	37	4	41
2º A FEM. 1937	26	10	36
2º B FEM. 1937	24	11	35

⁵⁶ A expressão “lacuna” talvez não seja adequada, já que pressupõe uma pretensão de dar conta de todos os enredos e possibilidades de leitura de todas as “séries” de informações contidas na documentação produzida pela escola, no período.

⁵⁷ O quadro completo destes dados consta no Apêndice E.

3° A FEM. 1937	32	4	36
3° B FEM. 1937	26	10	36
4° A FEM. 1937	31	8	39
4° B FEM. 1937	33	7	40
TOTAL	209	54	263
EM %	79,47	20,53	100,00

Tabela 19. Livros de Matrícula: Primário Masculino - Alunos / Cidade de Nascimento

SÉRIE/ANO	NASCIDOS EM CAMPINAS	NASCIDOS EM OUTRAS CIDADES	TOTAL
1° MASC. 1937	35	10	45
2° MASC. 1937	38	6	44
3° MASC. 1937	32	7	39
4° MASC. 1937	34	10	44
TOTAL	139	33	172
EM %	80,81	19,19	100,00

Tabela 20. Livros de Matrícula: Ginásio - Alunos por Cidade de Nascimento

SÉRIE/ANO	NASCIDOS EM CAMPINAS	NASCIDOS EM OUTRAS CIDADES	TOTAL	
1° FEM. 1937	29	21	50	
1° FEM. 1937	22	28	50	
2° A FEM. 1937	28	23	51	
2° B 1937	26	25	Alunos	16
			Alunas	35
3° A FEM. 1937	20	17	37	
3° B 1937	23	15	Alunos	11
			Alunas	27
4° FEM. 1937	16	21	37	
4° B 1937	17	19	Alunos	7
			Alunas	29
5° 1937	26	33	Alunos	6
			Alunas	53
TOTAL	207	202	409	
EM %	50,61	49,39	100,00	

Como é possível observar nos quadros acima, no que diz respeito à cidade de nascimento, não havia diferenças significativas entre as turmas masculinas e femininas do Curso Primário. Em ambas, os percentuais dos alunos nascidos em outras cidades guardavam uma certa proximidade, apesar das variações. Porém, quando se comparam os dados do Primário com os do Ginásio, o contraste é bastante grande, e este contraste pode ser observado em todo o período. Os alunos nascidos em outras cidades, que representavam cerca de 20% dos alunos do Primário, no ano de 1937, constituíam cerca de 50% dos alunos do Ginásio.

Observa-se, também, que esta mudança na composição das turmas não se processava gradualmente. Não se constata, neste caso, nenhuma tendência de crescimento gradativo dos nascidos em outras cidades nas sucessivas séries do Primário, o que talvez signifique que não havia, da parte dos alunos, a preocupação em ingressar antes na escola para ter maior “chance” de continuar nela, o que pode significar, inclusive, que este tipo de recurso não se mostrava hábil.

Por outro lado, o ingresso no Ginásio era, num certo aspecto, um ponto de ruptura na vida da instituição: cindia-se um fluxo de progressão, constituindo-se uma nova massa de alunos, com um novo perfil, conforme é possível verificar nos quadros abaixo:

Tabela 21. Livros de Matrícula: Alunos / Cidade de Nascimento

CURSO ANO	TOTAL DE ALUNOS NASCIDOS EM CAMPINAS EM %	TOTAL DE ALUNOS NASCIDOS EM OUTRAS CIDADES EM %	TOTAL
PRIMÁRIO FEMININO 1937	79,47	20,53	100,00
PRIMÁRIO MASCULINO 1937	80,81	19,19	100,00
PRIMÁRIO FEMININO 1938	77,27	22,73	100,00
PRIMÁRIO MASCULINO 1938	80,86	19,13	9,99
PRIMÁRIO FEMININO 1939	74,26	25,74	100,00
PRIMÁRIO MASCULINO 1939 ⁵⁸	87,80	12,19	99,99
PRIMÁRIO FEMININO 1940	79,37	20,63	100,00
PRIMÁRIO MASCULINO 1940	83,00	17,00	100,00
PRIMÁRIO FEMININO 1941	79,06	24,55	100,00
PRIMÁRIO MASCULINO 1941	88,30	11,69	99,99
PRIMÁRIO FEMININO 1942	75,87	24,12	99,99
PRIMÁRIO MASCULINO 1942	86,18	13,81	99,99
PRIMÁRIO FEMININO 1943	71,72	28,28	100,00

⁵⁸ Dados relativos exclusivamente ao 1º ano masculino de 1939.

PRIMÁRIO MASCULINO 1943	83,43	16,56	99,99
PRIMÁRIO FEMININO 1944	67,37	32,63	100,00
PRIMÁRIO MASCULINO 1944	85,23	14,76	99,99
PRIMÁRIO FEMININO 1945	71,25	28,74	99,99
PRIMÁRIO MASCULINO 1945	77,92	22,08	100,00
MÉDIA DOS PERCENTUAIS	79,40	19,70	99,10

Tabela 22. Livros de Matrícula: Alunos / Cidade de Nascimento

CURSO ANO – EM PERCENTUAIS	TOTAL DE ALUNOS NASCIDOS EM CAMPINAS EM %	TOTAL DE ALUNOS NASCIDOS EM OUTRAS CIDADES EM %	TOTAL
GINÁSIO 1937	50,61	49,39	100,00
GINÁSIO 1938	53,22	46,78	100,00
GINÁSIO 1939	55,85	44,14	99,99
GINÁSIO 1943	64,56	35,44	100,00
GINÁSIO 1944	62,96	37,03	99,99
GINÁSIO 1945	60,73	39,26	99,99
MÉDIA DOS PERCENTUAIS	57,99	42,00	99,99

Neste ponto, cabe sugerir que, para além do impacto na vida escolar, o ingresso de um percentual tão grande de estudantes nascidos em outras cidades deveria resultar em algum impacto na vida do município. E isto é sugerido pelos números. Parece pouco plausível - para não dizer impossível, dadas as variáveis envolvidas no processo - que tantas famílias se mudassem para Campinas, com todas as adequações necessárias na organização de suas vidas, tendo como motivo o encaminhamento de seus filhos para o Ginásio da Escola “Carlos Gomes”.

Parece mais plausível que as levadas de alunos que ingressavam, a cada ano, no Ginásio da Escola “Carlos Gomes” se acomodassem, de alguma forma, na cidade, seja em pensionatos, seja em casa de parentes, de amigos ou de conhecidos⁵⁹, o que significa que, em algum grau, o Ginásio da Escola “Carlos Gomes” impactava na evolução demográfica de Campinas. Pode-se, inclusive, supor que a visibilidade da escola - para além das considerações relacionadas à grandiosidade de suas instalações, de sua localização privilegiada no coração da cidade, da excelência de seu ensino, do trabalho de seus professores etc. - também se relacionasse à chegada

de tantos estudantes - sobretudo moças -, numa faixa etária preponderantemente acima de 13 anos⁶⁰, que as pessoas da cidade nunca haviam visto⁶¹.

Além disto, com relação ao Curso Primário, é importante observar que, ao longo do período, não se verifica uma mudança tendencial na participação relativa dos alunos nascidos em Campinas e em outras cidades na composição das turmas.

No que diz respeito ao Ginásio, no entanto, os dados sugerem uma mudança de patamar na participação relativa dos alunos nascidos em Campinas - que aumenta - e dos nascidos em outras cidades - que diminui. Deve-se, no entanto, ressaltar que, somente a partir de uma série de dados mais longa, poder-se-ia afirmar que tal tendência era consistente.

Porém, caso se considere tal tendência consistente e, também, válida a hipótese de que os alunos nascidos em outras cidades matriculados no Ginásio eram, sobretudo, estudantes que vinham para Campinas com o fim específico de freqüentar este Curso, então, talvez, também se possa considerar que a queda de sua participação, ao longo do período, tenha relação com a implantação de outros Cursos Ginasiais no Estado.

Nascidos em Campinas ou em outros municípios, os alunos ingressantes no Ginásio da Escola “Carlos Gomes” têm, como já assinalado, um perfil etário que não pode ser considerado uma continuidade do Primário. É possível pensar que muitos destes alunos tenham se desligado, por algum tempo, do ensino regular, para freqüentarem cursos preparatórios para o Exame de Admissão, sobre o que não houve qualquer investigação. No entanto, a relação candidatos – vaga nos Exames de Admissão não sugere que isto tenha, necessariamente, ocorrido com grande freqüência.

De acordo com os Livros de Matrícula, das 11 turmas de 1º ano do Ginásio, do período, em apenas 4 o número de alunos de 12 anos mostrava-se maior que o número de alunos de outras

⁵⁹ Pode-se supor que estes estudantes arcavam com diferentes “custos” para se acomodarem no município. Sobre isto os livros nada registram. No entanto, é cabível supor que os prontuários dos alunos possam conter importantes indícios quanto a esta questão.

⁶⁰ É importante lembrar que a esperança média de vida da população brasileira encontrava-se num patamar bastante inferior ao atual. De acordo com o IBGE, no Estado de São Paulo, no período de 1930 a 1940, era de 43,57 anos; no período de 1940 a 1950, passou para 49,92 anos; no período de 1970 a 1980, passou para 63,55 anos. (IBGE, Censo Demográfico)

⁶¹ Com todos os anacronismos suportáveis, seria como questionar se a visibilidade da Unicamp para o conjunto da população do Distrito de Barão Geraldo não estaria relacionada, para além das instalações de

idades. Porém, em nenhuma turma o número de alunos de 12 anos apresentava-se como maioria absoluta. Em contrapartida, em 4 turmas prepondera a idade de 13 anos.

Isto sugere que a faixa de 12 a 13 anos pode se constituir num referencial de idade inicial mais adequado para se refletir sobre a trajetória dos alunos, bem como sobre a composição das turmas do Ginásio da Escola “Carlos Gomes”. Disto decorre que uma regularidade no fluxo de uma série para outra implicaria na faixa etária de 13 – 14 anos para o 2º ano, na de 14 – 15 para o 3º ano, na de 15 – 16 para o 4º e na de 16 – 17 para o 5º ano. Em outras palavras, o que se consegue divisar como padrão etário para o Ginásio é algo menos homogêneo do que o que se encontrava no Primário.

A apresentação da distribuição dos alunos do Ginásio será feita da mesma forma que a do Primário. Para o 1º ano do Ginásio, serão apresentados os números absolutos⁶² e, depois, os relativos, detalhando os momentos da pesquisa. Os dados das demais séries do Ginásio serão apresentados, apenas, em números relativos.

Das 11 turmas de 1º ano de Ginásio, em 6 preponderam e também se constituem em maioria absoluta os alunos com as idades de 12 e 13 anos. Mas, em 4 turmas, preponderam e também se constituem em maioria absoluta os alunos na faixa dos 13 a 14 anos. É o que se pode observar no quadro seguinte.

Tabela 23. Livros de Matrícula: Curso Ginásial - Alunos por Idade Por Turma de 1º Ano

IDADE		11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	SEM DATA DE NASC.	TOTAL
SÉRIE/ANO																
1º FEM. 1937		2	13	15	15	5										50
1º FEM 1937		4	8	22	11	4		1								50
1º A FEM. 1938		2	10	12	13	7	3	2								49
1º B FEM. 1938		3	10	17	10	6	3	1								50
1º FEM. 1939		5	14	5	4	6	3									37
1º B 1939	Alunos		4	4	1	1	3									13
	Alunas	1	7	11	4	1		1								25
1º FEM. 1943		2	4	15	11	6	2									40
1º B 1943	Alunos		7	4	4	4	1									20

seu campus, da excelência de sua produção acadêmica e de seus professores etc., também, ao impacto da chegada, todos os anos, de tantos jovens de outras cidades, nunca vistos pelas pessoas do Distrito.

⁶² Os quadros com os dados absolutos de todas as turmas encontram-se no Apêndice B.

	Alunas	2	9	7	1													19
1° C FEM. 1943		5	15	10	6	3	1											40
1° A FEM. 1945		2	18	10	6	4												40
1° B	Alunos		5	4	4	5												18
1945	Alunas		7	8	2	2												19

Em termos percentuais, o quadro acima pode ser representado da seguinte forma:

Tabela 24. Livros de Matrícula: Ginásio - Alunos do 1º Ano / Idade - 1937 a 1945

IDADE	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	TOTAL
TOTAL DE ALUNOS	28	131	144	92	54	16	5							470
TOTAL DE ALUNOS EM %	5,96	27,87	30,64	19,57	11,49	3,40	1,06							99,99

Para visualizar com maior nitidez a descontinuidade, em termos etários, na passagem do Primário para o Ginásio, basta colocar, num mesmo quadro, a distribuição por idade dos alunos do 4º ano do Primário e do 1º ano do Ginásio. O descompasso é nítido:

Tabela 25. Livros de Matrícula: Primário - Alunos do 4º Ano / Idade - Alunos do 1º Ano do Ginásio / Idade - 1937 a 1945

IDADE	9	10	11	12	13	14	15	16	17	TOTAL
TOTAL DE ALUNOS DO 4º ANO DO PRIMÁRIO EM %	1,19	17,32	45,35	24,78	8,77	2,49		0,11		100,01
TOTAL DE ALUNOS DO 1º ANO DO GINÁSIO EM %			5,96	27,87	30,64	19,57	11,49	3,40	1,06	99,99

Entre 12 turmas de 2º ano de Ginásio, do período, em apenas 4 a faixa etária de 13–14 anos prepondera, mas em apenas 2 se constitui em maioria absoluta. No entanto, a faixa etária de 14–15 anos prepondera e se constitui, também, em maioria absoluta em 5 turmas. A faixa de 15–16 anos prepondera em apenas uma turma (2º B 1939), não se constituindo, porém, em maioria absoluta.

Tabela 26. Livros de Matrícula - Ginásio - Alunos do 2º Ano Por Idade - 1937 a 1945

IDADE	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	TOTAL
TOTAL DE ALUNOS	1	33	116	145	124	80	26	17	6					548
TOTAL DE ALUNOS EM %	0,18	6,02	21,17	26,46	22,63	14,60	4,74	3,10	1,09					99,99

Entre 12 turmas de 3º ano do período, em apenas 4 preponderam os alunos na faixa 14–15 anos, sendo que, em 3 turmas, os alunos nesta faixa se constituem em maioria absoluta. Nestas mesmas 15 turmas de 3º ano, os alunos na faixa 15–16 anos preponderam em 7 turmas, constituindo-se em maioria absoluta em 6 turmas.

Tabela 27. Livros de Matrícula - Ginásio - Alunos do 3º Ano Por Idade - 1937 a 1945

IDADE	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	TOTAL
TOTAL DE ALUNOS			18	88	153	110	78	36	19	6		1		509
TOTAL DE ALUNOS EM %			3,54	17,29	30,06	21,61	15,32	7,07	3,73	1,18		0,20		100

Desta forma, na passagem do 2º para o 3º ano do Ginásio tornava-se flagrante a tendência ao atraso do fluxo escolar. Acentuava-se, na passagem de uma série para outra, a frequência dos alunos com idade maior da que se buscou estabelecer como parâmetro.

Entre as 12 turmas de 4º ano, em apenas 4 preponderam os alunos na faixa 15–16 anos, e, em apenas uma, eles se constituem em maioria absoluta da turma. Em 5 turmas, os alunos na faixa 16–17 anos preponderam e também se constituem maioria absoluta.

Tabela 28. Livros de Matrícula - Ginásio - Alunos do 4º Ano Por Idade - 1937 a 1945

IDADE	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	TOTAL
TOTAL DE ALUNOS			2	13	76	128	94	60	41	15	9	6	1	445
TOTAL DE ALUNOS EM %			0,45	2,92	17,08	28,76	21,12	13,48	9,21	3,37	2,02	1,35	0,22	99,98

Com relação ao 5º ano, os dados disponíveis correspondem a uma amostragem mais reduzida e, portanto, menos representativa: 4 turmas de 5º ano. Observe-se, porém, que, no período estudado, foram implementadas reformas no ensino secundário, incidindo, inclusive, sobre sua duração. Assim, o decreto-lei federal 4.244, de 9 de abril de 1942, determinou a transformação dos Ginásios em Colégios, bem como a mudança da duração destes de cinco para quatro anos. Atendendo a esta disposição legal, foi publicado, no Estado de São Paulo, o decreto-lei 13.543, de 9 de setembro de 1943, o qual determinou que estas mudanças deveriam ser implementadas a partir do ano de 1944.

Quanto à Escola “Carlos Gomes”, este decreto estadual parece deixar uma “lacuna”, já que se refere, especificamente, aos Ginásios anexos às Escolas Normais de Franca, Catanduva, Casa Branca, Mococa, Tatuí, Pirassununga, Guaratinguetá e Piracicaba, mas não se refere ao de Campinas. Esta lacuna sugere a possibilidade de existência de alguma legislação anterior, tratando, inclusive, das mudanças na Escola “Carlos Gomes”.

Esta possibilidade parece ser corroborada pelo Livro de Matrículas do Ginásio de 1943. Para guardar coerência com a forma de registro empregada neste tipo de livro, as matrículas do 5º ano do Ginásio deveriam ter sido registradas em seqüência às matrículas do 4º ano, no caso de terem sido efetivadas. A ausência do registro destas sugere que, na Escola “Carlos Gomes”, as reformas no ensino secundário efetivaram-se já a partir de 1943, portanto, um ano antes que nas Escolas Normais das cidades acima referidas. Um maior esclarecimento desta questão demandaria novas pesquisas junto às publicações oficiais no período.

No entanto, no que diz respeito à relação idade - série, o que se observa nas 4 turmas de 5º ano corrobora a tendência geral da evolução na via escolar da Escola “Carlos Gomes”, ao longo do período. Nestas 4 turmas, preponderam os alunos com idade acima de 17 anos.

Tabela 29. Livros de Matrícula - Ginásio - Alunos do 5º Ano Por Idade - 1937 a 1945

IDADE	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	TOTAL
TOTAL DE ALUNOS					3	30	49	40	28	22	5	2		179
TOTAL DE ALUNOS EM %					1,67	16,76	27,37	22,35	15,64	12,29	2,79	1,12		99,99

Enquanto a maioria dos alunos no 1º ano encontrava-se na faixa de 12–13 anos, no 5º ano, até sua supressão, a maioria encontrava-se numa faixa de 17 anos ou mais. Em outras palavras, era como se o fluxo efetivo durasse 6 anos ou mais - pelo menos um ano a mais do que se poderia supor como fluxo regular.

6. CAP. V. CURSO NORMAL: O INGRESSO E A TRAJETÓRIA

6.1. O VESTIBULAR DO CURSO NORMAL

Com relação aos níveis seguintes ao Ginásio, os dados disponíveis são, ainda, mais exíguos. Mais que em qualquer outro ponto da pesquisa, aqui ficaram evidentes as lacunas produzidas pela falta de livros de registro da escola. O número de Livros de Matrícula do Curso Normal encontrado é bastante inferior ao produzido no período.

Deste modo, se o perfil que até o momento se procurou delinear, a partir de uma massa significativa de dados “homogêneos”, já podia ser considerado como parcial, agora torna-se quase fragmentário. E a visualização do perfil e da trajetória dos alunos do Curso Normal da Escola “Carlos Gomes”, durante o Estado Novo, torna-se menos nítida.

Mas, para adentrar o Curso Normal, os alunos tinham que atravessar outra passagem: o Vestibular.

De acordo com o Código de Educação de 1933,

A matrícula no 1º ano do curso de formação profissional é facultada aos que concluírem o curso secundário fundamental das escolas normais, êstes mediante concurso, se o número de candidatos fôr superior ao de vagas.

*§ único – As vagas restantes poderão ser preenchidas por candidatos que, tendo completado o curso de ginásios, oficiais, se submeterem a exame vestibular que constará de provas de português, francês, inglês, matemática, e anatomia e fisiologia humanas, e de um teste de inteligência.*⁶³

Para a visualização dos Exames Vestibulares, foram utilizados os seguintes livros: “Livro de Inscrição - Exames Vestibulares e Exames de 2ª Época do Curso Normal isto é Curso de Formação Profissional do Professor: 1940 a 1957”; e o “Livro de Atas dos Exames Vestibulares e de Promoção do Curso Normal: 1940 – 1946”.

A partir dos registros encontrados nestes livros - relativos aos anos de 1940, 1941, 1942 e 1943 -, foi possível apurar que os Vestibulares para o Curso Normal realizavam-se, sempre, no início do ano, porém com menor regularidade em termos de calendário que os Exames de Admissão para o Ginásio.

⁶³ SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE PÚBLICA, 1933, Art. 810, p. 284.

Em ato do Exmo. Sr. Secretari da Educacão e Saude Publica, publico cada pelo Exmo. Sr. J. do Conselho Joaõ peregrino de 1943
 Neste modo, mediante as inscrições para os exames vestibulares, precisa
 mais para a matricula no 1.º ano do curso de Formacão profissional
 normal do professor.

Composicoes 9 de Fevereiro de 1943
 O Director Paulo Francisco Pereira

Numero	Nome do candidato	Observações
68	G. Pady. S. Leite Com a inscricao da candidata G. Gladys Leite, numero assento e este foram encerrados, hoje as 12 horas, hora as inscrições ao curso vestibular de 1.º ano do curso de forma cões profissional, desta escola Nor- mal, que foram prorrogados por ato de 9 do corrente até esta data, segun- do, determinacão do Exmo. Sr. J. do Secretari da Educacão e Saude Publica.	
	Composicoes 15 Fevereiro 1943 O Director Paulo Francisco Pereira	

De acordo com o edital desta escola normal, ficam abertas a partir das
 dez e mais horas de hoje, até às três horas de hoje até as quinze horas do dia dez
 do corrente mês, as inscrições de candidatos aos exames vestibulares, para o 1.º
 ano do curso de Formacão profissional do professor, da turma de matricula em
 1943 de 1943.

Composicoes 9 de Fevereiro de 1943
 Paulo Francisco Pereira

Numero	Nome do candidato	Observações
1	Albina de Oliveira	
2	Maria Conceição Fernandes Braga	
3	Maria Isabel Merg de Oliveira	
4	Maria Stella Moraes Monteiro	
5	Maria Helena de Almeida Cabral	
6	Maura de Almeida Cabral	
7	Dalva Louisa	
8	Corrydce Ferreira	
9	Dorley Augusta Silva	
10	Isabela Teixeira	
11	Maria Nascimento	
12	Carolina Paughi	
13	Ruth de Camargo Cunha	
14	Stella Alvaro de Sousa Santos	
15	Emilia Leite de Barros	
16	Maria Doraça Martins	
17	Alga Becha Lechi	
18	Maria Góes de Oliveira Leite	
19	Helga Halpern	
20	Nadir de Almeida Santos	
21	Maria de Lourdes Amalfi de Macedo	
22	Maria Doraça Barros da Rocha	
23	Edith Rêdel	
24	Diferencia Crespo de	

Imagem 5. Livro de Inscrição para os Exames Vestibulares e Exames de 2ª Época do Curso Normal

Os Vestibulares dos referidos anos constaram de exames escritos de Português, História do Brasil e Matemática, o que sugere mudança no Código de Educação, o qual, como citado, previa provas de outras disciplinas e, também, um “teste de inteligência”.

Além disto, estes Vestibulares foram acompanhados pelo Diretor da Escola e por uma banca de professores, que contava com um presidente e dois examinadores, todos os três professores da escola. Por outro lado, não se verificou, em nenhum dos registros, a presença de quaisquer inspetores federais.

A despeito da ausência de inspetores federais, os registros dos Vestibulares denotam uma maior transparência e, mesmo, organização do processo. Ao menos não há quaisquer indícios, nas atas, de problemas como o de tempo insuficiente para os exames, ou, mesmo, de não-realização de exames por um número maior de alunos.

Os Exames do Vestibular de 1940, por exemplo, realizaram-se de acordo com o seguinte calendário:

- dia 27 de fevereiro: Exame de Português;
- dia 28 de fevereiro: Exame de História do Brasil;
- dia 29 de fevereiro: Exame de Matemática.

Além do Diretor da Escola, Prof. Geraldo Alves Corrêa, acompanharam a realização do Vestibular uma banca de três professores da escola e dois examinadores:

- Nelson Omegna – Presidente (da banca);
- Luis Arruda Camargo - Examinador;
- Aduino Negromonte.- Examinador;
- Celso Ferraz de Camargo.

Os três exames tiveram início às 8h 30m, sendo sua duração de duas horas.

De acordo com a Ata do Exame realizado no dia 27 de fevereiro de 1940,

*... às 8 ½ horas, foi dado início ao exame, com a apresentação do invólucro fechado e lacrado, para que a banca examinadora e candidatos verificassem que o mesmo com a inscrição feita à lápis azul - “Português, Normal Oficial de Campinas”, estava perfeitamente fechado, lacrado e sem vícios.*⁶⁴

A observação acima, relativa ao invólucro fechado e lacrado, com as questões do Exame a ser feito no dia, consta em quase todas as atas dos Vestibulares, do período.

Do ponto vista dos alunos, a aparente melhor organização não significava ausência de dificuldades no Vestibular. Isto fica claro quando se verificam os dados relativos ao número de candidatos e de aprovados.

Em 1940, quando 68 candidatos inscreveram-se para o Vestibular, o quadro foi o seguinte:

- Exame de Português: 68 presentes, dos quais 25, com nota superior a 50, aprovados;
- Exame de História do Brasil: 25 presentes, sendo todos, inclusive três com nota 45, aprovados;
- Exame de História: 25 presentes, dos quais somente 6 tiveram nota igual ou maior que 50.

Dos 68 candidatos, apenas 14 foram aprovados.

No ano de 1940, excepcionalmente, em “obediência ao ato do Exmo. Snr. Dr Secretário de Educação”, realizaram-se “Exames complementares” de História do Brasil e Matemática. É possível que a determinação do Secretário de Educação tenha sido feita por conta do grau de dificuldade dos exames regulares ou pelo alto índice de reprovação que se verificou neles. Neste caso, os Exames complementares parecem não ter resolvido o problema: apenas cinco candidatos foram adicionados à lista dos aprovados, perfazendo um total de 19 aprovados, o que corresponde a 27,94% dos candidatos inscritos. Nestes Exames, o Diretor da Escola, também excepcionalmente, não se fez presente.

Ao final da Ata do resultado final dos Exames Vestibulares de 1940, consta que os reprovados nos Exames complementares

*Não obtiveram aprovação, por não terem atingido o mínimo de 150 pontos no total, ou o mínimo de 120 pontos no total com a média de 40 em duas disciplinas...*⁶⁵

⁶⁴ Livro de Atas dos Exames Vestibulares para a matrícula no 1º ano do Curso de Formação Profissional, 1940 – 1946, p. 1.

Os registros dos Vestibulares de 1941 e 1942 apontam algumas pequenas mudanças nos procedimentos, relacionadas ao calendário dos exames e à composição da banca de professores. Além disto, passa a constar em ata que os candidatos eram identificados por suas fotografias e que recebiam papel para os exames rubricados pelos professores da banca. Por fim, consta em ata que os professores examinadores foram convocados, em cada um dos dias de exame, para sua correção, no período da tarde. Nas atas de 1941 e de 1942, não contam os nomes dos candidatos aprovados.

As atas relativas aos Exames do Vestibular de 1943 registram algumas mudanças significativas. Em primeiro lugar, naquele ano, realizaram-se dois Vestibulares:

- o primeiro, de 17 a 18 de março, para os candidatos portadores de certificado de conclusão da 5ª série do Curso Fundamental, e,
- o segundo, de 19 a 20 de março, para os candidatos portadores de certificado de conclusão da 4ª série e para os portadores de certificado da 5ª série reprovados no primeiro Vestibular.

A possibilidade de realização do Vestibular pelos alunos que haviam concluído a 4ª série parece confirmar que a reforma no Ensino Secundário produziu efeitos, na Escola “Carlos Gomes”, já no início do ano de 1943.

No que diz respeito aos procedimentos dos Vestibulares daquele ano, nenhuma mudança importante foi registrada, para além das acima apontadas. De acordo com as atas, o 1º Vestibular teve 58 candidatos inscritos, dos quais 56 compareceram nos exames e 30 foram aprovados. O 2º Vestibular teve 47 inscritos, dos quais 45 compareceram e 23 foram aprovados. Excluindo-se os candidatos que não compareceram, os percentuais de aprovação foram, respectivamente de 53, 57% e 51,11%.

Como o 2º Vestibular destinava-se aos reprovados no 1º Vestibular - 28 candidatos - e aos que haviam concluído a 4ª série, poder-se-ia esperar que o número de candidatos superasse os 47 inscritos. Assim, este número sugere a possibilidade de outros “filtros” entre o Ginásio e o Curso Normal.

⁶⁵ Livro de Atas dos Exames Vestibulares para a matrícula no 1º ano do Curso de Formação Profissional – 1940 – 1946, p. 4.

Para apurar a procedência dos alunos do Curso Normal, as informações presentes no “Livro de Inscrição - Exames Vestibulares e Exames de 2ª Época do Curso Normal isto é Curso de Formação Profissional do Professor: 1940 a 1957” e no “Livro de Atas dos Exames Vestibulares e de Promoção do Curso Normal: 1940 – 1946” foram cotejadas com as presentes no “Livro de Atas dos Exames Finais do Curso Ginásial: 1936 – 1940”. Neste livro, foram registradas, em cada ano, atas de cada uma das disciplinas, com a lista dos alunos que fizeram os Exames Finais e as notas que neles obtiveram; às atas dos Exames Finais, seguiam-se as atas dos Exames de 2ª Época, com a lista dos alunos que fizeram o Exame em cada disciplina e as notas obtidas.

Tendo em vista as dificuldades em cotejar as informações destes diferentes tipos de livros, a pesquisa restringiu-se a uma amostragem: os alunos que prestaram Vestibular no ano de 1940.

No ano de 1940, 68 candidatos se inscreveram no Vestibular. Destes, 49 aparecem com seus nomes nas atas dos Exames Finais do 5º ano do Ginásio, no ano de 1939; mas nenhum candidato foi encontrado nas atas dos Exames Finais de 1936, 1937 e 1938, o que sugere que os alunos que não ingressavam no Curso Normal, no ano seguinte da conclusão do Ginásio, não o buscavam ou não podiam fazê-lo posteriormente. Os 49 candidatos do Vestibular de 1940, oriundos da própria escola, correspondiam à cerca de 76% dos 64 alunos⁶⁶ do 5º ano de 1939⁶⁷.

Talvez aqui fossem cabíveis, com relação aos alunos concluintes do Ginásio que não se inscreveram nos Vestibulares, as mesmas questões colocadas em relação aos alunos que haviam concluído o Primário na Escola “Carlos Gomes”, mas que não se inscreveram no Exame de Admissão para o Ginásio:

- 1- Qual teria sido o destino destes alunos?
- 2- Quantos deles, efetivamente, tiveram oportunidade de dar continuidade aos estudos e, dentre eles, quais se encaminharam para outras escolas, e quais escolas?

⁶⁶ De acordo com os Livros de Matrícula, as turmas de 5º ano do Ginásio de 1939 contavam com um total de 61 alunos. Porém, como já observado anteriormente, os Livros de Matrículas, muitas vezes, deixavam de registrar alguns alunos.

⁶⁷ A forma de registro utilizada nas atas dos Exames Finais só apresenta os alunos que compareciam. Eventuais faltas não eram registradas. Porém, em 1939, 63 alunos fizeram os Exames Finais de História e 64 os de Português. Utilizou-se, portanto, este último número por ser mais “completo”.

- 3- Quantos haviam se colocado a possibilidade de dar continuidade aos estudos na própria escola?
- 4- Quais razões os teriam dissuadido de postularem uma vaga no Curso Normal da Escola “Carlos Gomes”?

Novamente, os livros de registro da escola parecem insuficientes para responder a todas as questões, as quais demandariam a utilização de outras fontes. É possível presumir que os prontuários dos alunos guardem elementos significativos quanto a isto. No entanto, o “Livro de Atas dos Exames Finais do Curso Ginásial: 1936 – 1940”, parece sugerir, pelo menos, duas respostas parciais. Com relação à primeira questão, em se considerando a amostragem de um único ano - 1940 - como representativa do período, então é possível inferir que o destino dos alunos que não prestaram o Exame Vestibular de 1940 estava fora da Escola “Carlos Gomes”, tal como ocorrera com os alunos das turmas de 5º ano de 1936, 1937 e 1938, que, uma vez fora da escola, não quiseram ou não puderam retornar. Ou seja, é provável que estes alunos – ou quase todos estes - não tenham se inscrito posteriormente para o Vestibular para o ingresso no Curso Normal desta Escola.

Com relação à segunda questão, os livros apenas informam que muitos alunos vinham de outros municípios, a partir do que é possível inferir que devam ter arcado com “custos” e “expectativas” de diferentes naturezas, para cursarem o Ginásio da Escola “Carlos Gomes”. Mas não falam sobre os limites das possibilidades dos alunos continuarem arcando com tais “custos” e expectativas. E isto parece também responder parcialmente à terceira questão.

Com relação à última questão, o “Livro de Atas dos Exames Finais do Curso Ginásial: 1936 – 1940” acrescenta um detalhe importante: os alunos do 5º ano do Ginásio não aprovados nos Exames Finais de quaisquer disciplinas deveriam fazer os Exames de 2ª Época das mesmas.

Quanto aos Exames Finais, a forma como repercutiam sobre a trajetória destes alunos pode ser presumida a partir dos resultados obtidos em uma única disciplina - Português - no ano de 1939:

- dos 32 alunos da 5ª série A, do Ginásio, 20 obtiveram nota igual ou superior a 50; 12 obtiveram nota inferior a 50;
- Dos 31 alunos da 5ª série B, 23 obtiveram nota igual ou superior a 50 e 8 inferior a 50.

Ou seja, de um total de 63 alunos, 20 (31,74%) obtiveram nota inferior a 50.

No Livro de Atas dos Exames Finais, não foram encontrados os requisitos mínimos para a aprovação dos alunos, mas, muito provavelmente, havia um nota ou média mínimas. Conforme assinalado acima, embora apenas 43 alunos de 5ª série de 1939 tenham obtido nota igual ou superior a 50 nos Exames Finais de 1939, 49 alunos destas mesmas séries se inscreveram no Vestibular de 1940, o que significa que 50 não era uma “nota de corte”, embora não devesse estar muito distante dela já que, em outros exames da escola, neste período, a mesma foi considerada como nota mínima para aprovação.

Por fim, os registros indicam que os Exames de 2ª Época do Ginásio eram realizados em março do ano letivo seguinte, após a realização dos Vestibulares.

Retomando a última questão sobre que “razões os teriam dissuadido de postularem o Curso Normal da Escola ‘Carlos Gomes’”, os dados coletados junto aos livros de registro da escola não oferecem uma resposta cabal. Mas lembram um dado e realçam sua importância: para prestar o Vestibular, era preciso não apenas concluir o Ginásio, como também ser aprovado nos Exames Finais, prescindindo, inclusive, dos Exames de 2ª Época. E isto envolvia um grau de dificuldade da qual o Exame Final de Português talvez dê uma imagem aproximada. Assim, a passagem da 5ª série para o Curso Normal reunia dois momentos cruciais na trajetória dos alunos: os Exames Finais de 5ª série e o Vestibular para ingresso no Curso Normal.

A imagem posta pelos resultados presentes no “Livro de Atas dos Exames Finais do Curso Ginásial: 1936 – 1940” sugeriu uma revisão dos Exames Finais do Primário e de seu peso relativo na passagem do 4º Ano do Primário para o Ginásio. E, para isto, foram destacados os dados relativos aos anos de 1937 a 1940, presentes no “Livro de Atas dos Exames do Curso Primário, 1935-1942”, conforme se pode ver no Quadro a seguir:

Tabela 30. Livros de Atas dos Exames do Primário Resultado dos Exames Finais

TURMA	PROMOVIDOS	CONSERVADOS	TOTAL
4º Fem. A 1937	37	0	37
4º Fem. B 1937	36	0	36
4º Masc. 1937	39	0	39
4º Fem. A 1938	37	0	37
4º Fem. B 1938	36	0	36
4º Masc. 1938	33	2	35
4º Fem. A 1939	32	0	32
4º Fem. B 1939	34	0	34
4º Masc. 1939	35	1	36
4º Fem. 1940	43	0	43
4º Masc. 1940	36	1	37
TOTAL	398	4	402
TOTAL EM %	99,00%	1,00%	100,00%

Os dados acima oferecem um quadro bastante distinto do apresentado pelos Exames Finais do Ginásio. Os Exames Finais do 4º Ano do Primário apresentavam percentuais de reprovação sempre próximos a zero e, portanto, bastante inferiores ao que se pode presumir para os do Ginásio. Em outras palavras, os Exames Finais no Primário pareciam não representar obstáculos relevantes à continuidade dos estudos; os do Ginásio, sim.

Resultado dos exames finais realiza-
dos no 4.º Anno A do Curso Primario, sob a
regencia da professora Antonina Cardoso,
em 3 de novembro de 1937.

n.º de ordem	Alumnas	Data da matricula	Notas					Media geral	Observações
			Clamada	Lang. escrita	Orthographia	Arithmetica	Let. e Lang. oral		
1	Arany Siquiera		c	70	90	88	68	82	Concluiu o curso
2	Ana Maria de Barros		c	50	60	50	40	54	"
3	Arinda F. Camargo		c	80	85	80	70	81	"
4	Angelina Galante		c	70	60	55	60	65	"
5	Clélia Cabil		c	50	70	50	60	52	"
6	Claudia Cabil		c	60	70	50	50	54	"
7	Edna Fosgrau		c	70	75	75	75	75	"
8	Emde Bandeira		c	80	80	70	70	78	"
9	Eranda Barbosa		c	70	65	55	60	61	"
10	Elv. Cunha Jorge		c	70	85	75	60	76	"
11	Flora Bernal		c	50	70	55	60	62	"
12	Flaminia Rocha		c	70	60	60	70	70	"
13	Ida L. Martini		c	80	80	70	70	86	"
14	Isabel F. Truhns		c	70	80	70	70	82	"
15	Julka Bergatti		c	60	70	50	60	70	"
16	Luizella F. Pinto		c	50	75	45	60	64	"
17	Maria Ferraz Toledo		c	60	95	70	70	81	"
18	Miquem B. Camargo		c	60	60	70	50	61	"
19	Márcia Bandeira		c	70	70	50	60	65	"
20	Maria Ap. da Salveira		c	70	70	85	60	65	"
21	Maria de Lourdes Rocha		c	60	70	80	60	68	"
22	Maria Ap. da Paula		c	80	90	75	80	84	"
23	Maria Luiza Sarinatti		c	70	75	55	60	68	"

Alumnas

n.º de ordem	Alumnas	Data da matricula	Notas					Media geral	Observações
			Clamada	Lang. escrita	Orthographia	Arithmetica	Let. e Lang. oral		
24	Maria Ap. da Silva		c	80	85	70	80	84	Concluiu o curso
25	Madri Costa		c	60	65	60	60	61	"
26	Mair J. Ferreira		c	80	75	80	80	85	"
27	Rida J. Forti		c	60	70	60	60	62	"
28	Lucia Lovigatti		c	60	75	70	80	71	"
29	Onide Cordeiro		c	95	90	85	70	86	"
30	Faschevalina Z. Matti		c	60	60	50	60	52	"
31	Stela Gomara		c	80	75	85	80	82	"
32	Maria de Lourdes Landre		c	60	70	50	60	64	"
33	Vanda de Lucca		c	60	65	50	60	69	"
34	Lele Labeau		c	80	95	70	70	86	"
35	Zilda J. Ferreira		c	60	75	50	50	63	"
36	Zilda Strachmann		c	70	60	70	70	70	"
37	Maria de Lourdes Salveira		c	70	70	55	60	63	"

Alumnas matriculadas 37
 " presentes 37
 " promovidas 37
 " conservadas —
 " que concluíram o curso 37
 Porcentagem de promoções 100%

Imagem 6. Livro de Termos dos Exames Finais dos Alunos do Curso Primário

É possível supor que os Exames de 2ª Época, apesar de representarem, formalmente, uma segunda chance para os alunos do Ginásio, também se prestassem a legitimar a reprovação dos alunos, bem como sua exclusão sumária dos Vestibulares para o Curso Normal.

Embora 20 alunos de 5ª série houvessem obtido notas inferiores a 50 nos Exames Finais de Português, no ano de 1939, consta no Livro de Atas dos Exames Finais que apenas três alunas destas mesmas turmas compareceram aos Exames de 2ª Época desta disciplina, sendo que todas obtiveram notas inferiores a 35. Mesmo considerando que parte dos alunos tenha sido “conservada” sem direito aos Exames de 2ª Época, por ter notas baixas em outras disciplinas, ou, pelo contrário, que tenha sido aprovada por ter compensado a nota baixa em Português com notas mais altas em outras disciplinas, a distância entre 20 e 3 é muito grande. O que parece indicar que um número relativamente grande de alunos sequer comparecia aos Exames de 2ª Época, pelo menos de Português.

Talvez, por outro lado, possa-se, inclusive, presumir que mesmo os alunos reprovados nos Exames Finais eram considerados, de algum modo, “concluintes” do Ginásio, e que, pela impossibilidade ou desnecessidade de seguirem seus estudos, sequer prestavam Exames de 2ª Época.

De qualquer modo, o fato de o aluno ficar em 2ª Época era um impedimento para o ingresso no Curso Normal no ano subsequente e, num certo sentido, mais um obstáculo na via escolar.

Os dados até aqui apresentados com relação aos Exames Finais e as inferências buscadas, a partir deles, sugerem que sua limitação deve ser proporcional às possibilidades de investigação às quais a documentação do Arquivo se oferece, sobretudo se considerarmos que havia as provas parciais e, provavelmente, outras “passagens” na via escolar. E isto é suficiente para mostrar que não apenas a pesquisa se restringiu a um determinado aspecto da trajetória e do perfil dos alunos da Escola “Carlos Gomes”, como também se deteve num determinado nível de detalhamento nas investigações e reflexões.

O contato com os livros de registro da escola, ao longo da pesquisa, sugeriu que o tratamento mais detalhado dos Exames Finais, Parciais, de 2ª Época, de Admissão e Vestibulares abriria um repertório de temas e problemas da maior importância; no entanto, isto se coloca para além das possibilidades deste trabalho. Porém, algumas considerações quanto a isto parecem

pertinentes. Estas considerações devem ser tomadas com reservas, haja vista acompanharem-se do tratamento de uma amostragem pouco significativa da documentação produzida no período.

Em primeiro lugar, as avaliações dos alunos deveriam representar, do ponto de vista institucional, um “ponto de encontro” importante entre as práticas docentes e discentes. No entanto, em se considerando que as avaliações representavam, efetivamente, um “ponto de encontro” entre as expectativas e exigências do corpo docente e as competências e possibilidades dos alunos, despontam, dos livros de registro da escola, indícios de que sob a “carapaça” institucional, abrigavam-se distintas formas de exercer a prática docente. Isto pode ser presumido pelas “configurações” do quadro de notas dos alunos ao longo do ano letivo, em cada disciplina. A observação dos livros de registro da escola sugere que não havia uma forma única de avaliar alunos, utilizada por todos os professores. Pelo contrário, indica a existência de algumas formas de avaliação, o que sugere diferentes formas de conceber a relação professor - aluno, o processo de ensino - aprendizagem etc. E estas teriam, como produto ou resultado, algumas configurações particulares do quadro de notas incluindo: percentuais de alunos com notas baixas, médias, altas; percentuais de notas baixas, médias e altas no início, meio e fim do ano letivo; percentuais de alunos em 2ª Época etc. Mas isto ainda é muito pouco para compor o quadro das práticas docentes; talvez seja um indício. Adentrar neste repertório de questões possibilitaria entender melhor uma dimensão específica da relação professor-aluno, mas exigiria, também, buscar pelas matrizes teóricas e práticas que davam suporte ao exercício da docência e a todo um universo de ajustes que se processavam no âmbito escolar. Em outras palavras, para além da trajetória dos alunos, as práticas docentes parecem compor um quadro com uma certa especificidade histórica. Expor estas práticas ajudaria a entender alguns dos problemas presentes na trajetória dos alunos, mas parece ser necessário mais do que isto para entender como estas práticas formaram-se, como se reproduziam e, inclusive, como talvez sobrevivam, em alguns aspectos, ainda hoje.

Como já assinalado, a pesquisa resguardou-se numa dimensão da vida escolar, vista a partir de um certo olhar, com determinado grau de detalhamento.

Dos 68 inscritos no Vestibular de 1940, 49 (cerca de 72%) haviam sido alunos das turmas de 5ª série da própria escola em 1939. Dos 19 aprovados, 15 (quase 79%) eram da própria escola, e 4 eram oriundos de outras. Isto significa que, neste aspecto, a passagem do Ginásio para o Curso Normal era marcada sobretudo pela tendência à continuidade.

Com relação ao perfil dos inscritos nos Vestibulares, os Livros permitiram verificar uma nítida predominância feminina, conforme se verifica no quadro seguinte:

Tabela 31. Livros de Atas dos Exames e de Promoção do Curso Normal Inscritos nos Vestibulares por Gênero

VESTIBULAR DE...	CANDIDATOS	CANDIDATAS	TOTAL
1940	6	62	68
1941	7	64	71
1942	1	39	40
1943	2	82	84
TOTAL	16	247	263
TOTAL EM %	6,08%	93,92%	100,00%

Conforme já assinalado, nos Exames de Admissão ao Ginásio de 1940, cerca de 12% dos inscritos e de 10% dos aprovados eram do sexo masculino. Deste modo, também neste aspecto, o Curso Normal representava a continuidade de um perfil que despontava no Exame de Admissão e que se firmava ao longo do Ginásio.

No que diz respeito ao perfil etário dos alunos do Curso Normal⁶⁸, os dados coletados junto aos Livros de Matrícula são os relativos a apenas três turmas, todas do ano de 1945. O que significa uma relativa precariedade na apuração das eventuais tendências no perfil e na trajetória dos alunos neste período, bem como das hipóteses aventadas.

Porém, apesar de exíguos, no que diz respeito à idade, os dados recolhidos possibilitam um contraste com os relativos à série imediatamente anterior. E aqui encontramos não a 5ª série do Ginásio, mas sim o Curso Pré-Normal.

Instituído pelo Decreto-Lei Estadual nº 14.002, de 25 de maio de 1944, o Curso Pré-Normal constituía-se num Curso de Pré-Especialização, com um ano de duração. Quanto ao ingresso, seria necessário prestar um “concurso de seleção”, toda vez que o número de candidatos fosse superior a cento e vinte alunos.

Cabe observar que, da mesma forma que na mudança da duração do Ginásio, na instituição do Curso Pré-Normal, a Escola “Carlos Gomes antecipou-se a outras; este Curso teve

⁶⁸ O quadro de idade por série do Curso Normal consta do Apêndice B, ao final deste trabalho.

início na escola em 1944. Esta mudança também deve ter se acompanhado de algum dispositivo legal que, no entanto, não foi localizado.

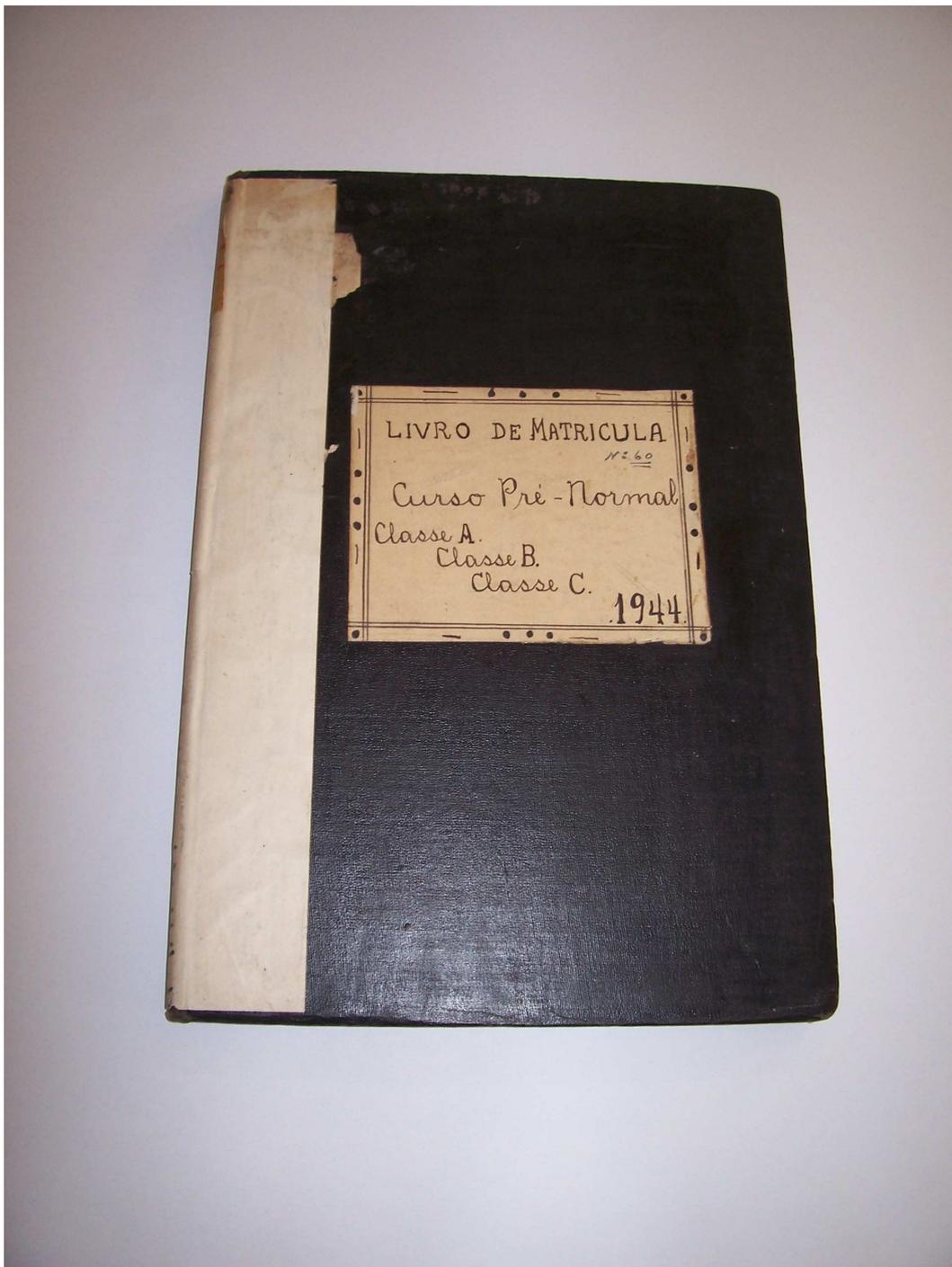


Imagem 7. Livro de Matrícula do Curso Pré-Normal

6.2. PERFIL DOS ALUNOS DO CURSO NORMAL

A partir dos dados recolhidos nos Livros de Matrícula, é possível visualizar alguns traços do perfil etário dos alunos do Curso Normal e do Pré-Normal. Neste aspecto, no Normal se prolongavam tendências que despontavam no Primário e atravessavam o Ginásio e o Pré-Normal.

Tabela 32. Livros de Matrícula - Alunos por Idade por Série

IDADE	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27 ou mais	TOTAL
SÉRIE/ANO															
4ª SÉRIE A, B DO GINÁSIO 1943 TOTAL	2	16	11	17	10	9	1	1							67
CLASSE A ⁶⁹ , B, C DO CURSO PRÉ NORMAL 1944 TOTAL			17	24	21	29	11	6	8	2				2	120
1ª SÉRIE A, B, C DO CURSO NORMAL 1945 TOTAL			11	13	31	20	16	13	5	3	2		1	2	117

Alguns números, no quadro acima, sugerem algumas mudanças, tais como o da presença de alunos numa faixa etária mais alta no Pré-Normal e no Normal, e de alunos numa faixa etária mais baixa no Normal. Mas, a tendência que parece prevalecer é a de continuidade, inclusive na dispersão das faixas etárias preponderantes nestas três séries. O quadro acima também se torna mais expressivo quando expresso em percentuais.

Tabela 33. Livros de Matrícula - Alunos / Idade / Série - em %

IDADE	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27 ou mais	TOTAL
SÉRIE/ANO															
4ª SÉRIE A, B DO GINÁSIO 1943 TOTAL EM %	2,98	23,88	16,42	25,37	14,92	13,43	1,49	1,49							99,98
CLASSE A, B, C DO CURSO PRÉ NORMAL 1944 TOTAL EM %			14,17	20	17,50	24,17	9,17	5,00	6,67	1,67				1,67	100,02
1ª SÉRIE A, B, C DO CURSO NORMAL 1945 TOTAL EM %			9,40	11,11	26,49	17,09	13,67	11,11	4,27	2,56	1,71		0,85	1,71	99,97

⁶⁹ As turmas do Curso Pré-Normal eram denominadas apenas por letras, já que tinham a duração de um único ano.

No que diz respeito ao perfil dos alunos quanto ao gênero, os dados também apontam uma queda significativa da participação masculina nas matrículas, sobretudo na passagem do Ginásio para o Pré-Normal, conforme se verifica a seguir.

Tabela 34. Livros de Matrícula - Ginásio, Pré-Normal e Normal
Alunos por Gênero por Série

SÉRIES	ALUNAS	ALUNOS	TOTAL
4ª SÉRIE DO GINÁSIO 1943	55	12	67
PRÉ-NORMAL 1944 E 1945 - TOTAL	221	18	239
1º NORMAL 1945 - TOTAL	108	9	117

O quadro acima, expresso em percentuais é mais significativo. Nele se observa que a passagem do Ginásio para o Pré-Normal ou para o Normal constituía-se num ponto de inflexão, haja vista que a participação relativa do gênero masculino caía, embora não de modo tão acentuado quanto na passagem do Primário para o Ginásio.

Tabela 34.a. Livros de Matrícula - Ginásio, Pré-Normal e Normal - Alunos / Gênero / Série

SÉRIES	ALUNAS	ALUNOS	TOTAL
4ª SÉRIE DO GINÁSIO 1943 – TOTAL EM %	82,09%	17,91%	100,00%
PRÉ-NORMAL 1944 E 1945 – TOTAL EM %	92,46%	7,53%	99,99%
1º NORMAL 1945 - TOTAL EM %	92,30%	7,69%	99,99%

Com relação ao quadro acima, os dados relativos ao 1º ano do Curso Normal de 1945 parecem próximos aos do quadro relativo à participação dos gêneros entre os inscritos nos Vestibulares de 1940, 1941, 1942 e 1943, que se expressavam nos seguintes percentuais.

Tabela 35. Vestibulares 1940, 1941, 1942 e 1943 - Inscritos por Gêneros em %

	CANDIDATAS	CANDIDATOS	TOTAL
TOTAL EM %	93,92%	6,08%	100,00%

Em outras palavras, a participação dos gêneros guardava significativa proximidade com a demanda de vagas pelos mesmos.

No que diz respeito à cidade de origem, a passagem do Curso Ginásial para o Pré-Normal também significava uma mudança na composição das turmas. Neste ponto, são necessárias algumas observações com relação às informações utilizadas. Em primeiro lugar, é necessário lembrar que, ao longo do período estudado, houve uma queda na participação relativa dos alunos nascidos em outras cidades na composição nas turmas do Ginásio da Escola “Carlos Gomes”, a qual, conforme se apontou anteriormente, parece ter decorrido da criação de Cursos Ginásiais em outros municípios do Estado. Em segundo lugar, com relação aos dados do Ginásio, também como já assinalado, não foram encontrados os Livros de Matrículas dos anos de 1940, 1941 e 1942. Deste modo, para efeito de comparação, foram utilizados os dados das turmas mais próximas em termos cronológicos e de seriação, dos três níveis de ensino. Foi a partir destes dados que se buscou estabelecer uma imagem do que poderia ter sido a passagem do Ginásio para o Pré-Normal, e deste para o Normal. Neste caso, a exigüidade de Livros de Matrícula dos Cursos Pré-Normal e Normal impediu a busca de outras séries de dados mais completas.

Tabela 36. Livros de Matrícula - Ginásio, Curso Pré-Normal e Curso de Formação Profissional (Normal) - Alunos / Cidade de Nascimento

CURSO ANO – EM PERCENTUAIS	TOTAL DE ALUNOS NASCIDOS EM CAMPINAS EM PERCENTUAIS	TOTAL DE ALUNOS NASCIDOS EM OUTRAS CIDADES EM PERCENTUAIS	TOTAL
4ª SÉRIE DO GINÁSIO 1943 – TOTAL EM PERCENTUAIS	61,19%	38,80	99,99%
PRÉ-NORMAL 1944 E 1945 – TOTAL EM PERCENTUAIS	48,53%	51,46%	99,99%
1º NORMAL 1945 – TOTAL EM PERCENTUAIS	47,46%	52,54%	100,00%

A partir da observação do contraste entre estes dados, é possível observar indícios de que, assim com acontecia com o Ginásio, porém com menor intensidade, o início do Curso Pré-Normal e do Normal da Escola “Carlos Gomes” deveria ser acompanhado, a cada ano, pela chegada de jovens estudantes, notadamente do sexo feminino, desconhecidos da população local. Isto, também, deveria ter algum impacto na vida do município. Como no caso dos alunos de outros municípios, ingressantes no Ginásio, também se deve supor que os do Pré-Normal e do

Normal se acomodassem em pensionatos, ou em casa de parentes, amigos ou conhecidos. No entanto, é possível supor que devam ter encontrado dificuldades de diferentes tipos das encontradas pelos alunos que ingressavam no Ginásio, para se acomodarem no município, sobretudo por se encontrarem em faixa etária distinta.

Por fim, a procura pelos Cursos Pré-Normal e Normal da Escola “Carlos Gomes”, por estes alunos, provavelmente estava relacionada à inexistência destas modalidades de ensino em suas cidades de origem. O que leva a supor que as levas de estudantes ingressantes nestes Cursos devam ter se reduzido na medida em que foram criadas novas Escolas Normais no Estado.

7. CAP. VI. OUTROS PERFIS DA ESCOLA NORMAL “CARLOS GOMES”

Para além das diferenças relativas à idade, ao gênero e à cidade de origem, os Livros de Matrícula apresentam, também, dados relativos aos endereços dos alunos e às profissões de seus pais.

O tratamento das informações relativas aos endereços dos alunos a princípio mostrou-se mais simples: mais de 80% dos alunos, ou seja, a grande maioria residia na região “central” do município. Porém, a aparente simplicidade desta constatação remete a questões não tão simples:

- Qual era o traçado de Campinas no período estudado?
- O que era considerado Centro naquele período e quais as implicações de residir nesta área? Em que medida ela mostrava-se homogênea a ponto de articular seus moradores a um mesmo perfil dominante?
- De que modo se distribuía os alunos nas escolas públicas do município no período estudado?
- Havia algum tipo de zoneamento do município condicionando a matrícula dos alunos na Escola “Carlos Gomes” ao seu endereço residencial?
- Como se colocava a questão da distância da residência à escola para os alunos vindos de outras cidades e para os demais?
- Quais relações se estabeleciam entre a escola e os alunos em função de uma maior proximidade física entre a primeira e suas residências?

O tratamento das questões acima demandaria outras pesquisas, envolvendo documentos de outros tipos e outras abordagens. E pode-se supor que outros “enredos” e outros tipos de problemas abrir-se-iam à investigação. Porém, esta empreitada transcende os limites deste trabalho.

Por fim, os Livros de Matrícula também oferecem um tipo de informação que se presta não apenas ao tratamento dos perfis e trajetórias dos alunos como também à observação de uma certa imagem da Escola “Carlos Gomes”: as profissões dos pais. Foram coletadas, turma por turma, ano a ano, as profissões de todos os pais de alunos nos Livros de Matrícula encontrados. O produto desta coleta sugere algumas possibilidades de tratamento, que remeteriam a outros tipos de investigação e de reflexão.

No entanto, algumas imagens parecem falar por si. Em primeiro lugar, a partir das profissões dos pais dos alunos, durante o Estado Novo, é possível vislumbrar uma cidade que crescia e tornava-se mais complexa, no que diz respeito ao quadro das atividades necessárias ao atendimento de sua população. O peso relativo de algumas profissões, em meio ao conjunto delas, insinua a proximidade com uma fase próspera da produção, com uma grande circulação de mercadorias. Também sugere um peso significativo dos Poderes Públicos, de seus órgãos e funções, insinuando que isto, de algum modo, se relacionava ao progresso econômico.

Por outro lado, os Livros de Matrículas revelam que há um quadro urbano se “desmanchando”: algumas profissões só se identificam por nomes. Outras se relacionam à produção de bens hoje pouco utilizados, a profissionais cujo suor e conhecimento produziam cada vez menos valor. Neste caso, os Livros de Matrícula testemunham, a seu modo, como a modernização econômica atualizava escalas de valores.

Outros livros de registro da escola oferecem outros enredos e outras paisagens da cidade e do País. E isto inclui a zona rural e sua população, cujo peso não parecia esmaecer pelo “progresso” da cidade. Se a preocupação com o analfabetismo na zona rural perpassa as reflexões presentes em “O Ensino no Brasil”, os cuidados com a saúde, a preocupação com as verminoses e outros flagelos da zona rural explicitam-se em meio aos registros de aulas e provas.

Neste aspecto, o Arquivo da Escola “Carlos Gomes” desvela possibilidades específicas e amplas de olhar e de tratar dimensões da vida dos estudantes, dos professores, da escola, da cidade, do país etc.

Os dados relativos às profissões dos pais dos alunos são apresentadas, a seguir, de dois modos. Serão apresentados, em primeiro lugar, os números de pais dos alunos do Curso Primário masculino⁷⁰, por profissões, por frequência, já totalizados. Neste primeiro quadro, tendo em vista o propósito de visualizar também a diversidade, inclusive no interior das categorias profissionais, algumas delas são apresentadas em suas subdivisões.

⁷⁰ Os Quadros das Profissões dos Pais, por frequência, do Primário feminino e Misto, do Primário masculino e dos demais níveis de ensino da Escola constam no Apêndice F.

Tabela 37. Livros de Matrícula - Primário Masculino - Profissões dos Pais - 1937 a 1945

	Profissão	Nº de Pais
1.	Comerciante; Comércio; Comercário; Emp. Comércio; E. Comércio; Representante	239
2.	Funcionário público; Func. federal; Funcionário estadual; Funcionário municipal	170
3.	Ferroviano; Ferrov. Aposentado	149
4.	Médico	106
5.	Professor; Lente	52
6.	Contador	47
7.	Negociante	45
8.	Dentista; Cirurgião dentista	42
9.	Agrônomo	39
10.	Alfaiate	37
11.	Lavrador; Agricultor	37
12.	Motorista	35
13.	Guarda-livros	32
14.	Bancário; Func. bancário	31
15.	Engenheiro; Engenheiro Agrônomo; Engenheiro civil; Engenheiro eletricista	30
16.	Farmacêutico	28
17.	Fazendeiro	26
18.	Escriturário	22
19.	Industrial	21
20.	Marceneiro	21
21.	Industriário	20
22.	Mecânico	16
23.	Doméstica (mãe); Prendas domésticas	15
24.	Viajante	15
25.	Encanador; Encanador eletricista	14
26.	Proprietário	13
27.	Corretor	12
28.	Enfermeiro	12
29.	Advogado	11
30.	Eletricista	10
31.	Inspetor escolar	10
32.	Calceteiro	9
33.	Aposentado	8
34.	Barbeiro	8
35.	Carpinteiro	8
36.	Gráfico	8
37.	Cabeleireiro	7
38.	Guarda-noturno	7
39.	Técnico químico	7
40.	Ministro evangélico; Ministro prot.; Pastor	6

41.	Caldeireiro	5
42.	Func. Tração	5
43.	Jornalista	5
44.	Lustrador	5
45.	Militar	5
46.	Operário	5
47.	Sapateiro	5
48.	Tintureiro	5
49.	Func. Correio	4
50.	Ourives	4
51.	Agente fiscal; Fiscal	4
52.	Caixeiro	3
53.	Capitalista	3
54.	Corretor de seguros	3
55.	Inspetor federal	3
56.	Rádio técnico	3
57.	Tabelião	3
58.	Tecelão	3
59.	Chauffeur	2
60.	Conferente	2
61.	Falecido	2
62.	Garçon	2
63.	Jardineiro	2
64.	Oficial do Exército	2
65.	Promotor público	2
66.	Servente	2
67.	?	2
68.	Açougueiro	1
69.	Administrador	1
70.	Aposentado Cia Paulista	1
71.	Arquiteto lic.	1
72.	Carregador	1
73.	Caseiro	1
74.	Chapeleiro	1
75.	Construtor	1
76.	Diretor de G. E.	1
77.	Escrivão de paz	1
78.	Força pública	1
79.	Gerente fábrica seda	1
80.	Gerente de hotel	1
81.	Guarda mor	1
82.	Guarda-trem	1
83.	Hoteleiro	1

84.	Inspetor	1
85.	Manteiro	1
86.	Oftometrista	1
87.	Padeiro	1
88.	Penteador	1
89.	Sem profissão	1
90.	Sitiante	1
91.	Trabalhador	1
92.	TOTAL	1540

Este primeiro quadro fala da multiplicidade das profissões dos pais dos alunos, da diversidade de suas origens, de um perfil sócio-econômico do município e de seu entorno social. E mostra profissões com enorme frequência, o que sugere uma maior importância relativa no município, e outras com pequena participação, o que sugere que poderiam ser profissões em extinção ou que apenas despontavam no mercado de trabalho.

O quadro acima pode ser reduzido, através de um recorte, apenas com os pais das vinte e cinco profissões mais frequentes, o que parece suficiente para abarcar até as profissões que correspondiam a cerca de, pelo menos, 1% do total. Através da supressão das subdivisões de algumas profissões, é possível fazer com que o realce se desloque da diversidade para as “regularidades”, o produz um outro olhar.

A seguir, serão apresentados os quadros também totalizados, apenas com as vinte e cinco profissões que aparecem com maior frequência no Primário masculino, feminino e misto, no Ginásio, Pré-Normal e Normal.

Tabela 38. Livros de Matrícula - Primário Masculino - Primário Masculino

Profissão	Nº de Pais
Comerciante; Comércio; Comercário; Emp. Comércio; E. Comércio; Representante comercial; Agente comercial	239
Funcionário público; Func. federal; Funcionário estadual; Funcionário municipal	170
Ferroviário; Ferrov. Aposentado	149
Médico	106
Professor; Lente	52
Contador	47
Negociante	45
Dentista; Cirurgião dentista	42
Agrônomo	39
Alfaiate	37
Lavrador; Agricultor	37
Motorista	35
Guarda-livros	32
Bancário; Func. bancário	31
Engenheiro; Engenheiro Agrônomo; Engenheiro civil; Engenheiro eletricista	30
Farmacêutico	28
Fazendeiro	26
Escriturário	22
Industrial	21
Marceneiro	21
Industriário	20
Mecânico	16
Doméstica (mãe); Prendas domésticas	15
Viajante	15
Encanador; Encanador eletricista	14
	1289
% EM RELAÇÃO AO TOTAL DOS PAIS DO PRIMÁRIO MASCULINO	83,70%

Tabela 39. Livros de Matrícula - Primário Feminino e Misto - Profissões dos Pais

Profissão	Nº de Pais
Comerciante; Comercário; Comércio; Emp. Comércio; Respo. Comercial; Repres. Comercial	404
Funcionário público; Empregado público; Funcionário público federal; Funcionário federal; Funcionário estadual /funcionário público estadual; Funcionário municipal	266
Ferroviário; Ferroviário aposentado; Cia Mogyana	212
Viajante; Viajante Com	91
Negociante; Agente de negócios	88
Lavrador; Agricultor	80
Engenheiro; Engenheiro (Agrônomo); Engenheiro Civil; Engenheiro da Cia Paulista; Engenheiro Elétrico; Engenheiro Eletricista	65
Contador	62
Professor; Professor secundário	60
Escriturário	59
Guarda-livros	57
Motorista	46
Alfaiate	43
Médico	43
Dentista;; Cirurgião dentista	41
Bancário; Conferente do Banco do Brasil; Funcionário bancário	39
Não consta profissão; Sem profissão	36
Industrial	34
Mecânico	34
Agrônomo	28
Farmacêutico; Prático farmácia	27
Fazendeiro	26
Carpinteiro	23
Pintor	21
Proprietário	20
	1905
% EM RELAÇÃO AO TOTAL DOS PAIS DO PRIMÁRIO FEMININO	79,77%

Tabela 40. Livros de Matrícula - Ginásio - Profissões dos Pais

Profissão	Nº de Pais
Não consta profissão	86
Comerciante; Comerciarío	73
Ferrovíario; Ferrovíario ap.	40
Funcionário público; Funcionário Municipal; Funcionário paraestatal	37
Professor	20
Viajante	18
Falecido	17
Bancário	12
Alfaiate	10
Dentista	10
Escriturário	10
Fazendeiro	10
Médico	9
Agrônomo	8
Farmacêutico	8
Contador	7
Negociante	6
Proprietário	6
Chefe estação	5
Guarda-livros	5
Hoteleiro	5
Industrial	5
Agricultor	4
Almoxarife	4
Corretor	4
	419
% EM RELAÇÃO AO TOTAL DOS PAIS DO GINÁSIO	86,93%

Tabela 41. Livros de Matrícula - Pré-Normal, Normal - Profissões dos Pais -

Profissão	Nº de Pais
Comerciante; Comerciarío; Comércio; Emp. Comércio; Respo. Comercial; Repres. comercial	64
Ferrovíario; Ferrovíario aposentado; Cia Mogyana	37
Não consta profissão; Sem profissão	32
Falecido	28
Funcionário público; Empregado público; Funcionário público federal; Funcionário federal; Funcionário estadual; Funcionário público estadual; Funcionário municipal	18
Viajante / Viajante Com.	16
Professor; Professor secundário	15
Industrial	14
Proprietário	10
Farmacêutico; Prático farmácia	9
Dentista; Cirurgião dentista	8
Escriturário	6
Fazendeiro	6
Lavrador	6
Bancário; Conferente do Banco do Brasil;	5
Ourives; Joalheiro	5
Eletricista / Eletrotécnico	4
Engenheiro; Engenheiro (Agrônomo); E. Civil E. Eletricista	4
Guarda-livros	4
Advogado	3
Alfaiate	3
Marceneiro	3
Médico	3
Negociante; Agente de negócios	3
Agrônomo	2
	308
% EM RELAÇÃO AO TOTAL DOS PAIS DO PRÉ-NORMAL E NORMAL	87,50%

A observação dos quadros relativos às profissões dos pais dos alunos, como todos os demais, exige alguns cuidados. Em primeiro lugar, nos Livros de Matrícula raramente constam, no período, as profissões do pai e, ao mesmo tempo, da mãe do aluno. A regra é o registro apenas das informações do pai, as quais, às vezes, sequer se referem à profissão, mas à indicação de que era aposentado, falecido, sem ocupação etc. Isto, talvez, explique, em parte, o grande número de pais para os quais não conta a profissão, tanto no Ginásio quanto no Pré-Normal e no Normal. Deve-se, também, considerar que aos alunos destes últimos níveis de ensino, com maior idade, talvez nem fosse solicitada a profissão do pai no momento da matrícula, e, mesmo não havendo registros sobre isto, nos Livros de Matrícula, que alguns destes alunos já fossem casados e, portanto, responsáveis por outras famílias. Isto justificaria a ausência de maiores referências a seus pais.

Outra observação importante é a de que, dentro de um mesmo enquadramento profissional, provavelmente cabiam diferentes situações, seja por conta de uma despreocupação dos pais ou da Secretaria da escola com o detalhamento, seja pela impossibilidade de resumi-las aos espaços dos Livros de Matrícula etc. Pode-se, também, supor que, ao efetivar a matrícula, parecesse mais “confortável” à mãe, ao pai, ou, mesmo, a outro responsável pelo aluno informar da profissão apenas sua “melhor imagem”. Algo como, um gari declarando-se “apenas” como funcionário público ou como funcionário municipal. Ou pode-se, ainda, supor que o responsável pelo aluno informasse a profissão para a qual o pai se considerava qualificado ou com a qual se identificava, embora não a exercesse no momento etc.

Além disto, por conta da forma como as informações foram recolhidas nos Livros de Matrícula, um percentual sequer estimável dos pais são contados mais de uma vez no quadro, por terem mais de um filho na escola. E isto distorce, de algum modo, a representação do perfil do “entorno social” da escola, que, no caso, não correspondia a uma dimensão espacial. É possível, no entanto, que esta representação se “reequilibre” em função de algum número médio de filhos das famílias deste entorno.

A despeito destas considerações, alguns dados despontam com grande nitidez nos quadros acima. Em primeiro lugar, em todos os níveis de ensino, é evidente a preponderância de três profissões: dos comerciantes, ferroviários e funcionários públicos. Somente os pais que se declaravam nestas “profissões” correspondiam, respectivamente, a

mais de 36%, 36%, 32% e 38% do total dos pais do Primário masculino, do Primário feminino e misto, do Ginásio e do Pré-Normal/Normal. Se somarmos a estes pais aqueles que, para efetivarem a matrícula, declaravam uma identidade profissional específica, em detrimento de sua classificação como “funcionários públicos”, então temos os seguinte:

1 – No Curso Primário masculino, junto aos 151 “funcionários públicos”, mais

- 51 professores;
- 10 inspetores escolares;
- 5 militares;
- 3 inspetores federais;
- 2 oficiais do Exército;
- 2 promotores públicos;
- 1 Diretor de Grupo Escolar;
- 1 integrante da Força Pública e
- 1 Guarda-mor.

2 – No Curso Primário feminino,

- 60 professores;
- 16 Serventuários e Funcionários da Justiça;
- 11 Militares;
- 3 Delegados de Ensino;
- 3 Funcionários da Força Pública;
- 3 Oficiais da Força Pública;
- 3 Oficiais do Exército;
- 2 Delegados de Polícia;
- 2 Inspetores Federais de Ensino;
- 2 Sargentos;
- 1 Comissário de Menores;
- 1 Fiscal de Jardim;
- 1 Funcionário de Polícia
- 1 “Insp. Da Previ.”, tomado como Inspetor da Previdência;
- 1 Inspetor Federal;
- 1 Inspetor Escolar e

- 1 Servente da Escola Normal.

3 – No Curso Ginásial,

- 20 professores;
- 3 juízes;
- 3 soldados;
- 2 Coletores federais;
- 2 Serventuários da Justiça;
- 1 Coletor estadual.

4 – Nos Cursos Pré-Normal e Normal

- 15 professores;
- 2 militares;
- 2 funcionários da Justiça;
- 1 Coletor Federal.

Estes números mereceriam ser melhor ponderados, em função do fato de que parte dos professores deveriam lecionar em escolas particulares. Porém a verificação deste tipo de informação demandaria uma outra investigação. Por outro lado, podem ser cogitados os dois casos extremos, quais sejam, o de todos estes professores trabalharem em escolas públicas e o de todos os professores não o fazerem, embora o cenário provável para cada nível de ensino estivesse num ponto intermediário entre estes dois. Na primeira hipótese, teríamos 76 pais do Primário masculino reenquadrados como Funcionários Públicos, perfazendo um total de 246 profissionais nesta categoria. Os Primários feminino e misto passam a ter mais 112 Funcionários Públicos, os quais passam para 378. O Ginásio, mais 31, perfazendo um total de 68. E o Pré-Normal e o Normal, mais 20, totalizando 38.

Nesta hipótese, os comerciantes, os ferroviários e os funcionários públicos passariam a perfazer no Primário masculino, no Primário feminino e misto, no Ginásio e no Pré-Normal/Normal, respectivamente, 41%, 41,62%, 37,55% e 39,49%. Considerando-se que mesmo os professores das escolas particulares de alguma forma tinham suas práticas jurisdicionadas pela “rede pública” de ensino, então talvez, neste sentido, estejamos falando de uma “mesma categoria”, não apenas do ponto de vista profissional, o que tornaria, a princípio, a inclusão de todos estes professores no funcionalismo público menos problemática.

Outras ponderações, ainda, poderiam ser feitas. Os pais de alunos enquadrados como “aposentado”, “falecido”, “sem profissão” ou “não consta profissão” poderiam ser excluídos do total de pais. Isto faria a participação relativa dos comerciantes, ferroviários e funcionários públicos aumentar em meio ao total dos pais do Primário masculino, do Primário feminino e misto, do Ginásio e do Pré-Normal/Normal para, respectivamente, 41,52%, 42,37%, 47,76% e 47,93%.

Por fim, é possível que profissionais que se declararam de outro modo - tais como negociantes, corretores de seguros etc.- talvez devessem ser englobados na categoria dos comerciantes, o que realçaria ainda mais um dado perfil dos pais dos alunos e da escola.

A partir do quadro das profissões do pais, outras leituras, com a combinação de outras profissões, a partir de outros enfoques, poderiam desvelar outras facetas do quadro de alunos da Escola “Carlos Gomes”, no Estado Novo.

No que diz respeito aos alunos nascidos em outros municípios e que se “acomodavam”, de alguma forma, em Campinas, para cursar o Ginásio, o Pré-Normal ou o Normal, é possível supor que nem sempre carregavam consigo as mesmas condições que teriam, caso estivessem residindo com os pais em seus municípios. Por exemplo, pode-se imaginar que uma aluna do Curso Normal, filha de um professor residente em Campinas e uma aluna do mesmo Curso, também filha de professor, mas “acomodada” em pensionato ou casa de parentes etc, deveriam viver em condições distintas. Em outras palavras, pode-se supor que o aluno que se estabelecia em Campinas para estudar na Escola “Carlos Gomes” não trouxesse “na bagagem” as condições de vida de sua família. E pode-se apenas imaginar que o acolhimento de filhos ou filhas de outrem, que vinham estudar na Escola “Carlos Gomes”, eventualmente se inserisse num quadro permeado de relações de compadrio ou clientelismo, ou, por outro lado, que a matrícula nesta escola levasse mais brilho às posses de sua família, onde quer que residisse.

Enfim, o quadro das informações colhidas junto aos Livros de Matrículas sugere maiores investigações, tendo em vista não apenas a possibilidade de desvelar dimensões ainda desconhecidas da vida dos estudantes mas, também, para o melhor entendimento de algumas delas. Esta empreitada, por sua vez, exigiria uma revisão das informações junto aos Livros de Matrículas, com o levantamento de dados a partir de outros detalhamentos. E

isto significa que os dados trabalhados, recolhidos numa determinada ordem, dentro de determinados quadros, guardam, também, os limites desta ordem e destes quadros.

Os livros de registro da escola “responderam” às questões que lhes foram colocadas; suas respostas, embora atendam às questões, também insinuam outras e outros enredos, tal como o próprio período escolhido. Escolheu-se um período específico, presumindo-se que um certo encontro de variáveis - o apelo e à indução à ordem e ao novo - redundaria num maior rigor nos registros; isto não se verificou, por exemplo, no caso dos alunos que ingressaram após o início do ano letivo e que não tiveram seus nomes incluídos nos Livros de Matrícula. Em que medida este período é representativo do processo de constituição desta escola, ainda é uma questão em aberto.

De qualquer modo, os Livros “falam” da multiplicidade das profissões dos pais dos alunos tanto quanto de uma certa regularidade, e, como já se assinalou, parece crucial saber se haveria algum tipo de correlação entre a matrícula e a frequência em cada um dos níveis da Escola “Carlos Gomes” e a posição sócio-econômica e cultural dos pais dos alunos.

Com relação à posição sócio-econômica, a empreitada de situar os pais dos alunos numa escala deste tipo pareceu colocar-se também acima das possibilidades deste trabalho. Apenas foi possível delinear uma maior regularidade de categorias profissionais, uma das quais - a do funcionalismo público - por demais “ampla”, e capaz de abrigar diversas subdivisões. Seria necessário buscar referências sobre o salário médio de cada profissional no referido período, além de situá-los numa escala sócio-econômica. No entanto, talvez possa-se considerar que, da mesma forma como se procura - supondo a possibilidade de encontrar - uma correspondência entre a posição econômica e o patamar “cultural” dos pais dos alunos, talvez também se possa buscar situar os pais dos alunos numa escala relacionada não a um patamar “cultural”, mas sim a um patamar de escolaridade.

Com esta preocupação, as profissões dos pais dos alunos foram classificadas em três tipos básicos:

- em primeiro lugar, as profissões que pareceram não exigir quaisquer conhecimentos escolarizados, assinaladas com a letra X⁷¹;

⁷¹ A escolha da letra X teve em vista atentar que, nesta classificação, foram incluídas algumas situações possivelmente muito distintas. Ou seja, a categoria X pareceu mais heterogênea e menos apreensível que as demais. Por outro lado, seu peso relativo pode conduzir a imagens tão fortes quanto questionáveis.

- as profissões que deveriam se relacionar ao saber ler, escrever e somar, assinaladas com as letras B;
- as profissões que exigiam o que se supôs que, naquele período, deveria ser considerado formação superior, assinaladas com as letras A.

Estes critérios de classificação são evidentemente precários. Para dar a este tipo de classificação uma maior consistência, seria necessária a identificação das atribuições específicas de cada um destes profissionais, do exercício de suas atividades etc. E aí a pesquisa se deslocaria do perfil e da trajetória dos alunos para um certo perfil do universo do trabalho.

Apesar de precários, estes critérios pareceram úteis, posto que possibilitaram alguma comparação entre a origem familiar dos alunos, em termos de escolaridade, e sua presença na Escola “Carlos Gomes”.

Para detalhar os momentos do trabalho, serão apresentados, a seguir, o quadro dos pais dos alunos do Primário masculino totalizados por profissões - por ordem alfabética -, classificados de acordo com os critérios acima explicitados⁷², e, a seguir, os quadros que sintetizam a participação relativa dos pais dos alunos em função desta classificação, em cada um dos níveis de ensino da Escola “Carlos Gomes”.

Tendo em vista minimizar distorções, algumas situações que receberam, nos Livros de Matrícula, o enquadramento de “profissões” foram excluídas destes quadros, tais como a de “aposentado”, “sem profissão”, “falecido” etc.

E, com isto, tem-se o seguinte:

⁷² Os quadros relativos ao Primário feminino e Misto e aos demais níveis de ensino constam do Apêndice G.

Tabela 42. Livros de Matrícula - Primário Masculino - Profissões dos Pais –
1937 a 1945

	CLASSIFICAÇÃO POR ESCOLARIDADE	NÚMERO DE PAIS	% NO TOTAL DE PAIS
Advogado	A	11	
Agrônomo	A	39	
Architecto lic.	A	1	
Dentista / Cirurgião dentista	A	42	
Diretor de G. E.	A	1	
Engenheiro; Engenheiro Agrônomo;	A	30	
Inspetor federal	A	3	
Jornalista	A	5	
Lente	A	1	
Médico	A	106	
Oftometrista	A	1	
Professor	A	51	
Promotor público	A	2	
SUB-TOTAL A		293	19,20 %
Administrador	B	1	
Agente fiscal	B	2	
Bancário / Func. bancário	B	31	
Capitalista	B	3	
Comerciante; Comércio; Comerciarío;	B	239	
Contador	B	47	
Corretor	B	12	
Corretor de seguros	B	3	
Eletricista	B	10	
Escriturário	B	22	
Escrivão de paz	B	1	
Farmacêutico	B	28	
Gerente de hotel	B	1	
Gerente fábrica seda	B	1	
Gráfico	B	8	
Guarda-livros	B	32	
Industrial	B	21	
Industriário	B	20	
Inspetor escolar	B	10	
Ministro evangélico	B	1	
Ministro prot.; Pastor	B	5	
Negociante	B	45	
Ourives	B	4	
Rádio técnico	B	3	
Tabelião	B	3	
Técnico químico	B	7	

SUB-TOTAL B		560	36,70 %
Açougueiro	X	1	
Agricultor; Lavrador	X	37	
Alfaiate	X	37	
Aposentado Cia Paulista	X	1	
Barbeiro	X	8	
Cabeleireiro	X	7	
Caixeiro	X	3	
Calceteiro	X	9	
Caldeireiro	X	5	
Carpinteiro	X	8	
Carregador	X	1	
Caseiro	X	1	
Chapeleiro	X	1	
Chauffeur	X	2	
Conferente	X	2	
Construtor	X	1	
Doméstica (mãe); Prendas domésticas	X	15	
Encanador; Encanador eletricitista	X	14	
Enfermeiro	X	12	
Fazendeiro	X	26	
Ferroviário / Ferrov. aposentado	X	149	
Fiscal	X	2	
Força pública	X	1	
Func. Correio	X	4	
Func. Tração	X	5	
Funcionário público; Func. federal;	X	170	
Garçon	X	2	
Guarda mor	X	1	
Guarda-noturno	X	7	
Guarda-trem	X	1	
Hoteleiro	X	1	
Inspetor	X	1	
Jardineiro	X	2	
Lustrador	X	5	
Manteiro	X	1	
Marceneiro	X	21	
Mecânico	X	16	
Militar	X	5	
Motorista	X	35	
Oficial do Exército	X	2	
Operário	X	5	
Padeiro	X	1	
Penteador	X	1	
Proprietário	X	13	

Sapateiro	X	5	
Sem profissão	X	1	
Sitiante	X	1	
Tecelão	X	3	
Tintureiro	X	5	
Trabalhador	X	1	
Viajante	X	15	
SUB-TOTAL X		673	44,10 %
TOTAL GERAL		1526	100,00%

O quadro acima expõe o tipo de classificação feita, bem como os problemas nela implícitos. No entanto, quanto aos problemas, algumas considerações parecem relevantes. Em primeiro lugar, houve uma preocupação em utilizar os mesmos “critérios” de classificação para os pais do Primário, do Ginásio, do Normal e Pré-Normal. E isto significa que as distorções, provavelmente, não foram potencializadas por tratamentos diferenciados dos mesmos tipos de dados. Em segundo lugar, os dados produzidos, ao longo da pesquisa, não apenas têm limites de diferentes natureza como também podem ser observados em diferentes graus de aproximação.

Deste modo, os quadros seguintes parecem prestar-se, sobretudo, como referenciais, indicando posições relativas e possibilidades de investigação do entorno social da escola.

Tabela 43. Livros de Matrícula - Profissões dos Pais - Classificação por “Escolaridade”

	A	B	X	TOTAL
PRIMÁRIO FEMININO E MISTO	274	917	1155	2346
PRIMÁRIO MASCULINO	293	560	673	1526
GINÁSIO	54	151	174	379
PRÉ-NORMAL NORMAL	36	125	131	292

Os mesmos dados também podem ser expresso em percentuais, com o que temos o seguinte:

Tabela 44. Livros de Matrícula - Profissões dos Pais - Classificação por “Escolaridade” - em Percentuais

	A	B	X	TOTAL
PRIMÁRIO FEMININO E MISTO	11,68	39,09	49,23	100,00%
PRIMÁRIO MASCULINO	19,20	36,70	44,10	100,00%
GINÁSIO	14,25	39,84	45,91	100,00%
PRÉ-NORMAL NORMAL	12,33	42,81	44,86	100,00%

A partir destes quadros, é possível visualizar alguns perfis, rupturas e continuidades, e parecem despontar algumas tendências. Porém, é possível pensar que parte dos pais incluídos na categoria X poderiam, na realidade, incluir-se em outras; e este é mais um motivo para relativizar o quadro de inferências que se tirou a partir destes dados e desta classificação.

No que diz respeito ao Curso Primário, os dados significam muito mais que apenas uma amostragem; por outro lado, os dados do Curso Normal são exíguos a ponto de sequer poderem ser considerados como amostragem. No entanto, num certo sentido, são mais que isto - são a imagem possível de uma dimensão da história da escola. E, tomando-se em conta estas observações - e estas reservas -, esta imagem possível será tratada como “representativa” do período.

Começando pelos filhos dos pais da categoria X, sua participação, que se encontrava próxima a 50%, no Primário feminino, cai para cerca de 44% no Primário masculino. Também entre os filhos da categoria B, é possível observar uma queda, embora em proporções menores. No entanto, a distância que aparece no quadro acima, entre a posição dos meninos e das meninas, pode ter sofrido alguma distorção, haja vista que, conforme já registrado anteriormente, os meninos das turmas mistas foram tabulados junto às meninas.

Este tipo de situação se inverte quando se tomam em conta os filhos da categoria A. Nela, a participação relativa dos meninos no total das matrículas no Primário ultrapassa, em muito, o das meninas. E isto se deve não a um desequilíbrio entre a presença de meninos e

meninas da categoria A, mas à maior presença de seus meninos em relação aos das categorias B e X.

Considerando que parte dos meninos foi contada junto às meninas, para os alunos da categoria A, havia um certo equilíbrio entre o número absoluto de matrículas femininas (274) e masculinas (292). O mesmo não ocorria na categoria B, em que se observa um total de 917 matrículas femininas e 560 masculinas e na categoria X, em que se observam 1155 matrículas femininas e 673 masculinas. Neste caso, fica em aberto a questão de saber qual era o número de vagas que a escola oferecia a cada ano para cada gênero e, também, qual demanda por vagas para cada gênero era feita por cada uma destas categorias.

No entanto, é possível pensar que a menor escolaridade dos pais poderia constituir-se num fator indutor de uma menor escolaridade dos filhos; e que esta se associava a uma situação sócio-econômica menos confortável, a qual, efetivamente, constituía-se em obstáculo à continuidade dos estudos. Ou, talvez se deva considerar que os dois fatores tenham tido pesos semelhantes para dificultar a permanência dos alunos na via escolar.

De qualquer modo, permanece uma distância entre os gêneros, relacionada a uma situação sócio-econômica e cultural, e esta, talvez, se relacionasse à situação de trabalho infantil e de afastamento dos meninos das escolas.

Com relação a esta questão, Teixeira de Freitas oferece alguns referenciais:

Se é certo que muitas crianças não sentem bastantes atrativos pela escola e os pais não têm mentalidade para lhes impôr a freqüência, não menos certo é que grande número de pais ou não mandam absolutamente os filhos à escola que lhes está ao alcance, ou mandam com o objetivo restritíssimo de aprenderem rudimentarmente a leitura, a escrita e as operações fundamentais, ou ainda simplesmente para ocupá-los durante algumas horas do dia enquanto o trabalho dos escolares em casa, na roça, na oficina ou em pequenos serviços avulsos não lhes pode trazer qualquer vantagem. (...) E daí a necessidade de serem criados os “cartões ou vales de freqüência”, com valor tanto mais alto quanto mais fortes ocasionalmente os motivos da infreqüência, vales com os quais os próprios pais possam adquirir para os seus filhos ou para o lar objetos uteis e tais que lhes sejam altamente cobiçáveis - brinquedos, livros ilustrados, peças de vestuário, alimentos raros à mesa do pobre como doces e biscoitos, chocolate, etc., utensílios domésticos, objetos artísticos, ferramentas... (TEIXEIRA DE FREITAS, 1937, p. 155-156)

Na passagem para o Ginásio e, posteriormente, para o Pré-Normal e para o Normal, observa-se, para a categoria A, alguma queda em relação à média da participação de seus

meninos e meninas no Primário. No entanto, a queda na participação até o Normal não era grande o bastante para que se considere como decorrente de um desinteresse pela profissão de professor.

Para os filhos da categoria B, a passagem para o Ginásio e, posteriormente, para o Pré-Normal e Normal, acompanhava-se de um crescimento de sua participação relativa. E isto parece sugerir, ao mesmo tempo, que esta categoria estava em condições de garantir a continuidade de seus filhos na escola, e que isto lhe parecia interessante. E talvez este interesse se relacione à profissão de Professor.

Já para os filhos da categoria X, a passagem para o Ginásio acompanhava-se de uma queda de participação, tomando-se como base a média da participação dos meninos e meninas no Primário. E a passagem para os Cursos Pré-Normal e Normal também registrava uma queda na participação dos alunos desta categoria.

No entanto, é bastante significativo observar que, a despeito de se tratarem de escalas diferentes, a queda de participação dos filhos de pais da categoria X não chegava a ser tão significativa quanto se pode presumir que seria a distância em termos de escolaridade ou de posição sócio-econômica entre os pais das três categorias. O que é o mesmo que dizer que o perfil que se configurava na via escolar, ao menos na Escola “Carlos Gomes”, não guardava uma relação tão direta com a situação sócio-econômica e de escolaridade dos pais dos alunos. Porém, é importante observar que esta é a situação de uma escola em particular, e isto não permite inferir que a mesma situação se estendesse ao conjunto das escolas do município, do Estado etc.

Por outro lado, é significativo observar que, na Escola “Carlos Gomes”, os pais da categoria X tinham seus filhos se alçando a um patamar de escolaridade bastante superior ao deles próprios. E este dado torna-se mais significativo para o Ginásio e para o Pré-Normal e o Normal, que possuem mais de 44% de seus alunos com pais nesta categoria.

Como já observado, embora estes últimos quadros coloquem-se como referenciais para reflexões e sugiram investigações, é visível que carregam “distorções”. E estas mostram-se, ainda, mais acentuadas com relação à classificação de duas das profissões mais frequentes entre os pais dos alunos da Escola “Carlos Gomes”: a dos ferroviários e a dos funcionários públicos. Para elas, é possível pensar que a maioria poderia se incluir nesta ou naquela classificação; mas a consideração de que estas “profissões” incluíam funções

distintas, em suas exigências de domínio de saberes escolarizados, sugeriu um último quadro. Nele, os ferroviários⁷³ e os funcionários públicos deixaram a categoria X e foram todos incluídos na categoria B. Em outras palavras, estes pais foram deslocados de uma situação para outra.

E todo o quadro delineado a partir da profissão dos pais e da escolaridade dos alunos, bem como as inferências que a partir deles se retirou, são alterados, como aparece a seguir.

Tabela 45..Livros de Matrícula
Profissões dos Pais – Classificação por “Escolaridade”

	A	B INCLUINDO FERROVIÁRIOS E FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	X EXCLUINDO FERROVIÁRIOS E FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	TOTAL
PRIMÁRIO FEMININO E MISTO	274	1395	677	2346
PRIMÁRIO MASCULINO	293	879	354	1526
GINÁSIO	54	225	100	379
PRÉ-NORMAL NORMAL	36	180	76	292

Com os mesmos dados, em percentuais, temos o seguinte:

Tabela 46. Livros de Matrícula
Profissões dos Pais – Classificação por “Escolaridade” – em %

	A	B	X	TOTAL
PRIMÁRIO FEMININO E MISTO	11,68	59,46	28,86	100,00%
PRIMÁRIO MASCULINO	19,20	57,60	23,20	100,00%
GINÁSIO	14,25	59,37	26,38	100,00%
PRÉ-NORMAL NORMAL	12,33	61,64	26,03	100,00%

⁷³ Em seu trabalho - Expansão capitalista e ensino profissional – Marluce Medeiros aponta que os ferroviários, no início do processo de sua constituição como categoria profissional, foram alvo de programas de instrução e de ensino profissionalizante. Embora tais programas não abarcassem

É certo que a escolaridade dos pais dos alunos se encontrava em algum “ponto” entre os extremos apontados pelos últimos quatro quadros. De qualquer modo, a frequência de alunos da categoria X entre os alunos do Ginásio e, sobretudo, do Pré-Normal e do Normal, indicam que a Escola “Carlos Gomes” deva ter-se constituído, efetivamente, aos olhos sobretudo das famílias de seus alunos, mas não apenas delas, numa instituição promotora de uma efetiva “igualdade de oportunidades” e, também, “niveladora” das diferenças sociais, o que não se contrapõe à de instituição “reprodutora”⁷⁴ ou “legitimadora” das desigualdades. A partir daí, é possível sugerir que a visibilidade e a imagem da escola podem ser redimensionadas a partir de um outro tipo de referencial, qual seja, o de garantir uma certa “igualdade de oportunidades” a segmentos sociais tão diferentes e, ao mesmo tempo, de possibilitar aos menos favorecidos ou mais pobres alguma ascensão social

Embora este tipo de questão remeta a outras investigações e reflexões, é possível que, dentro de uma certa perspectiva, no que diz respeito à “capacidade” de “integração” de diferentes categorias sócio-econômicas e culturais, a Escola “Carlos Gomes” se constituísse num bom exemplo, não apenas para as demais escolas, mas também para o conjunto das instituições do município. E a imponência de seu prédio, sua localização e os movimentos dos estudantes que em torno dela gravitavam deviam, também, dar visibilidade a isto, fazendo da Escola “Carlos Gomes” um emblema de muitos ideais de Educação.

diretamente toda a categoria profissional, de alguma forma a singularizavam no universo dos trabalhadores (MEDEIROS, 1987)

⁷⁴ O que remete às questões tratadas em BORDIEU, 2002.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que resultou neste trabalho iniciou-se com o objetivo de tratar a trajetória da Escola “Carlos Gomes”, ao longo do Estado Novo, a partir da documentação presente no seu Arquivo Histórico. A proposta era de perscrutar a trajetória de uma instituição modelar, formadora de educadores, num contexto em que se invocava e se recolhia, nos repertórios das instituições sociais, energias que alimentassem e referenciais que integrassem um projeto de Nação.

As imagens recorrentes da escola sugeriam, sobretudo, reverência. Plantada de diversas formas no coração do município, a escola ainda se impõe; e, por algum motivo, parece envolver num certo enlevo os que se ocupam com suas memórias.

Por outro lado, o nível de expectativas em relação à Educação, associadas à conjuntura em que o País vivia, indicavam a possibilidade de visualizar, com relativa nitidez, a trajetória da instituição, e, ao mesmo tempo, observar suas articulações - em consonância ou em descompasso - com as orientações do Estado Novo.

A riqueza e diversidade da documentação contida no Arquivo Histórico da Escola “Carlos Gomes”, ao mesmo tempo que sugeriam um número cada vez maior de questões e de possibilidades de tratamento delas, também recomendavam novos redimensionamentos do objeto da pesquisa. Isto resultou num estudo dos perfis e trajetórias dos alunos, ao longo dos diferentes níveis de ensino da escola, a partir dos referenciais postos por seus livros de registro, sobretudo pelos Livros de Matrícula.

Com isto, foi possível o tratamento de uma documentação que permitia vislumbrar a história da escola numa certa continuidade. No entanto, o tratamento das informações constantes no Livros de Matrícula também registrava, no interior da instituição modelar, marcas da repetência e da evasão, sinais de “falha” e “fracasso”.

Mas onde estaria a escola exemplar de que “fala” uma certa memória, difusa e recorrente entre os nascidos em Campinas, talvez até a década de 1940? Esta memória afirma, e “todos sabem”, que os alunos “daquela época” eram alunos que se esforçavam mais, que aprendiam mais. Desnecessário insinuar que as memórias falam de alunos mais maduros, e que a escola “ensinava mais”. Pois, de fato, eles deveriam ser mais maduros; e num duplo sentido. Eram mais velhos pela maior idade biológica; e, talvez, a menor

expectativa de vida os “convocasse” para a vida adulta mais cedo. Além disto, os alunos dos quais se fala deveriam “aprender mais”, pois não apenas eram mais maduros como também eram os que “sobreviviam” à via escolar.

E é exatamente desta escola que fala a imagem da tradição: a escola produzida por uma memória seletiva, que elide as marcas da falha e do fracasso.

No entanto, neste aspecto particular, cabe perguntar se não estaria ocorrendo um outro quiproquó, quando se afirma que os alunos de hoje - em comparação com os daquela época - são mais “infantis” e menos maduros, sendo que inclusive pela idade biológica, num certo sentido, devam ser. Em outras palavras, isto coloca a questão de saber em que medida as imagens do passado não estariam modelando as expectativas postas, em diversos aspectos, em relação aos alunos de hoje⁷⁵ e servindo de referência para elas. E a invocação de um passado apenas de “glória”, que elide os que “falharam” ou “fracassaram” parece legitimar uma certa visão de que os estudantes de hoje não são “tão” estudantes, exatamente por não corresponderem ao que se espera do estudante, que é ser “como” os “daquela época”.

Por outro lado, se os alunos que permaneciam na escola o faziam por conseguirem, de alguma forma, “acompanhar” suas exigências, e se a escola parecia ter suas turmas sempre cheias, talvez devido a uma permanente demanda por suas vagas, então talvez também possa-se insinuar que a aura do prestígio da instituição era “suportada”, sobretudo, por seus alunos, que se desdobravam em esforços - nem sempre bem sucedidos - para permanecerem na via escolar. E que isto devia ter feito parte de uma certa ordem parece confirmar a imagem reverenciada da escola, na qual aparece em destaque o “fato” de que seus professores eram “rigorosos”.

E isto remete a outras questões. Por quais motivos aqueles alunos ainda são lembrados: pelos motivos que nós lhes atribuímos hoje ou pelos motivos pelos quais eram reconhecidos no passado? Mais um quiproquó da memória?

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, o encontro da produção estatística educacional recolocou questões e ofereceu referenciais de outra natureza, permitindo um redimensionamento da posição da Escola “Carlos Gomes” junto ao sistema de ensino do

⁷⁵ Neste aspecto, é possível supor que um estudo comparativo entre os “conteúdos” dos livros didáticos daquele período e os de hoje, utilizados nas mesmas séries, tomando em conta as diferenças de idade entre os alunos, talvez possa trazer algumas surpresas.

País. A partir daí, revelou-se uma escola da qual não estavam “ausentes” a evasão e a retenção, mas que, a despeito disto, deveria ser vista como um bom exemplo, devido, entre outros motivos, a um maior “ajustamento” entre as idades e as séries dos alunos.

Para além disto, a documentação permitiu visualizar uma certa movimentação dos alunos, decorrente da mudança de cidades, tendo em vista cursar a Escola “Carlos Gomes”. Com isto, foi possível também verificar outras continuidades e descontinuidades no perfil e na trajetória dos alunos.

O levantamento das profissões dos pais dos alunos, junto aos Livros de Matrícula possibilitou observar um certo entorno social da escola, destacando aspectos que assinalam um processo de crescimento econômico num momento em que a presença do Estado mostrava-se acentuada. Isto sugeriu que a escola respirava os ares da “prosperidade” do município.

O tratamento dos dados relativos aos pais dos alunos possibilitou visualizar que os “sucessos” e “fracassos” destes possuíam alguma relação com a situação profissional daqueles, a qual se presumiu correlacionada a uma situação sócio-cultural. Aqui, foi possível observar sinais de que, se o fracasso deste ou daquele aluno não eram necessários, por outro lado, havia motivos para que fracassos em geral se incluíssem numa certa “ordem” escolar que guardava uma relação com o perfil sócio-cultural dos pais dos alunos.

A partir de um tratamento da produção estatística nacional, foi possível delinear alguns aspectos da Educação do período, e, sobretudo, de um projeto de reforma educacional diferenciado, que privilegiava os problemas de gestão e financiamento do sistema público de ensino. O tratamento cuidadoso dos dados relativos ao ensino, tal como empreendido por Teixeira de Freitas, ao mesmo tempo em que revelavam marcas acentuadas de pobreza e de falta de escolas no País, desdobrava-se em propostas que alçavam a Educação a um papel privilegiado no processo de constituição e fortalecimento da Nação.

Isto sugeriu uma forma específica de relacionamento entre o Estado e a população através de um projeto que, de inúmeras formas, explicitava-se e alimentava-se por um trabalho e uma produção que reclamavam uma ordenação racional e científica do mundo.

Neste sentido, a produção de saberes e discursos acerca da Educação e da Nação fazia-se não apenas numa visão prospectiva, mas também se voltava à articulação de

segmentos sociais que pudessem fortalecer um determinado projeto político. No trabalho de constituição do Fundo Nacional de Ensino Primário, é possível ver que este projeto não mobilizava apenas discursos - incidia sobre a gestão dos recursos tributários “em mãos” dos titulares dos Poderes Públicos, e, portanto, sobre a forma como governavam. É possível supor, ainda, que isto, em certa medida, fazia da política educacional um instrumento privilegiado e incisivo de um projeto mais amplo.

Ou seja, de certo modo, a Educação ocupava uma posição privilegiada num trabalho de reordenamento do social a partir de seu tratamento racional e científico, o que parecia refletir não apenas a emergência de uma visão nova do social - esta visão já tinha história -, mas um trabalho de recomposição de articulações sociais específicas relacionadas ao financiamento do ensino, à utilização das verbas públicas, ao papel do Estado etc. E este trabalho, que emerge a partir das possibilidades postas pela Revolução de 30, parece desenvolver-se na medida em que o Governo Federal ganha desenvoltura em sua obra racional, científica e centralizadora de ordenação da Nação.

A partir daí, foi possível retomar, na Educação, a visão do Governo Vargas enquanto caudatário de uma certa tradição positivista, que previa uma forma específica de articulação entre Governo e a sociedade. E, nesta articulação, novamente, parece despontar a responsabilidade que o Governo se atribuía no que diz respeito à previdência.

A perspectiva adotada neste trabalho parece ter resultado num certo equilíbrio entre problemas apenas sugeridos e enunciados quando muito provisórios. Alguns referenciais relativos à escola, em particular, e ao Estado Novo e à Educação, em geral, já estavam dados por uma rica bibliografia; isto simplificou o trabalho de articular a massa das informações colhidas na documentação do Arquivo. Num certo sentido, a pesquisa se resguardou nas fontes, esquivando-se do cotejo cuidadoso com os trabalhos utilizados como referências. Tal empreitada exigiria um esforço, tanto do ponto de vista teórico quanto no que diz respeito ao rastreamento das informações empíricas, para além das possibilidades da pesquisa. Por outro lado, o tratamento da documentação do Arquivo tornou o encontro de informações uma experiência por demais envolvente, o que, em vários momentos, fez o pesquisador considerar alguns aprendizados pessoais como “descobertas” relevantes.



Imagem 8. Fachada da Escola Estadual "Carlos Gomes", observada de outro ângulo

O contato mais próximo com a documentação do Arquivo e com sua Biblioteca Histórica, num certo sentido, enformou, teoricamente, o trabalho, recolocando mesmo o pesquisador no seu “devido lugar”. As centenas de documentos e os milhares de livros testemunham um trabalho persistente e secular, não apenas de produção material, mas também de representações relativas ao Ensino, à Educação, à Sociedade e à Nação que, legitimamente, parecem dignos de alguma reverência. E isto parece ainda mais relevante, sobretudo, por uma aparente impossibilidade da Educação, inclusive nos dias de hoje, de resolver ou sequer se libertar de algumas questões que já se insinuavam no século XIX, e de resolver impasses que já eram vistos com discernimento, no período tratado pela pesquisa.

Deste modo, a reserva na recorrência aos quadros mais gerais - embora eles nunca tenham se afastado - pareceu uma opção metodológica produtiva, pois permitiu observar a presença de alguns “enredos” que só poderiam ser entendidos a partir dos referenciais dos que os viveram. Embora a investigação histórica sempre projete algum olhar sobre o passado e este sempre seja um olhar específico, o reconhecimento de que a história foi vivida com referenciais distintos não é nenhuma concessão “benevolente” - é uma exigência metodológica. A história também pertence aos que a viveram. E o esforço em não ouvir - ou a impossibilidade de ouvir - as vozes do passado, talvez enquadre a produção de discursos sobre ele num solitário universo de ecos.

O que parece verdadeiro é que muitos dos livros guardados na Biblioteca do Arquivo Histórico da Escola “Carlos Gomes” - alguns talvez esquecidos - guardam os “melhores projetos” já sonhados e produzidos para a Educação do País. Se restam questões sobre quais são tais livros, a documentação do Arquivo parece oferecer importantes referenciais para reflexão. Neste aspecto, é possível acrescentar que muitas das idéias relativas à reforma da Educação, que circulam nos dias de hoje, provavelmente já estavam postas na década de 1930⁷⁶.

⁷⁶ Embora seja necessário precisar o sentido em que era utilizado, a presença do conceito de sinergia, que parece tão atual, na citação seguinte, talvez ilustre o que aqui se afirma.

Torna-se aqui oportuno citar, como fez Oziel Bordeaux Rêgo, na sua memorável introdução à Estatística Escolar de 1907, as palavras de um dos maiores estadistas brasileiros - João Pandiá Calógeras, na sua obra “Os Jesuítas e o Ensino”: “O início da sabedoria está em conhecer o erro. (...) Esboçam-se apenas, em alguns Estados, as linhas da empresa leiga, andaimes de um edifício ainda por erigir. E essas mesmas tentativas, sem coordenação de região a região, ameaçam quebrar mais um dos laços que prendem as

Isto indica que a Educação tem uma história, e esta é mais do que um passado que se foi. Mas se o passado pode ser, como de fato é, resignificado pelas experiências humanas, por outro lado, ainda que seja incômodo, somos herdeiros dele. O que sugere a necessidade de atentar para imagens e vozes que, algumas vezes, mal podem ser vistas e ouvidas; mas que insinuam que a memória refere-se a mais do que o que pode ser esquecido.

O Arquivo Histórico da Escola “Carlos Gomes” convida a tais reflexões. Frente a nossas indagações, não se recusa a falar, contar, ensinar... Por outro lado, seu silêncio parece nos interpelar, sugerindo que não há boas categorias para classificar o esquecimento.

circunscrições federadas. Em algumas o descaso é quasi absoluto. Cumpre, pois, a bem da permanência e do progresso do instituto republicano, enfeixar os esforços dispersos em um esforço coletivo, sinérgico, fortemente inspirado pelo indispensável advento dum ambiente, intelectual e moral a um tempo, comum ao Brasil inteiro, sem embargo da particularizações inevitáveis, para que, em cada zona, o ensino corresponda às exigências peculiares dela.

Esta obra pedagógica nacional é mister encetar desde já, com intuitos nacionais e não locais, elo e não fermento dispersivo entre os brasileiros.”

Reproduzindo êsses conceitos de um dos nossos homens públicos de maior projeção na história administrativa do país... (TEIXEIRA DE FREITAS in MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1947, p. XXI)

BIBLIOGRAFIA

BOMENY, H. M. B., COSTA, V. M. R., SCHWARTZMAN, S. **Tempos de Capanema**. São Paulo, Editora Paz e Terra S.A., 2000.

BOMENY, Helena. “Cap. 1 – Infidelidades eletivas: intelectuais e política”. In: BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001, p. 11 - 35.

BORDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. 4ª Edição, Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

BOSI, Alfredo. “O Estado Providência”. In: _____. **Dialética da colonização**. 3ª ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

CAMBI, Franco. “Introdução”. In: _____. **História da pedagogia**. São Paulo: Editora Unesp, 1999, pp.21-40.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 5ª edição, Petrópolis, Editora Vozes, 2000.

D’ARAÚJO, Maria Celina. **A Era Vargas**. São Paulo, Editora Moderna, 1997.

HAMILTON, David. “Mudança social e mudança pedagógica: A trajetória de uma pesquisa histórica”. In: **Teoria & Educação nº 6**. Porto Alegre, Pannonica Editora, 1992.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: Leituras**. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2005.

HOCHMAN, Gilberto, “Cap. 6 – A saúde pública em tempos de Capanema: continuidades e inovações”. In: BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001, p. 127 – 151.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia - Regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1994.

IANNI, Octavio. “Cap. II. Política Econômica Nacionalista (1930-1945)”. In IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1971, p. 13-71.

LAMOUNIER, Bolívar. **Getúlio**. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1988.

LONDRES, Cecília. “Cap. 4 – A invenção do patrimônio e a memória nacional”. In BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001, p. 85 – 101.

MEDEIROS, Marluce. **Expansão capitalista e ensino industrial**. Rio de Janeiro, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, 1987.

MENEZES, Maria Cristina. “Rememoro: um ato de repensar a educação” In: MENEZES, Maria Cristina. **Educação, Memória, História – Possibilidades, Leituras**. Campinas, Mercado das Letras, 2004.

_____. **Inventário das Fontes Documentais da Escola Estadual “Carlos Gomes”**. (No prelo).

MENEZES, Maria Cristina; PINHEIRO, Maria de Lourdes; SILVA, Eva Cristina Leite da; TEIXEIRA JUNIOR, Oscar. “EE “Carlos Gomes”; 100 anos de história”. In: **Jornal da Subsele Campinas – Apeoesp – Vol. I**, 2003.

MONARCHA, Carlos, “A Escola Normal da Praça à sombra da racionalização”. In **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas, Editora da Unicamp, 1999, pp. 289-341.

NASCIMENTO, Terezinha A. Quaiotti Ribeiro do. “A formação do professor primário no Estado de São Paulo: a Escola Normal de Campinas”. In NASCIMENTO, Terezinha A. Quaiotti Ribeiro do, et al. **Memória da Educação – Campinas (1850-1960)**. Campinas, Editora da Unicamp, 1999, pp. 57-101.

NAVES, Santuza, “Cap. 8 – Bachianas brasileiras nº 7: de Heitor Villa-Lobos para Gustavo Capanema”. In BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001, p. 183 – 200.

NUNES, Clarice, “Cap. 5 – As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas”. In BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001, p. 103 – 125.

_____, “Saberes e poderes”. In NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira: A Poesia da Ação**. Bragança Paulista, SP, EDUSF, 2000, p. 345-407.

Ó, Jorge Ramos. **O governo dos escolares – Uma aproximação teórica às perspectivas de Michel Foucault**. Lisboa, EDUCA, 2001.

OLIVEIRA, Lucia Lippi, “Cap.2 - O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo”. In BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001, p. 37 - 58.

PEREIRA, Victor Hugo Adler. “Cap. 3 - Os intelectuais, o mercado e o Estado na modernização do teatro brasileiro”. In BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001, p. 59 - 84.

PINHEIRO, Maria de Lourdes. **A Escola Normal de Campinas no período 1920-1936: práticas e representações**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da, **Educação conformada: a política pública da educação (1930-1945)**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1990.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 28ª Edição, Petrópolis, Editora Vozes, 2003.

SILVA, Eva Cristina L. **Os papéis do porão na constituição da cultura escolar: “Escola Normal Carlos Gomes”: 1949-1966**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

SOLA, Lourdes. “O golpe de 37 e o Estado Novo”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo, DIFEL, 1973.

SOUZA, Carlos Roberto de. “Cap. 7 – Cinema em tempos de Capanema”. In: BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001, p. 153 – 182.

TEIXEIRA JÚNIOR, Oscar. **Escola Complementar de Campinas (1903 a 1911): Espaço, culturas e saberes escolares**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982.

_____. **Foucault revoluciona a História**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982.

_____. **O inventário das diferenças**. Lisboa, Gradiva Publicações L.da, 1989

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1978.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Cultura. **As constituições paulistas**. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado S.A., 1991.

AZEVEDO, Leny Cristina Soares Souza. **Escola Normal “Carlos Gomes”: Memória e Formação de Professores (1903-1936)**. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

AZEVEDO, Fernando de. “Idealismo e espírito público (Como eu via Teixeira de Freitas)”. In: _____ **Figuras de meu convívio**. São Paulo, Edições Melhoramentos, 19--), pp. 103-110.

BEISIEGEL, Celso de Rui. “Cap. VIII - Educação e sociedade após 1930”. In: **História Geral da Civilização Brasileira, T. III, 4º Vol.**, São Paulo, DIFEL, 1984.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 1930-1983**. 1º Vol., Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária LTDA, 1984.

_____. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 1930-1983**. 4º Vol., Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária LTDA, 1984.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro Pós 1930**. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.

CABRAL, Severino. “O legado de Teixeira de Freitas”. In: IBGE – CDDI (Centro de Documentação e Disseminação de Informações). **Encontro Comemorativo de Teixeira de Freitas**. Rio de Janeiro, IBGE, 1991, pp.75-76.

CAMPANHOLE, Adriano, CAMPANHOLE, Hilton Lobo (Compilação dos textos, notas, revisão e índices). **Constituições do Brasil**. 4ª Edição, São Paulo, Editora Atlas S.A., 1979.

CARVALHO, Ronald de, “Bases da Nacionalidade Brasileira”. In: CARDOSO, Vicente Licínio. **À margem da história da república**. 3ª ed., Recife, Fundação Joaquim Nabuco & Editora Massangana, 1990 (1924).

CARVALHO, Marta M. Chagas de. **A escola e a república**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.

CUNHA, Manoel Antônio Soares da. “Teixeira de Freitas: educação e municipalização”. In: IBGE – CDDI (Centro de Documentação e Disseminação de Informações). **Encontro Comemorativo de Teixeira de Freitas**. Rio de Janeiro, IBGE, 1991, pp.53-60.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto N. 5.391 de 18 de Fevereiro de 1932. **Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo 1932**. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1937.

_____. Circular N. 43, **Diário Oficial do Estado de São Paulo (E. U. do Brasil)**. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 28 de Outubro de 1937, pp. 14/5.

_____. Decreto-Lei N. 13.440 de 30 de Junho de 1943. **Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo 1943**. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1948.

_____. Decreto-Lei 13.543 de 9 de setembro de 1943. **Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo, 1943**. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1948.

_____. Decreto-Lei nº 14.002, de 25 de maio de 1944. **Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo, 1943**. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1949.

GALVÃO, Wellman. **Centenária História da Escola do Largo das Andorinhas**. Campinas, Edição do Autor, 2003.

GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Decreto N.º 24.609, 6 de julho de 1934.

_____. **Convenção Nacional de Estatística. 11 de agosto de 1936**.

_____. **Decreto N.º 1.022, 11 de agosto de 1936**.

HAMBLOCH, Ernest. **Sua majestade o presidente do Brasil – Um estudo do Brasil constitucional (1889-1934)**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981 (1936).

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. **Introdução ao estudo da Escola Nova**. 1ª ed., São Paulo, Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1929.

_____. **Introdução ao estudo da Escola Nova**. 12ª ed., São Paulo, Edições Melhoramentos & Fundação Nacional de Material Escolar, 1978 (1929).

_____. Homenagem a Teixeira de Freitas. In: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Vol. XXIX, N.º 69, Rio de Janeiro, janeiro-março 1958.

_____. A Pedagogia de Rui. In: _____. **A Pedagogia de Rui Barbosa**. Edições Melhoramentos, 1954.

LOURENÇO FILHO, Ruy. “Teixeira de Freitas e a Associação Brasileira de Educação”. In: CDDI (Centro de Documentação e Disseminação de Informações). **Encontro Comemorativo de Teixeira de Freitas**. Rio de Janeiro, IBGE, 1991, pp.21-29.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **O Ensino no Brasil em 1936**. Rio de Janeiro, I. B. G. E., 1942.

_____, Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **O Ensino no Brasil em 1937**, Rio de Janeiro, I. B. G. E., 1943.

_____. Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **O Ensino no Brasil em 1938**. Rio de Janeiro, I. B. G. E., 1943.

_____. Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **O Ensino no Brasil em 1939**. Rio de Janeiro, I. B. G. E., 1945.

_____. Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **O Ensino no Brasil em 1940**. Rio de Janeiro, I. B. G. E., 1945.

_____. Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **O Ensino no Brasil em 1941**. Rio de Janeiro, I. B. G. E., 1946.

_____. Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **O Ensino no Brasil em 1942**. Rio de Janeiro, I. B. G. E., 1947.

_____. Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **O Ensino no Brasil em 1943**. Rio de Janeiro, I. B. G. E., 1948.

_____. Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **O Ensino no Brasil em 1944**. Rio de Janeiro, I. B. G. E., 1949.

_____. Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **O Ensino no Brasil em 1945**. Rio de Janeiro, I. B. G. E., 1950.

REIS FILHO, A Meirelles. “Apresentação da Minuta do Código de Educação ao Interventor Federal no Estado de São Paulo, Gal Valdomiro Castilho de Lima”. In **Revista de Educação**, Vol. II, Nº 2, Departamento de Educação do Estado de São Paulo, S. Paulo, junho de 1933, p. 136.

REIS FILHO, Casemiro. **Índice básico da legislação do ensino paulista, 1890-1945**. Campinas, Gráf./FE, Gráf. Central/UNICAMP, 1998.

SANTOS, Wagner Paulo dos. **Escola Normal - A Andorinha do amor**. Campinas, MHG Gráfica e Editora LTDA, 2003.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE PÚBLICA. Código de Educação. **Revista de Educação**. Vol. II, Nº 2, Departamento de Educação do Estado de São Paulo, S. Paulo, junho de 1933, p. 138 - 309.

TEIXEIRA DE FREITAS, Mário Augusto. **O que dizem os números sobre o ensino primário**. São Paulo, Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1937.

_____. Instituto Nacional de Estatística, (Discurso proferido em 29 de maio de 1936). In: IBGE – CDDI (Centro de Documentação e Disseminação de Informações). **Teixeira de Freitas: pensamento e ação**. Rio de Janeiro, IBGE, 1992, pp.101-110.

_____. “Os cinco últimos septênios da evolução estatística brasileira” (Entrevista concedida em 29 de maio de 1943). In: IBGE – CDDI (Centro de Documentação e Disseminação de Informações). **Teixeira de Freitas: pensamento e ação**. Rio de Janeiro, IBGE, 1992, pp. 111-128.

_____. “Formação do Homem Brasileiro como Trabalhador e Cidadão da Democracia”. In: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Vol. VII, N.º 20, Rio de Janeiro, fevereiro 1946.

VALVERDE, Orlando. “Improvisações em torno de Teixeira de Freitas”. In IBGE – CDDI (Centro de Documentação e Disseminação de Informações). **Encontro Comemorativo de Teixeira de Freitas**. Rio de Janeiro, IBGE, 1991, pp. 46-50.

VARGAS, Getúlio. “O Instituto Nacional de Geografia e Estatística”. In: A Nova Política do Brasil - V. O Estado Novo, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, p. 227.

DOCUMENTOS MANUSCRITOS DO ARQUIVO HISTÓRICO DA ESCOLA NORMAL “CARLOS GOMES”:

Livro de Matrícula do Curso Primário anexo à Escola Normal “Carlos Gomes” - 1935 a 1938

Livro de Matrícula do Curso Primário anexo à Escola Normal “Carlos Gomes” - 1937 a 1940

Livro de Matrícula do Curso Primário anexo à Escola Normal “Carlos Gomes” - 1938 a 1940

Livro de Matrícula do Curso Primário anexo à Escola Normal “Carlos Gomes” - 1941 a 1946

Livro de Matrícula do Curso Primário anexo à Escola Normal “Carlos Gomes” - 1941 a 1948

Livro de Matrícula do Curso Ginásial da Escola Normal “Carlos Gomes” - 1935 a 1937

Livro de Matrícula do Curso Ginásial da Escola Normal “Carlos Gomes” - 1938 a 1939

Livros de Matrícula do Curso Ginásial da Escola Normal “Carlos Gomes” - 1943

Livro de Matrícula do Curso Ginásial da Escola Normal “Carlos Gomes” - 1944

Livro de Matrícula do Curso Ginásial da Escola Normal “Carlos Gomes” - 1945 a 1948

Livro de Matrícula do Curso Pré-Normal da Escola Normal “Carlos Gomes” - 1944

Livro de Matrícula do Curso Pré-Normal da Escola Normal “Carlos Gomes” - 1945 a 1949

Livro de Matrícula do Curso Normal da Escola Normal “Carlos Gomes” - 1945 a 1947

Livros de Registro de Chamada dos Alunos do Curso Primário anexo à Escola Normal “Carlos Gomes” - 1935 a 1937

Livros de Registro de Chamada das Alunos do Curso Primário anexo à Escola Normal “Carlos Gomes” - 1935 a 1938

Livros de Registro de Chamada dos Alunos do Curso Primário anexo à Escola Normal “Carlos Gomes” - 1936 a 1938

Livros de Registro de Chamada dos Alunos do Curso Primário anexo à Escola Normal “Carlos Gomes” - 1937 a 1939

Livro de Registro de Chamada dos Alunos do Curso Primário anexo à Escola Normal “Carlos Gomes” - 1938 a 1940

Livro de Registro de Chamada das Alunos do Curso Primário anexo à Escola Normal “Carlos Gomes” - 1938

Livro de Registro de Chamada das Alunos do Curso Primário anexo à Escola Normal “Carlos Gomes” - 1939

Livro de Registro de Chamada dos Alunos do Curso Primário anexo à Escola Normal “Carlos Gomes” - 1939 a 1940

Livro de Registro de Chamada dos Alunos do Curso Primário anexo à Escola Normal “Carlos Gomes” - 1939 a 1942

Livros de Registro de Chamada dos Alunos do Curso Primário anexo à Escola Normal “Carlos Gomes” - 1940 a 1942

Livro de Registro de Chamada dos Alunos do Curso Primário anexo à Escola Normal “Carlos Gomes” - 1941 a 1944

Livro de Registro de Chamada dos Alunos do Curso Primário anexo à Escola Normal “Carlos Gomes” - 1942 a 1944

Livro de Registro de Chamada dos Alunos do Curso Primário anexo à Escola Normal “Carlos Gomes” - 1943 a 1945

Livro de Termos dos Exames Finais dos Alunos do Curso Primário anexo à Escola Normal “Carlos Gomes” - 1935 a 1941

Livro de Termos dos Exames Finais dos Alunos do Curso Primário anexo à Escola Normal “Carlos Gomes” - 1942 a 1950

Livro de Inscrição para os Exames de Admissão à 1ª Série do Curso Ginásial da Escola Normal “Carlos Gomes” - 1936 a 1954

Livro de Atas das Notas dos Exames de Admissão à 1ª série do Curso Ginásial da Escola Normal “Carlos Gomes” - 1936 a 1940

Livro de Atas dos Exames Finais do Curso Ginásial da Escola Normal “Carlos Gomes” - 1936 a 1940

Livro de Inscrição para Exames de 2ª Época dos Alunos do Curso Ginásial da Escola Normal “Carlos Gomes” - 1936 a 1956

Livro de Inscrição para os Exames Vestibulares e Exames de 2ª Época do Curso Normal da Escola Normal “Carlos Gomes” - 1940 a 1957

Livro de Atas dos Exames Vestibulares e de Promoção do Curso Normal da Escola Normal “Carlos Gomes” - 1940 a 1946

APÊNDICE A

Tabela 47. Livros de Termos dos Exames - Quadro Escolar – Primário – “Carlos Gomes”
Número de Turmas / Série / Gênero

		1937		1938		1939		1940		1941		1942			1943			1944			1945		
		MASC	FEM.	MASC.	FEM.	MASC	FEM.	MASC	FEM.	MASC	FEM.	MAS	FEM.	MIST	MAS	FEM.	MIST	MAS	FEM.	MIST	MASC	FEM.	MISTO
1º ANO	TURMAS	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	
	ALUNOS	46	39	40	39	38	38	38	40	39	57	33	33	36	37	31		33	35	35	44	30	
2º ANO	TURMAS	1	2	1	2	2	2	1	2	1	2	1	2		1	2		1	2		1	1	
	ALUNOS	40	67	42	67	64	72	43	60	41	71	40	68		41	60		34	64		43	37	
3º ANO	TURMAS	1	2	1	2	1	1	2	2	1	2	1	2		1	2		1	2		1	1	
	ALUNOS	41	73	37	73	38	40	70	63	44	58	38	77		39	63		42	77		31	37	
4º ANO	TURMAS	1	2	1	2	1	2	1	1	1	2	1	1	1	1	2		1	2		1	1	
	ALUNOS	39	73	35	73	36	66	37	43	39	61	35	30	30	32	69		30	57		33	40	
SUB-TOTAL ALUNOS		166	252	154	252	176	216	188	206	163	247	146	208	30	149	223		139	233	35	151	144	
TOTAL ALUNOS		418		406		392		394		410		384			372			407			295		

APÊNDICE B

Tabela 48. Livros de Matrícula - Curso Primário Feminino – Escola “Carlos Gomes” - Alunos Por Idade Por Série

SÉRIE/ANO	IDADE (em anos)													SEM DATA DE NASC.	TOTAL		
	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18				
1º FEM. 1937		13	24	4													41
1º FEM. 1938		6	26	5	2												39
1º FEM. 1939		4	32	4	1												41
1º FEM. 1940		5	34	3													42
1º A FEM. 1941		2	23	4	3												32
1º B FEM. 1941		5	14	8	3	1										1	32
1º FEM. 1942		1	29	4												1	35
1º Misto 1942	Alunos	2	6	1	1	1											11
	Alunas	9	16														25
1º FEM. 1943		3	21	7	4	1											36
1º FEM. 1944		16	15	5	1									1			38
1º Misto 1944	Alunos	10	5														15
	Alunas	1	15		2	1	1									1	20
1º A FEM. 1945		14	19	1													34
1º Misto 1945	Alunos	1	5	7													13
	Alunas		4	7	2												13
2º FEM. 1937			8	11	13	3	1										36
2º B FEM. 1937			2	23	9	11											45
2º A FEM. 1938			3	9	9	2	2	1									26
2º B FEM. 1938			7	19	4												30
2º A FEM. 1939			7	23	7	4											41
2º B FEM. 1939			9	17	10	1											37
2º FEM. A 1940			3	19	9	2											33
2º FEM. B 1940			5	16	7	3	1										32
2º A FEM. 1941			4	24	10	2	1									1	42
2º B FEM. 1941			5	18	9	2	1									2	37
2º A FEM. 1942			5	19	9	2	1										36
2º B FEM. 1942			4	22	8	1											35
2º A FEM. 1943		1	8	22	2	1											34
2º B FEM. 1943			3	18	7	1	2										31
2º A FEM. 1944			5	18	10	2											35
2º B FEM. 1944			9	13	5	3	2										32
2º A FEM. 1945			15	13	4												32
2º B FEM. 1945 ⁷⁷			4	10	3	4										1	22
3º A FEM. 1937				6	15	7	5	3									36
3º B FEM. 1937			1	8	10	13	3	1									36
3º A FEM. 1938				2	9	17	3	2									33
3º B FEM. 1938				3	22	9	1										35
3º FEM. 1939				11	15	6	6	2	1								41
3º A FEM. 1940				8	18	10	2		1								39
3º B FEM. 1940				2	17	6	5										30
3º A FEM. 1941				2	13	13	3										31
3º B FEM. 1941				8	14	4	4			1							30

⁷⁷ O 2º Ano B Fem. de 1945 não consta do Livro de Termos dos Exames do Curso Primário.

Tabela 48. Livros De Matrícula - Curso Primário Feminino – Escola “Carlos Gomes” - Alunos Por Idade Por Série (CONTINUAÇÃO)

SÉRIE/ANO	IDADE (em anos)														SEM DATA DE NASC.	TOTAL
	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18			
3º A FEM. 1942				6	23	8	3	1								41
3º B FEM. 1942				3	16	14	4	1								38
3º A FEM. 1943				5	14	9	2	2								32
3º B FEM. 1943			1	5	17	6	4	1								34
3º FEM. 1944 ⁷⁸		1		11	21	4	2									39
3º A FEM. 1945 ⁷⁹			1	3	18	12	2								1	37
3º B FEM. 1945				9	12	3	3	4								31
4º A FEM. 1937				1	10	9	14	4	1							39
4º B FEM. 1937					3	19	8	8	1							39
4º A FEM. 1938					5	19	13	3								40
4º B FEM. 1938					8	14	8	7								39
4º A FEM. 1939					4	10	16	3	2							35
4º B FEM. 1939					11	20	9									40
4º FEM. 1940					11	22	6	6	2							47
4º A FEM. 1941					7	20	8	1								36
4º B FEM. 1941					5	20	7	4								36
4º A Misto 1942	Alunos				2	4	1									7
	Alunas				3	12	12	1								28
4º B FEM. 1942					6	15	3	5				1				30
4º A FEM. 1943					5	19	8	5								37
4º B FEM. 1943					6	19	10	3								38
4º A FEM. 1944					4	17	10	2	2							35
4º B FEM. 1944					6	16	7	3								32
4º A FEM. 1945					4	15	10	1							1	31
4º B FEM. 1945 ⁸⁰					9	18	3	1							1	32

⁷⁸ No Livro de Termos de Exames Finais do Curso Primário consta mais uma turma de 3º Ano Feminino.

⁷⁹ As turmas 3º B Fem. de 1945 e 4º B Fem. do mesmo ano constam do Livro de Termos de Exames Finais do Curso Primário como uma única classe sob regência da Prof^a. Marina Vilela de Toledo. O fato de contarem cada uma, neste livro, com apenas 18 alunas, sugere que as classes teriam sido “fundidas”, formando uma classe “bisseriada”. Das 18 alunas deste 4º ano, 12 foram “conservadas”.

⁸⁰ Vide Nota anterior.

Tabela 49. Livros de Matrícula - Curso Primário Masculino - Alunos por Idade por Série

SÉRIE/ANO	IDADE (em anos)														SEM DATA DE NASC.	TOTAL		
	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18					
1º MASC. 1937		4	28	10	3													45
1º MASC. 1938 ⁸¹		36	6	2	1													45
1º MASC. 1941		4	25	8	4		1											42
1º MASC. 1942		3	25	6	2													36
1º MASC. 1943		6	26	5	1													38
1º MASC. 1944		2	24	7	1													34
1º MASC. 1945		14	18	3														35
2º MASC. 1937			7	18	16	3												44
2º MASC. 1938		1	23	15	6	1												46
2º MASC. 1939			1	11	17	6	1											36
2º MASC. 1939			8	23	6		1											38
2º MASC. 1941			4	22	11	2	2		1									42
2º MASC. 1942			6	21	9	4		1										41
2º MASC. 1943			4	27	9	3	1											44
2º MASC. 1944			9	20	5	1	1	1										37
2º MASC. 1945			11	24	7	2												44
3º MASC. 1937				4	9	14	9	3										39
3º MASC. 1938			3	17	10	5	3											38
3º MASC. 1939				7	19	9	4	1										40
3º MASC. 1941				7	18	13	4											42
3º MASC. 1942			1	8	15	10	5	1										40
3º MASC. 1943				5	17	16	2	1	2									43
3º MASC. 1944				9	20	5	1	1	1									44
3º MASC. 1945				10	14	8	3	1										36
4º MASC. 1937					3	17	15	3	6									44
4º MASC. 1938				3	12	10	5	3										33
4º MASC. 1939					4	23	10	3	1									41
4º MASC. 1941				1	9	21	11	3										45
4º MASC. 1942					8	10	10	7										35
4º MASC. 1943				1	4	16	13	2	1									37
4º MASC. 1944				7	13	11	2		1									34
4º MASC. 1945				1	6	19	8	1	1									36

⁸¹ Idade na inscrição.

Tabela 50. Livros de Matrícula - Curso Ginásial - Alunos por Idade por Série

SÉRIE/ANO	IDADE (em anos)													SEM DATA DE NASC.	TOTAL		
	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23				
1º FEM. 1937	2	13	15	15	5												50
1º FEM 1937	4	8	22	11	4		1										50
1º A FEM. 1938	2	10	12	13	7	3	2										49
1º B FEM. 1938	3	10	17	10	6	3	1										50
1º FEM. 1939	5	14	5	4	6	3											37
1º B 1939	Alunos		4	4	1	1	3										13
	Alunas	1	7	11	4	1		1									25
1º FEM. 1943	2	4	15	11	6	2											40
1º B 1943	Alunos		7	4	4	4	1										20
	Alunas	2	9	7	1												19
1º C FEM. 1943	5	15	10	6	3	1											40
1º A FEM. 1945	2	18	10	6	4												40
1º B 1945	Alunos		5	4	4	5											18
	Alunas		7	8	2	2											19
2º A FEM. 1937			10	14	14	10	2		1								51
2º B 1937	Alunos			3	3	5	2	2	1								16
	Alunas		1	9	11	8	4	2									35
2º A FEM. 1938		3	8	23	13	15	2	1									56
2º 1938	Alunos			2	1	1	5	2	2	1							14
	Alunas		3	7	13	8	4	1	2								38
2º A FEM. 1939		3	7	16	12	8	2	1	1								50
2º B 1939	Alunos			2	1	3	3	2	4	1							16
	Alunas		1	2	4	6	6	3	3	1							26
2º C 1939		1	13	16	9	9	2										50
2º A FEM. 1943		4	10	12	10	5	1	1	1								44
2º B 1943	Alunos		1	1	3	1	1		1						1		9
	Alunas		1	11	8	7	9	1									37
2º A FEM. 1945		5	10	10	8	2	1										36
2º B 1945	Alunos		1	4	5	6	4	2									22
	Alunas			3	2	7			1								13
2º C FEM. 1945	1	9	11	5	6	3	1										36
3º FEM. 1937			1	7	12	6	4	4	1	1			1				37
3º B 1937	Alunos				1	2	6	1	1								11
	Alunas				5	3	8	5	1	3	1						26
3º A FEM. 1938			1	8	11	10	4	4	2	1							41
3º B 1938	Alunos				2	3	2	2	1								10
	Alunas				3	11	8	7	1								30
3º A FEM. 1939			3	10	12	8	5	3	3	1							44
3º B 1939	Alunos			1	5	13	4	3	2								28
	Alunas																
3º FEM. 1943			6	3	19	7	2	3	3	1					1		44
3º B 1943	Alunos				3	3	4	3	3		1						17
	Alunas				4	9	9	3	1						2		27

Tabela 50. Livros De Matrícula - Curso Ginásial - Alunos por Idade por Série
(CONTINUAÇÃO)

SÉRIE/ANO	IDADE (em anos)													SEM DATA DE NASC.	TOTAL		
	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23				
3° A FEM. 1944			3	9	10	10	9	2	2								45
3° B 1944	Alunos			1	5	1	1	1	2								11
	Alunas			10	7	7	8	2									34
3° A FEM. 1945			2	9	15	9	7	3									45
3° B 1945	Alunos			3	5	3	2	1									14
	Alunas			1	4	10	6	7	1	2							31
4° FEM. 1937			1		8	13	5	3	3	3		1					37
4° B 1937	Alunos					5		2									7
	Alunas					2	12	7	4	2		1	1				29
4° A FEM. 1938				2	9	8	7	2	3	1	1		1				34
4° B 1938	Alunos					1	2	5	2								11
	Alunas					1	4	4	6	5	1	2	1				24
4° A FEM. 1939					6	14	11	5	3		1						40
4° B 1939	Alunos			1	2	3	1	1			1						9
	Alunas			2	6	8	5	3	1	2	1	2					30
4° FEM. 1943				2	8	7	8	4	3	1	1						34
4° B 1943	Alunos				2	2	4	2	2								12
	Alunas				6	2	5	4	4								21
4° A FEM. 1944				4	4	15	5	3	4	2							37
4° B 1944	Alunos				2	3	5	1	1								12
	Alunas				3	12	7	1		1							24
4° A FEM. 1945				2	14	5	10	8	2	3	1	1					41
4° B 1945	Alunos				2	7	1	1	1	1							13
	Alunas			1		1	7	7	5	5							26
5° 1937	Alunos						1	2	2	1							6
	Alunas					1	10	9	11	8	10	2	1				52
5° A 1938	Alunos						5			1							6
	Alunas						9	21	10	7	5	2	1				55
5° A FEM. 1939					1	4	10	6	4	4						1	30
5° B 1939	Alunos					1	1	5	1								8
	Alunas					1	6	2	6	6	1	1					23

Tabela 51. Livros de Matrícula - Curso Pré-Normal/Curso Normal - Alunos por Idade Por Série

SÉRIE/ANO	IDADE (em anos)														SEM DATA DE NASC.	TOTAL
	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27 ou mais			
CLASSE A PRÉ-NORMAL (P. N.) 1944		8	6	10	10	2	1	2					1		40	
CLASSE B P. N. 1944	Alunos			2	1	1	4	1	1	2					12	
	Alunas		2	6	4	8	3	2	2				1		28	
CLASSE C P. N. 1944		7	10	6	10	2	2	3						40		
1º A FEM. 1945 P. N.	4	3	16	8	3	4	2							40		
1º B 1945 P. N.	Alunos		3	1		1	1							6		
	Alunas	1	8	5	10	4	2	1	2	1				34		
1º C FEM. 1945 P. N.		5	17	10	3	1	3							39		
1º A FEM. - CURSO NORMAL (C. N.) 1945		8	6	9	10	3	2	2					1	41		
1º B - C. N. 1945	Alunos			2			4			2		1	1	9		
	Alunas		1	2	7	4	6	4	2	2				29		
1º C FEM. - C. N. 1945		2	5	13	6	7	3	1	1					38		

APÊNDICE C

Tabela 52. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 1º Ano Por Idade

	No País 1937	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1937	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1937	No “Carlos Gomes” 1937
De menos de 8 anos	414.071	189.256	163.405	17
De 8 a 11 anos	886.572	336.785	417.387	69
De mais de 11 anos	263.544	74.197	149.695	0
TOTAL	1.564.187	600.238	730.487	86

Tabela 53. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 1º Ano Por Idade
– Em Percentuais

	No País 1937	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1937	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1937	No “Carlos Gomes” 1937
De menos de 8 anos	26,47	31,53	22,37	19,77
De 8 a 11 anos	56,68	56,11	57,14	80,23
De mais de 11 anos	16,85	12,36	20,49	0,00
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Tabela 54. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 2º Ano por Idade

	No País 1937	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1937	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1937	No “Carlos Gomes” 1937
De menos de 8 anos	28.996	16.180	9.893	0
De 8 a 11 anos	363.690	193.859	114.736	124
De mais de 11 anos	190.576	77.909	81.967	1
TOTAL	583.262	287.948	206.596	125

Tabela 55. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 2º Ano por Idade - Em
Percentuais

	No País 1937	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1937	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1937	No “Carlos Gomes” 1937
De menos de 8 anos	4,97	5,62	4,79	0,00
De 8 a 11 anos	62,35	67,32	55,54	99,20
De mais de 11 anos	32,67	27,06	39,67	0,80
TOTAL	99,99	100,00%	100,00%	100,00

Tabela 56. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 3º Ano por Idade

	No País 1937	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1937	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1937	No "Carlos Gomes" 1937
De menos de 8 anos	8.075	2.995	4.183	0
De 8 a 11 anos	166.043	105.606	35.733	87
De mais de 11 anos	190.487	89.244	71.844	24
TOTAL	364.605	197.845	111.760	111

Tabela 57. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 3º Ano por Idade - Em Percentuais

	No País 1937	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1937	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1937	No "Carlos Gomes" 1937
De menos de 8 anos	2,21	1,51	3,74	0,00
De 8 a 11 anos	45,54	53,38	31,97	78,38
De mais de 11 anos	52,24	45,11	64,28	21,62
TOTAL	99,99	100,00%	99,99%	100,00

Tabela 58. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 4º Ano por Idade

	No País 1937	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1937	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1937	No "Carlos Gomes" 1937
De menos de 8 anos	3.514	1.226	1.869	0
De 8 a 11 anos	53.448	43.306	4.317	62
De mais de 11 anos	108.603	84.332	9.494	60
TOTAL	165.565	128.864	15.680	122

Tabela 59. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 4º Ano por Idade - Em Percentuais

	No País 1937	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1937	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1937	No "Carlos Gomes" 1937
De menos de 8 anos	2,12	0,95	11,92	0,00
De 8 a 11 anos	32,28	33,60	27,53	50,82
De mais de 11 anos	65,59	65,44	60,55	49,18
TOTAL	99,99	99,99%	100,00%	100,00

Tabela 60. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 1º Ano por Idade

	No País 1939	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1939	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1939	No “Carlos Gomes” 1939
De menos de 8 anos	406.628	193.236	160.976	11
De 8 a 11 anos	995.007	406.136	460.024	71
De mais de 11 anos	286.975	82.523	165.087	0
TOTAL	1.688.610	681.895	786.087	82

Tabela 61. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 1º Ano por Idade - Em Percentuais

	No País 1939	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1939	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1939	No “Carlos Gomes” 1939
De menos de 8 anos	24,08	28,34	20,48	13,41
De 8 a 11 anos	58,92	59,56	58,52	86,58
De mais de 11 anos	16,99	12,10	21,00	0,00
TOTAL	99,99%	100%	100,00%	99,99

Tabela 62. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 2º Ano por Idade

	No País 1939	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1939	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1939	No “Carlos Gomes” 1939
De menos de 8 anos	46.233	17.844	22.626	0
De 8 a 11 anos	396.659	239.728	111.634	152
De mais de 11 anos	204.585	84.876	89.795	2
TOTAL	647.477	342.448	224.055	154

Tabela 63. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 2º Ano por Idade - Em Percentuais

	No País 1939	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1939	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1939	No “Carlos Gomes” 1939
De menos de 8 anos	7,14	5,21	10,10	0,00
De 8 a 11 anos	61,26	70,00	49,82	98,70
De mais de 11 anos	31,60	24,78	40,08	1,30
TOTAL	100,00	99,99	100,00	100,00

Tabela 64. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 3º Ano por Idade

	No País 1939	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1939	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1939	No "Carlos Gomes" 1939
De menos de 8 anos	25.437	6.751	14.931	0
De 8 a 11 anos	191.003	135.964	36.254	67
De mais de 11 anos	189.862	102.179	62.007	14
TOTAL	406.302	244.894	113.192	81

Tabela 65. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 3º Ano por Idade - em Percentuais

	No País 1939	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1939	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1939	No "Carlos Gomes" 1939
De menos de 8 anos	6,26	2,76	13,19	0,00
De 8 a 11 anos	47,01	55,52	32,03	82,72
De mais de 11 anos	46,73	41,72	54,78	17,28
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

Tabela 66. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 4º Ano por Idade

	No País 1939	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1939	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1939	No "Carlos Gomes" 1939
De menos de 8 anos	8.407	2.301	5.087	0
De 8 a 11 anos	66.565	54.900	6.250	75
De mais de 11 anos	130.876	105.509	12.508	43
TOTAL	205.848	162.710	23.845	118

Tabela 67. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 4º Ano por Idade - em Percentuais

	No País 1939	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1939	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1939	No "Carlos Gomes" 1939
De menos de 8 anos	4,08	1,41	21,33	0,00
De 8 a 11 anos	32,34	33,74	26,21	63,56
De mais de 11 anos	63,58	64,84	52,45	36,44
TOTAL	100,00	99,99	99,99	100,00

Tabela 68. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 1º Ano Por Idade

	No País 1941	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1941	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1941	No "Carlos Gomes" 1941
De menos de 8 anos	426.459	198.618	175.517	11
De 8 a 11 anos	970.511	385.501	458.162	93
De mais de 11 anos	297.292	82.388	174.269	1
TOTAL	1.694.262	666.507	807.948	105

Tabela 69. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 1º Ano Por Idade - em Percentuais

	No País 1941	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1941	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1941	No "Carlos Gomes" 1941
De menos de 8 anos	25,17	29,80	21,72	10,48
De 8 a 11 anos	57,28	57,84	56,71	88,57
De mais de 11 anos	17,55	12,36	21,57	0,95
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00

Tabela 70. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 2º Ano Por Idade

	No País 1941	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1941	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1941	No "Carlos Gomes" 1941
De menos de 8 anos	33.626	15.716	13.877	0
De 8 a 11 anos	415.028	242.155	125.551	113
De mais de 11 anos	229.063	94.693	103.287	5
TOTAL	677.717	352.564	242.715	118

Tabela 71. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 2º Ano Por Idade - em Percentuais

	No País 1941	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1941	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1941	No "Carlos Gomes" 1941
De menos de 8 anos	4,96	4,46	5,72	0,00
De 8 a 11 anos	61,24	68,68	51,73	95,77
De mais de 11 anos	33,80	26,86	42,55	4,24
TOTAL	100,00	100,00	100	100,00

Tabela 72. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 3º Ano Por Idade

	No País 1941	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1941	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1941	No "Carlos Gomes" 1941
De menos de 8 anos	7.109	4.285	2.160	0
De 8 a 11 anos	218.898	143.852	53.080	92
De mais de 11 anos	223.481	119.242	75.669	12
TOTAL	449.488	267.379	130.909	104

Tabela 73. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 3º Ano Por Idade - em Percentuais

	No País 1941	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1941	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1941	No "Carlos Gomes" 1941
De menos de 8 anos	1,58	1,60	1,65	0,00
De 8 a 11 anos	48,70	53,80	40,55	88,46
De mais de 11 anos	49,71	44,60	57,80	11,54
TOTAL	99,99	100,00	100,00	100,00

Tabela 74. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 4º Ano Por Idade

	No País 1941	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1941	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1941	No "Carlos Gomes" 1941
De menos de 8 anos	3.512	2.291	977	0
De 8 a 11 anos	81.389	65.312	9.504	83
De mais de 11 anos	146.514	119.005	13.290	34
TOTAL	231.415	186.608	23.771	117

Tabela 75. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 4º Ano Por Idade - em Percentuais

	No País 1941	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1941	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1941	No "Carlos Gomes" 1941
De menos de 8 anos	1,52	1,23	4,11	0,00
De 8 a 11 anos	35,17	35,00	39,98	70,94
De mais de 11 anos	63,31	63,77	55,91	29,06
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

Tabela 76. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 1º Ano Por Idade

	No País 1943	Nas escolas urbanas das redes federal, estaduais, municipais e particulares 1943	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1943	No "Carlos Gomes" 1943
De menos de 8 anos	424.936	213.708	160.117	9
De 8 a 11 anos	941.145	364.444	456.525	65
De mais de 11 anos	279.756	77.131	165.589	0
TOTAL	1.645.837	655.283	782.231	74

Tabela 77. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 1º Ano Por Idade - em Percentuais

	No País 1943	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1943	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1943	No "Carlos Gomes" 1943
De menos de 8 anos	25,81	32,61	20,47	12,16
De 8 a 11 anos	57,18	55,62	58,36	87,84
De mais de 11 anos	17,00	11,77	21,17	0,00
TOTAL	99,99%	100,00%	100,00%	100,00

Tabela 78. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 2º Ano Por Idade

	No País 1943	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1943	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1943	No "Carlos Gomes" 1943
De menos de 8 anos	21.755	16.486	3.972	1
De 8 a 11 anos	428.201	245.067	133.038	105
De mais de 11 anos	230.225	92.908	105.936	3
TOTAL	680.181	354.461	242.946	109

Tabela 79. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 2º Ano Por Idade - em Percentuais

	No País 1943	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1943	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1943	No "Carlos Gomes" 1943
De menos de 8 anos	3,20	4,65	1,63	0,92
De 8 a 11 anos	62,95	69,14	54,76	96,33
De mais de 11 anos	33,85	26,21	43,60	2,75
TOTAL	100,00	100,00	99,99	100,00

Tabela 80. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 3º Ano Por Idade

	No País 1943	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1943	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1943	No "Carlos Gomes" 1943
De menos de 8 anos	2.270	1.726	431	0
De 8 a 11 anos	223.473	150.145	50.086	95
De mais de 11 anos	233.113	121.177	81.197	14
TOTAL	458.856	273.048	131.714	109

Tabela 81. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 3º Ano Por Idade - em Percentuais

	No País 1943	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1943	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1943	No "Carlos Gomes" 1943
De menos de 8 anos	0,49	0,63	0,33	0,00
De 8 a 11 anos	48,70	54,99	38,03	87,15
De mais de 11 anos	50,80	44,38	61,65	12,84
TOTAL	99,99	100,00	100,01	99,99

Tabela 82. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 4º Ano Por Idade

	No País 1943	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1943	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1943	No "Carlos Gomes" 1943
De menos de 8 anos	256	230	19	0
De 8 a 11 anos	82.044	69.268	6.281	70
De mais de 11 anos	162.319	126.655	17.567	42
TOTAL	244.619	196.153	23.867	112

Tabela 83. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 4º Ano Por Idade - em Percentuais

	No País 1943	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1943	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1943	No "Carlos Gomes" 1943
De menos de 8 anos	0,10	0,12	0,08	0,00
De 8 a 11 anos	33,54	35,31	26,32	62,50
De mais de 11 anos	66,35	64,57	73,60	37,50
TOTAL	99,99	100,00	100,00	100,00

Tabela 84. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 1º Ano Por Idade

	No País 1945	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1945	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1945	No "Carlos Gomes" 1945
De menos de 8 anos	439.433	219.119	167.961	15
De 8 a 11 anos	1.024.579	414.357	484.495	66
De mais de 11 anos	294.453	86.408	170.293	0
TOTAL	1.758.465	719.884	822.749	81

Tabela 85. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 1º Ano Por Idade - em Percentuais

	No País 1945	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1945	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1945	No "Carlos Gomes" 1945
De menos de 8 anos	24,99	30,44	20,41	18,52
De 8 a 11 anos	58,26	57,56	58,89	81,48
De mais de 11 anos	16,74	12,00	20,70	0
TOTAL	99,99	100,00	100,00	100,00

Tabela 86. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 2º Ano Por Idade

	No País 1945	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1945	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1945	No "Carlos Gomes" 1945
De menos de 8 anos	18.949	13.959	3.691	0
De 8 a 11 anos	459.509	273.920	133.972	97
De mais de 11 anos	227.081	97.655	98.966	0
TOTAL	705.539	385.534	236.629	97

Tabela 87. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 2º Ano Por Idade - em Percentuais

	No País 1945	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1945	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1945	No "Carlos Gomes" 1945
De menos de 8 anos	2,68	3,62	1,56	0,00
De 8 a 11 anos	65,13	71,05	56,61	100,00
De mais de 11 anos	32,18	25,33	41,82	0,00
TOTAL	99,99	100,00	99,99	100,00

Tabela 88. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 3º Ano Por Idade

	No País 1945	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1945	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1945	No "Carlos Gomes" 1945
De menos de 8 anos	2.193	1.571	466	0
De 8 a 11 anos	237.278	163.196	49.831	90
De mais de 11 anos	227.503	124.055	74.239	13
TOTAL	466.974	288.822	124.536	103

Tabela 89. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 3º Ano Por Idade - em Percentuais

	No País 1945	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1945	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1945	No "Carlos Gomes" 1945
De menos de 8 anos	0,47	0,54	0,37	0,00
De 8 a 11 anos	50,81	56,50	40,01	87,38
De mais de 11 anos	48,72	42,95	59,61	12,62
TOTAL	100,00	99,99	99,99	100,00

Tabela 90. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 4º Ano Por Idade

	No País 1945	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1945	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1945	No "Carlos Gomes" 1945
De menos de 8 anos	292	225	67	0
De 8 a 11 anos	92.483	78.538	6.295	91
De mais de 11 anos	168.036	132.803	17.175	25
TOTAL	260.811	211.566	23.537	116

Tabela 91. Matrícula Geral - Curso Primário - Alunos do 4º Ano Por Idade - em Percentuais

	No País 1945	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares 1945	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares 1945	No "Carlos Gomes" 1945
De menos de 8 anos	0,11	0,11	0,28	0,00
De 8 a 11 anos	35,46	37,12	26,74	78,45
De mais de 11 anos	64,43	62,77	72,97	21,55
TOTAL	100,00	100,00	99,99	100,00

APÊNDICE D

Tabela 92. O Ensino No Brasil - Curso Primário - Matrícula Geral⁸²
por Série⁸³

		No País	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares
1	1º ano	1.564.187	600.238	730.487
9	2º ano	583.262	287.948	206.596
3	3º ano	364.605	197.845	111.760
7	4º ano	165.565	128.864	15.680
1	1º ano	1.688.610	681.895	786.087
9	2º ano	647.477	342.448	224.055
3	3º ano	406.302	244.894	113.192
9	4º ano	205.848	162.710	23.845
1	1º ano	1.694.262	666.507	807.948
9	2º ano	677.717	352.564	242.715
4	3º ano	449.488	267.379	130.909
1	4º ano	231.415	186.608	23.771
1	1º ano	1.645.837	655.283	782.231
9	2º ano	680.181	354.461	242.946
4	3º ano	458.856	273.048	131.714
3	4º ano	244.619	196.153	23.867
1	1º ano	1.758.465	719.884	822.749
9	2º ano	705.539	385.534	236.629
4	3º ano	466.974	288.822	124.536
5	4º ano	260.811	211.566	23.537

⁸² Matrícula Geral é o total das matrículas efetuadas _ inclusive as canceladas _ no decorrer do ano letivo.

⁸³ Nestes quadros não são apresentadas os dados relativos aos “Distritos”

Tabela 93. O Ensino No Brasil - Curso Primário - Matrícula Geral por Série
Em Índice

		No País	Nas escolas urbanas das redes estaduais, municipais e particulares	Nas escolas rurais das redes estaduais, municipais e particulares
1	1º ano	100	100	100
9	2º ano	37,29	47,97	28,28
3	3º ano	23,31	32,96	15,30
7	4º ano	10,58	21,47	2,15
1	1º ano	100	100	100
9	2º ano	38,34	50,22	28,50
3	3º ano	24,06	35,91	14,40
9	4º ano	12,19	23,86	3,03
1	1º ano	100	100	100
9	2º ano	40,00	52,90	30,04
4	3º ano	26,53	40,12	16,20
1	4º ano	13,66	28,00	2,94
1	1º ano	100	100	100
9	2º ano	41,33	54,09	31,06
4	3º ano	27,88	41,67	16,84
3	4º ano	14,86	29,93	3,05
1	1º ano	100	100	100
9	2º ano	40,12	53,55	28,76
4	3º ano	26,55	40,12	15,14
5	4º ano	14,83	29,39	2,86

APÊNDICE E

Tabela 94. Livros de Matrícula - Curso Primário Feminino - Alunos por Cidade de Nascimento

A N O	SÉRIE	TOTAL DE ALUNOS NASCIDOS EM CAMPINAS	TOTAL DE ALUNOS NASCIDOS EM OUTRAS CIDADES	TOTAL	
1 9 3 7	1º FEM.	37	4	41	
	2º A FEM.	26	10	36	
	2º B FEM.	24	11	35	
	3º A FEM.	32	4	36	
	3º B FEM.	26	10	36	
	4º A FEM.	31	8	39	
	4º B FEM.	33	7	40	
		Total	209	54	263
	EM %	79,47	20,53	100,00	
1 9 3 8	1º FEM.	34	5	39	
	2º A FEM.	20	6	26	
	2º B FEM.	27	3	30	
	3º A FEM.	22	11	33	
	3º B FEM.	21	14	35	
	4º A FEM.	30	10	40	
	4º B FEM.	33	6	39	
		Total	187	55	242
	EM %	77,27	22,73	100,00	
1 9 3 9	1º FEM.	33	8	41	
	2º A FEM.	30	11	41	
	2º B FEM.	30	7	37	
	3º FEM.	29	12	41	
	4º A FEM.	28	9	37	
	4º B FEM.	26	14	40	
		Total	176	61	237
		EM %	74,26	25,74	100,00
1 9 4 0	1º FEM.	36	6	42	
	2º A FEM.	27	6	33	
	2º B FEM.	26	6	32	
	3º A FEM.	31	8	39	
	3º B FEM.	21	9	30	
	4º FEM.	36	11	47	
		Total	177	46	223
		EM %	79,37	20,63	100,00

Tabela 94. Livros de Matrícula - Curso Primário Feminino - Alunos por Cidade de Nascimento (CONTINUAÇÃO)

A N O	SÉRIE	TOTAL DE ALUNOS NASCIDOS EM CAMPINAS	TOTAL DE ALUNOS NASCIDOS EM OUTRAS CIDADES	TOTAL
1 9 4 1	1º A FEM.	21	11	32
	1º B FEM.	26	6	32
	2º A FEM.	35	7	42
	2º B FEM.	29	8	37
	3º A FEM.	24	7	31
	3º B FEM.	22	9	31
	4º A FEM.	30	6	36
	4º B FEM.	32	14	36
	Total	219	68	277
	EM %	79,06	24,55	100,00
1 9 4 2	1º FEM.	27	8	35
	1º MISTO	30	6	36
	2º A FEM.	28	8	36
	2º B FEM.	25	10	35
	3º A FEM.	32	9	41
	3º B FEM.	31	7	38
	4º A MISTO	22	13	35
	4º B FEM.	22	8	30
	Total	217	69	286
	EM %	75,87	24,12	99,99
1 9 4 3	1º FEM.	25	11	36
	2º A FEM.	26	8	34
	2º B FEM.	20	11	31
	3º A FEM.	24	8	32
	3º B FEM.	25	11	36
	4º A FEM.	25	12	37
	4º B FEM.	30	8	38
	Total	175	69	244
		EM %	71,72	28,28
1 9 4 4	1º FEM.	26	12	38
	1º MISTO	28	7	35
	2º A FEM.	24	11	35
	2º B FEM.	20	12	32
	3º A FEM.	28	11	39
	3º B FEM.	24	15	39
	4º A FEM.	22	13	35
	4º B FEM.	20	12	32
	Total	192	93	285
	EM %	67,37	32,63	100,00
1 9 4 5	1º A FEM.	26	8	34
	1º MISTO	21	6	27
	2º A FEM.	23	10	33
	2º B FEM.	17	5	22
	3º A FEM.	27	10	37
	3º B FEM.	17	14	31
	4º A FEM.	20	11	31
	4º B FEM.	25	7	32
	Total	176	71	247
	EM %	71,25	28,74	99,99

Tabela 95. Livros de Matrícula - Primário Masculino - Alunos por Cidade de Nascimento

A N O	SÉRIE/ANO	TOTAL DE ALUNOS NASCIDOS EM CAMPINAS	TOTAL DE ALUNOS NASCIDOS EM OUTRAS CIDADES	TOTAL
1 9 3 7	1º MASC.	35	10	45
	2º MASC.	38	6	44
	3º MASC.	32	7	39
	4º MASC.	34	10	44
	Total	139	33	172
	EM %	80,81	19,19	100,00
1 9 3 8	1º MASC.	39	6	45
	2º MASC.	38	8	46
	3º MASC.	29	9	38
	4º MASC.	25	8	33
	Total	131	31	162
	EM %	80,86	19,13	9,99
1 9 3 8	1º MASC.	39	6	45
	2º MASC.	38	8	46
	3º MASC.	29	9	38
	4º MASC.	25	8	33
	Total	131	31	162
	EM %	80,86	19,13	9,99
1939	1º MASC.	36	5	41
1 9 4 0	1º MASC.	37	7	44
	2º MASC.	39	6	45
	3º MASC. A	29	6	35
	3º MASC. B	31	4	35
	4º MASC.	30	11	41
	1940	166	34	200
Em %	83,00	17,00	100,00	
1 9 4 1	1º MASC.	37	5	42
	2º MASC.	38	4	42
	3º MASC.	37	5	42
	4º MASC.	39	6	45
	Total	151	20	171
	EM %	88,30	11,69	99,99
1 9 4 2	1º MASC.	31	5	36
	2º MASC.	37	4	41
	3º MASC.	33	7	40
	4º MASC.	30	5	35
	Total	131	21	152
	EM %	86,18	13,81	99,99

1 9 4 3	1° MASC.	32	7	39
	2° MASC.	39	5	44
	3° MASC.	37	6	43
	4° MASC.	28	9	37
	Total	136	27	163
	EM %	83,43	16,56	99,99
1 9 4 4	1° MASC.	30	4	34
	2° MASC.	28	9	37
	3° MASC.	40	4	44
	4° MASC.	29	5	34
	Total	127	22	149
	EM %	85,23	14,76	99,99
1 9 4 5	1° MASC.	29	6	35
	2° MASC.	38	7	45
	3° MASC.	23	13	36
	4° MASC.	30	8	38
	Total	120	34	154
	EM %	77,92	22,08	100,00

Tabela 96. Livros de Matrícula - Curso Ginásial - Alunos Por Cidade de Nascimento

A N O	SÉRIE/ANO	TOTAL DE ALUNOS		TOTAL	
		NASCIDOS EM CAMPINAS	NASCIDOS EM OUTRAS CIDADES		
1 9 3 7	1º FEM.	29	21	50	
	1º FEM.	22	28	50	
	2º A FEM.	28	23	51	
	2º B	Alunos	26	25	16
		Alunas			35
	3º A FEM.	20	17	37	
	3º B	Alunos	23	15	11
		Alunas			27
	4º FEM.	16	21	37	
	4º B	Alunos	17	19	7
		Alunas			29
	5º	Alunos	26	33	6
Alunas		53			
Total		207	202	409	
EM %		50,61	49,39	100,00	
1 9 3 8	1º A FEM.	27	23	50	
	1º B FEM.	26	24	50	
	2º A FEM.	30	26	56	
	2º B	Alunos	30	22	14
		Alunas			38
	3º A FEM.	20	21	41	
	3º B	Alunos	22	18	10
		Alunas			30
	4º A FEM.	19	15	34	
	4º B	Alunos	20	15	11
		Alunas			24
	5º A	Alunos	29	32	6
Alunas		55			
Total		223	196	419	
EM %		53,22	46,78	100,00	
1 9 3 9	1º FEM.	27	10	37	
	1º B	Alunos	20	18	13
		Alunas			25
	2º A FEM.	30	20	50	
	2º B	Alunos	17	25	16
		Alunas			26
	2º C	28	22	50	
	3º A FEM.	26	18	44	
	3º B	Alunos	26	16	14
		Alunas			28
	4º A FEM.	19	21	40	
	4º B	Alunos	19	21	9
Alunas		31			
5º A FEM.	15	15	30		
5º B	Alunos	21	10	8	
	Alunas			23	
Total		248	196	444	
EM %		55,85	44,14	99,99	

Tabela 96. Livros de Matrícula - Curso Ginásial - Alunos Por Cidade de Nascimento
(continuação)

A N O	SÉRIE/ANO	TOTAL DE ALUNOS NASCIDOS EM CAMPINAS	TOTAL DE ALUNOS NASCIDOS EM OUTRAS CIDADES	TOTAL	
1 9 4 3	1º A FEM.	23	17	40	
	1º B	Alunos	24	15	20
		Alunas		19	
	1º C FEM.	27	13	40	
	2º A FEM.	31	13	44	
	2º B	Alunos	31	15	9
		Alunas		37	
	3º A FEM.	30	14	44	
	3º B	Alunos	28	16	17
		Alunas		27	
	4º A FEM.	25	9	34	
	4º B	Alunos	16	17	12
		Alunas		21	
Total	235	129	364		
EM %	64,56	35,44	100,00		
1 9 4 4	3º A FEM.	29	15	44	
	3º B	Alunos	25	20	11
		Alunas		34	
	4º A FEM.	22	15	37	
	4º B	Alunos	26	10	12
		Alunas		24	
Total	102	60	162		
EM %	62,96	37,03	99,99		
1 9 4 5	1º A FEM.	31	9	40	
	1º B	Alunos	21	16	18
		Alunas		19	
	2º A FEM.	22	14	36	
	2º B	Alunos	21	14	22
		Alunas		13	
	2º C FEM.	25	11	36	
	3º A FEM.	26	19	45	
	3º B	Alunos	25	20	14
		Alunas		31	
	4º A FEM.	22	19	41	
	4º B	Alunos	22	17	13
Alunas		26			
Total	215	139	354		
EM %	60,73	39,26	99,99		

Tabela 97. Livros de Matrícula - Curso Pré-Normal - Alunos por Cidade de Nascimento

A N O	SÉRIE/ANO	TOTAL DE ALUNOS NASCIDOS EM CAMPINAS	TOTAL DE ALUNOS NASCIDOS EM OUTRAS CIDADES	TOTAL
1 9 4 4	CLASSE A	12	28	40
	CLASSE B	Alunos	18	12
		Alunas		28
	CLASSE C FEM.	21	19	40
1 9 4 5	1º A FEM.	25	15	40
	1º B 1945	Alunos	14	6
		Alunas		34
	1º C FEM	26	13	39
	TOTAL	116	123	239
	TOTAL EM PERCENTUAIS	48,53%	51,46%	99,99%

Tabela 98. Livros de Matrícula - Curso de Formação Profissional (Normal) - Alunos por Cidade de Nascimento – 1945

SÉRIE/ANO	TOTAL DE ALUNOS NASCIDOS EM CAMPINAS	TOTAL DE ALUNOS NASCIDOS EM OUTRAS CIDADES	TOTAL
1º A FEM	26	15	41
1º B	18	20	9
			29
1º C FEM.	12	27	39
TOTAL	56	62	118
TOTAL EM PERCENTUAIS	47,46%	52,54%	100,00%

APÊNDICE F

Tabela 99. Livros de Matrícula - Primário Masculino - Profissões dos Pais 1937-1945

	Profissão	Nº de Pais
93.	Comerciante; Comércio; Comercário; Emp. Comércio; E. Comércio; Representante comercial; Agente comercial	239
94.	Funcionário público; Func. federal; Funcionário estadual; Funcionário municipal	170
95.	Ferroviário; Ferrov. Aposentado	149
96.	Médico	106
97.	Professor; Lente	52
98.	Contador	47
99.	Negociante	45
100.	Dentista; Cirurgião dentista	42
101.	Agrônomo	39
102.	Alfaiate	37
103.	Lavrador; Agricultor	37
104.	Motorista	35
105.	Guarda-livros	32
106.	Bancário; Func. bancário	31
107.	Engenheiro; Engenheiro Agrônomo; Engenheiro civil; Engenheiro eletricista	30
108.	Farmacêutico	28
109.	Fazendeiro	26
110.	Escriturário	22
111.	Industrial	21
112.	Marceneiro	21
113.	Industriário	20
114.	Mecânico	16
115.	Doméstica (mãe); Prendas domésticas	15
116.	Viajante	15
117.	Encanador; Encanador eletricista	14
118.	Proprietário	13
119.	Corretor	12
120.	Enfermeiro	12
121.	Advogado	11
122.	Eletricista	10
123.	Inspetor escolar	10
124.	Calceteiro	9
125.	Aposentado	8
126.	Barbeiro	8
127.	Carpinteiro	8
128.	Gráfico	8
129.	Cabeleireiro	7
130.	Guarda-noturno	7
131.	Técnico químico	7

132.	Ministro evangélico; Ministro prot.; Pastor	6
133.	Caldeireiro	5
134.	Func. Tração	5
135.	Jornalista	5
136.	Lustrador	5
137.	Militar	5
138.	Operário	5
139.	Sapateiro	5
140.	Tintureiro	5
141.	Func. Correio	4
142.	Ourives	4
143.	Agente fiscal; Fiscal	4
144.	Caixeiro	3
145.	Capitalista	3
146.	Corretor de seguros	3
147.	Inspetor federal	3
148.	Rádio técnico	3
149.	Tabelião	3
150.	Tecelão	3
151.	Chauffeur	2
152.	Conferente	2
153.	Falecido	2
154.	Garçon	2
155.	Jardineiro	2
156.	Oficial do Exército	2
157.	Promotor público	2
158.	Servente	2
159.	?	2
160.	Açougueiro	1
161.	Administrador	1
162.	Aposentado Cia Paulista	1
163.	Architecto lic.	1
164.	Carregador	1
165.	Caseiro	1
166.	Chapeleiro	1
167.	Construtor	1
168.	Diretor de G. E.	1
169.	Escrivão de paz	1
170.	Força pública	1
171.	Gerente fábrica seda	1
172.	Gerente de hotel	1
173.	Guarda mor	1
174.	Guarda-trem	1
175.	Hoteleiro	1

176.	Inspetor	1
177.	Manteiro	1
178.	Oftometrista	1
179.	Padeiro	1
180.	Penteador	1
181.	Sem profissão	1
182.	Sitiante	1
183.	Trabalhador	1
	TOTAL	1540

Tabela 100. Livros de Matrícula - Profissões dos Pais - Primario Feminino e Misto – 1937-1945

	Profissão	Nº de Pais
1.	Comerciante; Comerciarío; Comércio; Emp. Comércio; Respo. Comercial; Repres. Comercial	404
2.	Funcionário público; Empregado público; Funcionário público federal/Funcionário federal; Funcionário estadual /funcionário público estadual; Funcionário municipal	266
3.	Ferrovárió; Ferrovárió aposentado; Cia Mogyana	212
4.	Viajante / Viajante Com	91
5.	Negociante; Agente de negócios	88
6.	Engenheiro; Engenheiro (Agrônomo); E. Civil; E. da Cia Paulista; E. Elétrico; E. Eletricista	65
7.	Lavrador	64
8.	Contador	62
9.	Professor; Professor secundário	60
10.	Escriturário	59
11.	Guarda-livros	57
12.	Motorista	46
13.	Alfaiate	43
14.	Médico	43
15.	Dentista;; Cirurgião dentista	41
16.	Bancário; Conferente do Banco do Brasil; Funcionário bancário	39
17.	Não consta profissão / Sem profissão	35
18.	Industrial	34
19.	Mecânico	34
20.	Agrônomo	28
21.	Farmacêutico; Prático farmácia	27
22.	Fazendeiro	26
23.	Carpinteiro	23
24.	Pintor	21
25.	Proprietário	20
26.	Barbeiro	19
27.	Marceneiro	19
28.	Operário	17
29.	Advogado	16
30.	Agricultor	16
31.	Doméstica (mãe); Serviços domésticos	16
32.	Serventuário da Justiça; Funcionário da Justiça	16
33.	Tabelião	16
34.	Fotógrafo	13
35.	Padeiro	13
36.	Eletricista / Eletrotécnico	12
37.	Corretor	11
38.	Militar	11

39.	Açougueiro	10
40.	Administrador	10
41.	Enfermeiro	8
42.	Pedreiro	8
43.	Calceteiro	7
44.	Jornalista	7
45.	Ourives	7
46.	Sapateiro	7
47.	Cabeleireiro	6
48.	Construtor	6
49.	Médico veterinário; Veterinário	6
50.	Artista pintor	5
51.	Capitalista	5
52.	Chofer	5
53.	Desenhista	5
54.	Gerente	5
55.	Ministro do Evangelho; Ministro evangélico; Ministro protestante	5
56.	Prendas domésticas	5
57.	Classificador de café	4
58.	E. Correios	4
59.	Funcionário de Tração; Funcionário Cia de Tração; E. da Tração	4
60.	Inspetor	4
61.	Maquinista	4
62.	Soldador	4
63.	Agrimensor	3
64.	Aposentado	3
65.	Aux. Escritório	3
66.	Caixa de após.	3
67.	Carroceiro	3
68.	Cobrador	3
69.	Costureira	3
70.	Decorador	3
71.	Delegado de ensino	3
72.	Encadernador	3
73.	Encanador	3
74.	Escrivão	3
75.	Escultor	3
76.	Falecido	3
77.	Funcionário força pública	3
78.	Gráfico	3
79.	Oficial da F. Pública	3
80.	Oficial do Exército	3
81.	Químico Industrial	3
82.	Sócio Bayer	3

83.	Vidraceiro	3
84.	Ambulante	2
85.	Coletor	2
86.	Corretor de imóveis	2
87.	Cozinheiro	2
88.	Delegado de polícia	2
89.	Diretor scênico	2
90.	Emp. Cia Gessy	2
91.	Emp. Swift	2
92.	Fiscal	2
93.	Fiscal I. ct. P.C.	2
94.	Funcionário	2
95.	Inspetor Cia Brasileira	2
96.	Inspetor Federal de Ensino	2
97.	Invernista	2
98.	Lustrador	2
99.	Mecânica e comércio	2
100.	Modelista de calçados	2
101.	Prop. de tintas	2
102.	Sargento	2
103.	Técnico químico	2
104.	Técnico rádio	2
105.	Agente de automóvel	1
106.	Ajustador	1
107.	Aposentado Cia Paulista	1
108.	Architecto lic.	1
109.	Armador	1
110.	Aviador	1
111.	Bibliotecário auxiliar	1
112.	Carregador	1
113.	Cervejeiro	1
114.	Colcheiro	1
115.	Comissário de menores	1
116.	Condutor	1
117.	Educador	1
118.	Emp. Funerário	1
119.	Empregado da Estrada de Rodagem	1
120.	Encaixotador	1
121.	Encanador	1
122.	Escrevente de cartório	1
123.	Escrevente Espher	1
124.	F. Correios	1
125.	Fiscal de E. de Rodagem	1
126.	Fiscal de jardim	1

127.	Fruteiro	1
128.	Func. Cai Paulista	1
129.	Func. Telefônico	1
130.	Funcionária g	1
131.	Funcionário da Cia Telefônica	1
132.	Funcionário polícia	1
133.	Funcionário Swift	1
134.	Funcionário telefônico	1
135.	Funileiro	1
136.	Garçon	1
137.	Gerente CEF	1
138.	Gerente de usina	1
139.	Guarda-chuveiro	1
140.	Guarda-noturno	1
141.	Ilustrador	1
142.	Insp. Cia	1
143.	Insp. Cia Prud. Capit.	1
144.	Insp. Da Previ.	1
145.	Inspetor Federal	1
146.	Inspetor escolar	1
147.	Leiturista de Fração	1
148.	Modelista	1
149.	Op. Agrícola	1
150.	Pintor decorador	1
151.	Professor pintor	1
152.	Propr. Fábrica de geladeira	1
153.	Proprietário de fábrica	1
154.	Sem profissão	1
155.	Serralheiro	1
156.	Servente da E. Normal	1
157.	Tecelão	1
158.	Tecn d Fiação	1
159.	Técnico	1
160.	Técnico em f. seda	1
161.	Técnico em refrigeração	1
162.	Técnico industrial	1
163.	Telegrafista	1
	TOTAL	2388

Tabela 101. Livros de Matrícula - Profissão dos Pais – Ginásio – 1937-1945

	Profissão	Nº de Pais
1.	Não consta profissão	86
2.	Comerciante	71
3.	Ferroviário	39
4.	Funcionário público	32
5.	Professor	20
6.	Viajante	18
7.	Falecido	17
8.	Bancário	12
9.	Alfaiate	10
10.	Dentista	10
11.	Escriturário	10
12.	Fazendeiro	10
13.	Médico	9
14.	Agrônomo	8
15.	Farmacêutico	8
16.	Contador	7
17.	Negociante	6
18.	Proprietário	6
19.	Chefe estação	5
20.	Guarda-livros	5
21.	Hoteleiro	5
22.	Industrial	5
23.	Agricultor	4
24.	Almoxarife	4
25.	Corretor	4
26.	Encanador	4
27.	Marceneiro	4
28.	Eletricista	3
29.	Engenheiro agrônomo	3
30.	Funcionário de fiação	3
31.	Funcionário Municipal	3
32.	Juiz	3
33.	Lavrador	3
34.	Soldado	3
35.	Administrador	2
36.	Classificador de café	2
37.	Coletor federal	2
38.	Comerciário	2
39.	Empreiteiro	2
40.	Enfermeiro	2
41.	Funcionário da Tração	2

42.	Funcionário paraestatal	2
43.	Químico	2
44.	Representante c.	2
45.	Sericicultor	2
46.	Serventuário da Justiça	2
47.	Tabelião	2
48.	Agente fiscal	1
49.	Carpinteiro	1
50.	Coletor estadual	1
51.	Desenhista	1
52.	Escrevente	1
53.	Ferreiro	1
54.	Ferrovário ap.	1
55.	Jornalista	1
56.	Locutor	1
57.	Motorista	1
58.	Operário	1
59.	Ourives	1
60.	Pedreiro	1
61.	Representante	1
62.	Sub chefe de estação C. P.	1
63.	Técnico refrigeração	1
	TOTAL	482

Tabela 102. Livros de Matrícula - Profissão dos Pais – Pré-Normal/Normal – 1937-1945

	Profissão	Nº de Pais
1.	Comerciante; Comerciarío; Comércio; Emp. Comércio; Respo. Comercial; Repres. comercial	64
2.	Ferrováriário; Ferrováriário aposentado; Cia Mogyana	37
3.	Não consta profissão; Sem profissão	32
4.	Falecido	28
5.	Funcionário público; Empregado público; Funcionário público federal; Funcionário federal; Funcionário estadual; Funcionário público estadual; Funcionário municipal	18
6.	Viajante / Viajante Com.	16
7.	Professor; Professor secundário	15
8.	Industrial	14
9.	Proprietário	10
10.	Farmacêutico; Prático farmácia	9
11.	Dentista; Cirurgião dentista	8
12.	Escriturário	6
13.	Fazendeiro	6
14.	Lavrador	6
15.	Bancário; Conferente do Banco do Brasil; Funcionário bancário	5
16.	Engenheiro; Engenheiro (Agrônomo); E. Civil; E. da Cia Paulista; E. Elétrico; E. Eletricista	4
17.	Eletricista / Eletrotécnico	4
18.	Guarda-livros	4
19.	Advogado	3
20.	Médico	3
21.	Negociante; Agente de negócios	3
22.	Alfaiate	3
23.	Joalheiro	3
24.	Marceneiro	3
25.	Agrônomo	2
26.	Administrador	2
27.	Agente fiscal	2
28.	Agricultor	2
29.	Aposentado	2
30.	Cabeleireiro	2
31.	Carpinteiro	2
32.	Hoteleiro	2
33.	Mecânico	2
34.	Militar	2
35.	Motorista	2
36.	Ourives	2
37.	Relojoeiro	2
38.	Serventuário da Justiça; Funcionário da Justiça	2
39.	Médico veterinário; Veterinário	1
40.	Agente de capitalização	1
41.	Agrimensor	1
42.	Capitalista	1
43.	Chefe de escritório	1

44.	Coletor federal	1
45.	Conferente chefe	1
46.	Contador	1
47.	Gerente	1
48.	Ministro do Evangelho; Ministro evangélico; Ministro protestante	1
49.	Químico; Químico Industrial	1
50.	Almoxarife	1
51.	Camp. de café	1
52.	Classificador de café	1
53.	Empreiteiro de obra	1
54.	Enfermeiro	1
55.	Pedreiro	1
56.	Serralheiro	1
57.	Servente pedr.	1
58.	Soldador	1
	TOTAL	352

APÊNDICE G

Tabela 103. Livros de Matrícula - Profissões dos Pais – Primário Masculino –
Classificação por Escolaridade 1937 – 1945

	CLASSIFICAÇÃO POR ESCOLARIDADE	NÚMERO DE PAIS	% NO TOTAL DE PAIS
Advogado	A	11	
Agrônomo	A	39	
Architecto lic.	A	1	
Dentista / Cirurgião dentista	A	42	
Diretor de G. E.	A	1	
Engenheiro; Engenheiro Agrônomo; Engenheiro civil; Engenheiro eletricista	A	30	
Inspetor federal	A	3	
Jornalista	A	5	
Lente	A	1	
Médico	A	106	
Oftometrista	A	1	
Professor	A	51	
Promotor público	A	2	
SUB-TOTAL A		293	19,20 %
Administrador	B	1	
Agente fiscal	B	2	
Bancário / Func. bancário	B	31	
Capitalista	B	3	
Comerciante; Comércio; Comerciarío; Agente comercial; Emp. Comércio / E. Comércio; Representante comercial	B	239	
Contador	B	47	
Corretor	B	12	
Corretor de seguros	B	3	
Eletricista	B	10	
Escriturário	B	22	
Escrivão de paz	B	1	
Farmacêutico	B	28	
Gerente de hotel	B	1	
Gerente fábrica seda	B	1	
Gráfico	B	8	
Guarda-livros	B	32	
Industrial	B	21	
Industriário	B	20	
Inspetor escolar	B	10	
Ministro evangélico	B	1	
Ministro prot.; Pastor	B	5	
Negociante	B	45	
Ourives	B	4	
Rádio técnico	B	3	
Tabelião	B	3	

Técnico químico	B	7	
SUB-TOTAL B		560	36,70 %
Açougueiro	X	1	
Agricultor; Lavrador	X	37	
Alfaiate	X	37	
Aposentado Cia Paulista	X	1	
Barbeiro	X	8	
Cabeleireiro	X	7	
Caixeiro	X	3	
Calceteiro	X	9	
Caldeireiro	X	5	
Carpinteiro	X	8	
Carregador	X	1	
Caseiro	X	1	
Chapeleiro	X	1	
Chauffeur	X	2	
Conferente	X	2	
Construtor	X	1	
Doméstica (mãe); Prendas domésticas	X	15	
Encanador; Encanador eletricista	X	14	
Enfermeiro	X	12	
Fazendeiro	X	26	
Ferroviário / Ferrov. aposentado	X	149	
Fiscal	X	2	
Força pública	X	1	
Func. Correio	X	4	
Func. Tração	X	5	
Funcionário público; Func. federal; Funcionário estadual; Funcionário municipal	X	170	
Garçon	X	2	
Guarda mor	X	1	
Guarda-noturno	X	7	
Guarda-trem	X	1	
Hoteleiro	X	1	
Inspetor	X	1	
Jardineiro	X	2	
Lustrador	X	5	
Manteiro	X	1	
Marceneiro	X	21	
Mecânico	X	16	
Militar	X	5	
Motorista	X	35	
Oficial do Exército	X	2	
Operário	X	5	
Padeiro	X	1	
Penteador	X	1	
Proprietário	X	13	

Sapateiro	X	5	
Sem profissão	X	1	
Sitiante	X	1	
Tecelão	X	3	
Tintureiro	X	5	
Trabalhador	X	1	
Viajante	X	15	
SUB-TOTAL X		673	44,10 %
TOTAL GERAL		1526	100,00%

Tabela 104. Livros de Matrícula - Profissões dos Pais - Primario Feminino e Misto
1937 - 1945

	CLASSIFICAÇÃO POR ESCOLARIDADE	NÚMERO DE PAIS	% NO TOTAL DE PAIS
Advogado	A	16	
Agrônomo	A	28	
Architecto lic.	A	1	
Delegado de ensino	A	3	
Dentista;; Cirurgião dentista	A	41	
Educador	A	1	
Engenheiro; Engenheiro (Agrônomo); E. Civil; E. da Cia Paulista; E. Elétrico; E. Eletricista	A	65	
Inspetor Federal	A	1	
Inspetor Federal de Ensino	A	2	
Jornalista	A	7	
Médico	A	43	
Médico veterinário; Veterinário	A	6	
Professor; Professor secundário	A	60	
SUB-TOTAL A		274	11,68 %
Administrador	B	10	
Agente de automóvel	B	1	
Negociante; Agente de negócios	B	88	
Agrimensor	B	3	
Artista pintor	B	5	
Aux. Escritório	B	3	
Aviador	B	1	
Bancário; Conferente do Banco do Brasil; Funcionário bancário	B	39	
Bibliotecário auxiliar	B	1	
Capitalista	B	5	
Cobrador	B	3	
Coletor	B	2	
Comerciante; Comercário; Comércio; Emp. Comércio; Respo. Comercial; Repres. Comercial	B	404	
Comissário de menores	B	1	
Contador	B	62	
Corretor	B	11	
Corretor de imóveis	B	2	
Delegado de polícia	B	2	
Desenhista	B	5	
Diretor scênico	B	2	
Eletricista / Eletrotécnico	B	12	
Escrevente de cartório	B	1	
Escrevente Espher	B	1	
Escriturário	B	59	
Escrivão	B	3	
Escultor	B	3	

Farmacêutico; Prático farmácia	B	27	
Fotógrafo	B	13	
Gerente	B	5	
Gerente CEF	B	1	
Gerente de usina	B	1	
Gráfico	B	3	
Guarda-livros	B	57	
Industrial	B	34	
Inspetor escolar	B	1	
Leiturista de Fração	B	1	
Ministro do Evangelho; Ministro evangélico; Ministro protestante	B	5	
Ourives	B	7	
Professor pintor	B	1	
Químico Industrial	B	3	
Sócio Bayer	B	3	
Tabelião	B	16	
Técnico químico	B	2	
Tecn d Fiação	B	1	
Técnico	B	1	
Técnico em f. seda	B	1	
Técnico em refrigeração	B	1	
Técnico industrial	B	1	
Técnico radio	B	2	
Telegrafista	B	1	
SUB-TOTAL B		917	39,09 %
Açougueiro	X	10	
Agricultor; Lavrador	X	80	
Ajustador	X	1	
Alfaiate	X	43	
Ambulante	X	2	
Aposentado Cia Paulista	X	1	
Armador	X	1	
Barbeiro	X	19	
Cabeleireiro	X	6	
Caixa de após.	X	3	
Calceteiro	X	7	
Carpinteiro	X	23	
Carregador	X	1	
Carroceiro	X	3	
Cervejeiro	X	1	
Chofer	X	5	
Classificador de café	X	4	
Colcheiro	X	1	
Condutor	X	1	
Construtor	X	6	
Costureira	X	3	
Cozinheiro	X	2	

Decorador	X	3	
Doméstica (mãe); Serviços domésticos; Prendas domésticas	X	21	
E. Correios	X	4	
Emp. Cia Gessy	X	2	
Emp. Funerário	X	1	
Emp. Swift	X	2	
Empregado da Estrada de Rodagem	X	1	
Encadernador	X	3	
Encaixotador	X	1	
Encanador	X	4	
Enfermeiro	X	8	
F. Correios	X	1	
Fazendeiro	X	26	
Ferrovário; Ferrovário aposentado; Cia Mogyana	X	212	
Fiscal	X	2	
Fiscal de E. de Rodagem	X	1	
Fiscal de jardim	X	1	
Fiscal I. ct. P.C.	X	2	
Fruteiro	X	1	
Func. Cai Paulista	X	1	
Func. Telefônico; Funcionário telefônico	X	3	
Funcionária g	X	1	
Funcionário	X	2	
Funcionário de Tração; Funcionário Cia de Tração; E. da Tração	X	4	
Funcionário força pública	X	3	
Funcionário polícia	X	1	
Funcionário público; Empregado público; Funcionário público federal/Funcionário federal; Funcionário estadual /funcionário público estadual; Funcionário municipal	X	266	
Funcionário Swift	X	1	
Funileiro	X	1	
Garçon	X	1	
Guarda-chuveiro	X	1	
Guarda-noturno	X	1	
Ilustrador	X	1	
Insp. Cia	X	1	
Insp. Cia Prud. Capit.	X	1	
Insp. Da Previ.	X	1	
Inspetor	X	4	
Inspetor Cia Brasileira	X	2	
Invernista	X	2	
Lustrador	X	2	
Maquinista	X	4	
Marceneiro	X	19	
Mecânica e comércio	X	2	
Mecânico	X	34	

Militar	X	11	
Modelista	X	1	
Modelista de calçados	X	2	
Motorista	X	46	
Oficial da F. Pública	X	3	
Oficial do Exército	X	3	
Op. Agrícola	X	1	
Operário	X	17	
Padeiro	X	13	
Pedreiro	X	8	
Pintor	X	21	
Pintor decorador	X	1	
Prop. de tintas	X	2	
Propr. Fábrica de geladeira	X	1	
Proprietário	X	20	
Proprietário de fábrica	X	1	
Sapateiro	X	7	
Sargento	X	2	
Serralheiro	X	1	
Servente da E. Normal	X	1	
Serventuário da Justiça; Funcionário da Justiça	X	16	
Soldador	X	4	
Tecelão	X	1	
Viajante / Viajante Com	X	91	
Vidraceiro	X	3	
SUB-TOTAL X		1155	49,23 %
TOTAL		2346	100,00%

Tabela 105. Livros de Matrícula - Profissão dos Pais – Ginásio – 1937 - 1945

	CLASSIFICAÇÃO POR ESCOLARIDADE	NÚMERO DE PAIS	% NO TOTAL DE PAIS
Agrônomo	A	8	
Dentista	A	10	
Engenheiro agrônomo	A	3	
Jornalista	A	1	
Juiz	A	3	
Médico	A	9	
Professor	A	20	
SUB-TOTAL A		54	14,25 %
Administrador	B	2	
Agente fiscal	B	1	
Bancário	B	12	
Coletor estadual	B	1	
Coletor federal	B	2	
Comerciante; comerciário	B	73	
Contador	B	7	
Corretor	B	4	
Desenhista	B	1	
Eletricista	B	3	
Escrevente	B	1	
Escriturário	B	10	
Farmacêutico	B	8	
Guarda-livros	B	5	
Industrial	B	5	
Locutor	B	1	
Negociante	B	6	
Ourives	B	1	
Químico	B	2	
Representante	B	1	
Representante c.	B	2	
Tabelião	B	2	
Técnico refrigeração	B	1	
SUB-TOTAL B		151	39,84 %
Agricultor; Lavrador	X	7	
Alfaiate	X	10	
Almoxarife	X	4	
Carpinteiro	X	1	
Chefe estação	X	5	
Classificador de café	X	2	
Empreiteiro	X	2	
Encanador	X	4	
Enfermeiro	X	2	
Fazendeiro	X	10	
Ferreiro	X	1	

Ferroviário	X	39	
Ferroviário ap.	X	1	
Funcionário da Tração	X	2	
Funcionário de fiação	X	3	
Funcionário paraestatal	X	2	
Funcionário público; Funcionário Municipal	X	35	
Hoteleiro	X	5	
Marceneiro	X	4	
Motorista	X	1	
Operário	X	1	
Pedreiro	X	1	
Proprietário	X	6	
Sericicultor	X	2	
Serventuário da Justiça	X	2	
Soldado	X	3	
Sub chefe de estação C. P.	X	1	
Viajante	X	18	
SUB-TOTAL X		174	45,91 %
TOTAL		379	100,00%

Tabela 106. Livros de Matrícula - Profissões dos Pais – Pré-Normal/Normal
1937 - 1945

	CLASSIFICAÇÃO POR ESCOLARIDADE	NÚMERO DE PAIS	% NO TOTAL DE PAIS
Advogado	A	3	
Agrônomo	A	2	
Dentista; Cirurgião dentista	A	8	
Engenheiro; Engenheiro (Agrônomo); E. Civil; E. da Cia Paulista; E. Elétrico; E. Eletricista	A	4	
Médico	A	3	
Médico veterinário; Veterinário	A	1	
Professor; Professor secundário	A	15	
SUB-TOTAL A		36	12,33 %
Administrador	B	2	
Agente de capitalização	B	1	
Agente fiscal	B	2	
Agrimensor	B	1	
Bancário; Conferente do Banco do Brasil; Funcionário bancário	B	5	
Capitalista	B	1	
Chefe de escritório	B	1	
Coletor federal	B	1	
Comerciante; Comerciarío; Comércio; Emp. Comércio; Respo. Comercial; Repres. Comercial	B	64	
Conferente chefe	B	1	
Contador	B	1	
Eletricista / Eletrotécnico	B	4	
Escriturário	B	6	
Farmacêutico; Prático farmácia	B	9	
Gerente	B	1	
Guarda-livros	B	4	
Industrial	B	14	
Ministro do Evangelho; Ministro evangélico; Ministro protestante	B	1	
Negociante; Agente de negócios	B	3	
Ourives	B	2	
Químico; Químico Industrial	B	1	
SUB-TOTAL B		125	42,81 %
Agricultor; Lavrador	X	8	
Alfaiate	X	3	
Almoxarife	X	1	
Aposentado	X	2	
Cabeleireiro	X	2	
Camp. de café	X	1	
Carpinteiro	X	2	
Classificador de café	X	1	
Empreiteiro de obra	X	1	

Enfermeiro	X	1	
Fazendeiro	X	6	
Ferrovári; Ferrovári aposentado; Cia Mogyana	X	37	
Funcionári públ; Empregado públ; Funcionári públ federal/Funcionári federal; Funcionári estadual /funcionári públ estadual; Funcionári municipal	X	18	
Hoteleiro	X	2	
Joalheiro	X	3	
Marceneiro	X	3	
Mecânico	X	2	
Militar	X	2	
Motorista	X	2	
Pedreiro	X	1	
Proprietári	X	10	
Relojoeiro	X	2	
Serralheiro	X	1	
Serventuári da Justiça; Funcionári da Justiça	X	2	
Servente pedr.	X	1	
Soldador	X	1	
Viajante / Viajante Com.	X	16	
SUB-TOTAL X		131	44,86 %
TOTAL		292	100%